

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Território como Abrigo e Território como Recurso:
territorialidades em tensão e projetos insurgentes no
norte do Espírito Santo**

Lídia Lúcia Antongiovanni

Orientador: Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves

**Niterói
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LÍDIA LÚCIA ANTONGIOVANNI

**Território como Abrigo e Território como Recurso:
territorialidades em tensão e projetos insurgentes no
norte do Espírito Santo**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

ORIENTADOR:

Professor Doutor CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

**Niterói
2006**

LÍDIA LÚCIA ANTONGIOVANNI

**Território como Abrigo e Território como Recurso:
territorialidades em tensão e projetos insurgentes no
norte do Espírito Santo**

Tese de doutorado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutora em
Geografia.

Aprovada em 21 de dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Universidade Federal Fluminense - Orientador**

**Prof. Dr. Ruy Moreira
Universidade Federal Fluminense**

**Prof. Dr. Jacob Binsztok
Universidade Federal Fluminense**

**Prof. Dr. Canrobert Costa Neto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Prof. Dr. Héctor Alberto Alimonda
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Agradecimentos

O processo de realização deste trabalho trouxe muito mais descobertas e conhecimentos do que aqueles que conseguimos expressar nos limites deste território do conhecimento que é o texto do doutorado. Muitas pessoas participaram direta ou indiretamente deste trabalho, mas é claro, não são responsáveis pelo seu resultado. Há um conjunto de pessoas em momentos diferentes sem os quais não seria possível realizar este estudo.

Aos que resistem e que tanta emoção nos despertaram na busca por um mundo que tenha princípios tão importantes quanto os propostos no âmbito da educação do campo e pela agroecologia.

Com a possibilidade de participar de alguns *fóruns* de discussão e também como observadora, pude conhecer um pouco as entidades e movimentos sociais do campo do norte do Espírito Santo que hoje estão reunidas em torno da *Via Campesina*, da *Rede Alerta contra o Deserto Verde*, da *Articulação Capixaba de Agroecologia*. A convivência nos espaços das oficinas do "Território rural norte do ES" propiciaram o entendimento de muitos dos princípios contidos nestas questões como também a sua diversidade e que se tornou uma porta de entrada para compreender a complexidade de territorialidades do norte do ES. Nesta escala pudemos ter dimensão da complexidade dos conflitos. Esta convivência possibilitou o aprendizado das possibilidades e potencialidades do trabalho com base comunitária, acreditando-se que outro mundo é possível.

A participação dos encontros da AGB-Vitória em Colatina e em Linhares, que permitiu ter um conhecimento das práticas e do pensamento geográfico no e do Espírito Santo. Além disso, a participação na AGB propiciou a organização de vários estudos em parcerias com comunidades que vivem nesta zona de contato com a implantação de técnicas subalternizadoras de saberes.

Pela vivência em trabalhos de campo realizados pela FASE-ES que possibilitaram um conhecimento no território das pessoas e das situações que enfrentam projetos de desenvolvimento pautados nos interesses corporativos.

Aos momentos que pude participar em atividades de pesquisa na UFES tal como no projeto de pesquisa "*multifuncionalidade da agricultura familiar*" (CPDA-UFRRJ/UFES). A convivência na universidade propicia também o contato com estudantes de diversos cursos que trazem debates atuais e com desafios para o professor/pesquisador.

Ao Professor Milton Santos por uma convivência que me trouxe um inestimável aprendizado para a vida. O Professor Milton Santos sempre nos estimulou conhecer e viver outros lugares para que pudéssemos repensar nossos parâmetros. E nos chamava a atenção dizendo: "*coragem!*" que, por vezes precisamos ter para levar adiante projetos de tanta responsabilidade que é este de analisar nossa sociedade oferecendo um entendimento sobre questões essenciais para a vida.

Aos amigos da Geografia e de outras áreas da USP e da UFES que me proporcionaram e me proporcionam a fundamental troca de experiências e a possibilidade do debate constante.

Ao professor Carlos Walter Porto-Gonçalves por acolher este projeto e estimular o importante debate sobre a colonialidade do poder e a subalternização dos saberes e que inspirou e estimulou a discussão da r-existência neste trabalho.

À minha família e ao meu companheiro Pedro que sempre me apoiaram na escolha deste caminho compreendendo as dificuldades e alegrando-se com as conquistas.

Este trabalho contou com o auxílio de uma bolsa da CAPES, de 36 meses entre os anos de 2003 e 2006.

Resumo

O presente trabalho tem como principal questão os diferentes modos de usar o território como abrigo ou como recurso constituindo-se em padrões diferentes de organização territorial, pautados em viver com a natureza ou viver da natureza. Para estudar estes diferentes padrões de organização dos territórios trazemos alguns elementos do processo de territorialização do setor de celulose no norte do ES e a organização de movimentos sociais do campo do norte do Espírito Santo que constroem suas proposições no escopo da educação do campo e da agroecologia.

Palavras-chave: território, territorialidade, educação do campo, Espírito Santo.

Résumé

Le problème principal posé dans ce travail c'est le différent manière d'usage du territoire d'acord l'emphase: territoire comme abri ou territoire comme ressource économique. Comme produit nos avons diferentes patrons d'organization du territoire, de ceux qui vivent *avec la nature* e de ceux qui *vivent de la nature*. Pour étudier les conflits que se pose avec cette situation nos avons faire une analyse d'une corporation du secteur de la cellulose de eucalyptus au nord du Espírito Santo en comparaison avec les proposition du mouvement sociaux rurales qui font la construction de son proposition avec les principes de l'éducation rurale e de l'agroécologie.

Mots clés: territoire, territorialité, éducation rurale, Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
CIAT – Comissão de Implementação de Ações Territoriais
CTDRS – Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EFAs – Escolas Família Agrícola
ECORs – Escolas Comunitárias rurais
FETAES – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Espírito Santo
IDAF – Instituto de Defesa Agroflorestal
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente - ES
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES – Instituto Jones dos Santos Neves
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RACEFFAES – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAG-ES – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SEDU – Secretaria Estadual de Educação - ES
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
FINDES - Federação das Indústrias do Espírito Santo
CODEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico
CODES - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FASE-ES – Federação de Órgãos de Assistência Educacional
PIDESC - Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais
EJA – Educação de Jovens e Adultos
PRONERA – Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária
CEFORMA – Centro de Formação Maria Olinda
CEUNES – Centro Educacional Universitário da UFES em São Mateus

A634

Antongiovanni, Lídia Lúcia

Território como abrigo e território como recurso no norte do Espírito Santo: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo / Lídia Lúcia

Antongiovanni. – Niterói : [s.n.],2006.

172 f.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

1.Território. 2.Territorialidade humana. I.Título.

CDD 320.12098152

Sumário

	Introdução	10
Capítulo 1	Uma periodização dos processos de (des)(re)territorialização no norte do Espírito Santo	14
	1.1. Marcos referenciais dos processos de desterritorialização no norte do Espírito Santo	25
Capítulo 2	O meio técnico científico informacional como instrumento de subalternização de saberes	50
Capítulo 3	A construção do discurso do território como recurso no processo de territorialização do setor de celulose no norte do Espírito Santo	68
	3.1. Planejamento do desenvolvimento no Espírito Santo	69
	3.2. O discurso subalternizador “da crise do café” e do “vazio demográfico” no norte do Espírito Santo	78
	3.3. Elementos da gênese do processo de territorialização da empresa Aracruz Celulose	81
Capítulo 4	A concepção e o uso do território como recurso no processo de territorialização da Aracruz Celulose	88
	4.1. Normatizações do uso da terra para monocultura como instrumento subalternizador da terra para alimento	89
	4.2. “Fomento florestal” e estratégias de expansão territorial	98
	4.3. O uso da água como “recurso econômico”	108
	4.4. O discurso subalternizador da “geração de emprego e renda”	113
	4.5. As reservas florestais da empresa e seu papel de lastro territorial	118
	4.6. “Responsabilidade social” e colonização dos saberes. Marketing, publicidade e estratégias de expansão territorial com uma concepção de formação para o campo	119
Capítulo 5	Pensando o Território como Abrigo	126
	Território como abrigo e Território como recurso. Considerações sobre padrões de organização dos territórios e uma possível categorização para pensarmos o “direito ao território” “próprio e apropriado”. Algumas conclusões	160
	Referências	167
	Anexo	172

Introdução

Buscamos contribuir na construção de uma geografia que parta do encontro de sujeitos sociais do e no território e suas articulações. Este processo vai gerar a co-existência de territorialidades distintas na sua relação com a natureza – natureza como mercadoria entendida como um “*recurso econômico*” (de alta lucratividade quando transformada em *commodities*) e a natureza como meio a partir do qual se pode manter e reproduzir a vida, entendida como “*abrigo da vida*”.

É neste sentido que propomos, neste trabalho, a discussão da dualidade contida em “*território como abrigo*” e “*território como recurso*” numa distinção que é expressa em diferentes padrões de organização dos territórios que resultam de outras tecnologias de conhecimento, do saber e que geram uma diferenciação no tipo de tecnologia dominante nas suas relações territoriais para a reprodução da vida e para a produção.

Ao buscarmos uma análise que parta do território faz-se necessário trazermos elementos que nos permitam perceber dinâmicas territoriais para além daquelas percebidas a partir de parâmetros exclusivamente concebidos na e pela matriz de racionalidade eurocentrada (Quijano, 2004) com base somente nos parâmetros científico-técnico deste padrão de poder hegemônico. Um processo de caráter mais endógeno que torna visível a complexidade das territorialidades.

O acompanhamento do processo de constituição do “*Território de desenvolvimento rural norte do ES*”¹ como parte dos estudos que vínhamos fazendo das dinâmicas territoriais do norte do ES reuniu alguns elementos que permitiram-nos perceber a existência de articulações de movimentos sociais do campo do e no território e cujos projetos de desenvolvimento estão pautados em princípios científicos e técnicos agroecológicos e construídos na metodologia de uma educação elaborada a partir do campo, cujo princípio é pautado na

¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário propõe a política pública “desenvolvimento sustentável de territórios rurais em 2003, que pretende promover a gestão social dos chamados “territórios”.

“pedagogia da alternância”². Constroem-se, com estes elementos, respostas (ou insurgências), na busca de uma tecnologia de conhecimento ancestral misturado (ou não) com o conhecimento científico dominante mas (re)apropriado em possíveis (re)leituras da técnica tal como analisa Milton Santos (2000). Tecnologias de conhecimento e de transformação da natureza que permitam autonomia.

Para entender as restrições enfrentadas por estes grupos sociais geradas pela “produção da escassez”³ (Santos, 2000) dos meios de realização de seu projeto - principalmente do acesso à terra e à água - analisamos elementos do processo de territorialização da empresa Aracruz Celulose. Primeiramente, a empresa territorializa-se, no extremo norte do ES, com a implantação de extensas monoculturas de eucalipto nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, no norte do ES, a partir da década de 1960. Este processo representa interesses articulados numa perspectiva mercantil/mundial que irão gerar conflitos no norte do ES.

A implantação do modelo de agricultura monocultora para fins industriais, é fruto de um monocultivo do conhecimento, conforme discute Vandana Shiva em *Monocultivos da Mente*, pautado no “pensamento único” e numa racionalidade que separa razão e emoção não reconhecendo, nesta construção, a existência do outro. Neste caso desencadeiam-se dinâmicas territoriais sob influência e controle do processo mais exógenas que endógenas, mesmo considerando as articulações locais parte da sua constituição, mas há um vínculo e uma dependência de dinâmicas em escala mundial sob o domínio do capital financeiro, protagonizado por grandes corporações.

Esta coexistência conflituosa de projetos territoriais distintos expõe conflitos em relação aos usos dos territórios como recurso e como abrigo e seus

² A pedagogia da alternância é uma proposta de educação que seja própria e apropriada pelos sujeitos da educação. Discutiremos esta questão no capítulo 5.

³ A produção da escassez é produzida pelo sistema hegemônico e quando estas disparidades são expostas pelos seus próprios meios de comunicação (ainda que estes sejam limitados e controlados), e também vividas no território, permitem um entendimento político da chamada “desigualdade social”. Isto gera uma força popular que pode estar ou não organizada em organizações e movimentos sociais populares. Referindo-se às possibilidades apresentadas pela exacerbação do consumo Milton Santos nos diz que “o homem, cada homem, é afinal definido pela soma dos possíveis que lhe cabem, mas também dos seus impossíveis” (2001, p. 129).

componentes vitais terra e água. Estes dois marcos simbolizam padrões de organização territorial gerados pelas concepções de natureza mercadoria, natureza manancial da vida contidas em território como abrigo e território como recurso.

Milton Santos nos traz a inspiração deste debate quando se preocupa com a idéia de diferentes usos do território. Mas é preciso compreender que “*território usado*” expressa o sentido contido em “*território em sendo usado*”, isto é, ele só se faz no seu movimento, no seu uso daí o termo território usado:

*O velho Kant já dizia que as idéias precedem de tal modo as palavras que, com freqüência, as palavras não refletem corretamente as idéias. Se usarmos o gerundivo, o **território em sendo usado**, isso acaba pesado, mas, na realidade, o que eu digo é que há uma situação e que a dialética se dá entre os homens, e os homens no território, e não entre os homens e o território como definido classicamente. Permanece um certo tipo de dualidade, mas em que o espaço já não é totalmente separado daquela outra categoria os seus usuários. (Santos, 2004, p.35)*

A expressão território usado, assim entendida “*território em sendo usado*”, traz para o debate a relação sociedade-natureza. De como as diversas sociedades ao privilegiar este ou aquele uso, vão construir um sistema de relações que se territorializa em “*formas-conteúdo*” (Santos, 1996). Com este conceito rejeita-se a noção de espaço geográfico como palco ou como receptáculo - tema que no plano do discurso aparece como superado mas que continua tendo peso nas nossas análises pois a materialidade, incluindo o corpo, apareciam apenas como diferenciação da paisagem e não dos seus conteúdos o que traz conseqüências nos resultados de pesquisas.

A história está inscrita no território também através das formas o que é tão importante de ser considerado quanto as relações sociais e políticas que as construíram. Assim o que nos parece importante e extremamente esclarecedor é a qualificação que o termo “*usado*” dá ao território, referindo-se ao fato de que diferentes formas de uso (considerando a ação presente do “*em sendo usado*”) dos territórios compõem a complexidade do espaço geográfico. Assim um dos

elementos para entendermos as diferentes territorialidades relaciona-se com os diferentes usos dos territórios e da ênfase que se lhe dá: abrigo ou recurso.

“Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. (...) Os atores hegemônizados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que reciam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (Santos et al, 2000, p. 12)

Para podermos perceber e analisar as dinâmicas territoriais é preciso considerar que

“(...) o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder. Assim, é preciso considerar, sempre, a tríade – Territórios, Territorialidades e Territorialização.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 265)

O conceito de territorialidade e os processos de territorialização nos trazem o movimento no território e a possibilidade/necessidade de pensar territórios para além das fronteiras cartesianas. Além disso, há que considerar, segundo Haesbaert (2004a, com base em Robert Sack), que a territorialidade está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, ao modo como experimentamos a vida e damos significado a ela. Desta forma a noção de territorialidade parece ser mais adequada para estudarmos grupos humanos do que corporações, compreendidas no seu processo de territorialização.

Capítulo 1

Uma periodização dos processos de (des)(re)territorialização no e do norte do Espírito Santo

Trazemos para discussão neste capítulo alguns elementos que mostram dinâmicas territoriais do Espírito Santo para pensarmos transformações e permanências neste território que estamos chamando de Norte do ES e cujas fronteiras mudam de acordo com quem fala e de que lugar social se fala.

Para tanto trabalhamos na construção de uma periodização do norte do ES que nos permita perceber, a partir do território, a trama de relações de que falamos considerando-se as especificidades do norte ES na *formação socioespacial* (Santos, 1977) brasileira. Esta noção traz para o debate a importância dos arranjos locais que se dão de dentro para fora, isto é, a partir dos territórios. Destaca que a diversidade constrói-se e preserva-se de dentro para fora mesmo que seja uma reação aos vetores da globalização que mesmo externos ao penetrarem nos territórios vão ser arranjados a partir dos lugares.

A noção de “*formação socioespacial*” contempla a escala do estado-nação. Estes não são homogêneos. No final da década de 1970 quando Milton Santos lança este conceito o foco estava no papel do estado no seu poder de modificar toda sociedade (a partir de suas decisões). Nos anos 1990 (vários textos e livros) Milton Santos refere-se a uma política dos estados e a uma política das empresas, pelo crescente papel das corporações (que concentram setores) em decidir rumos de um país e do mundo.

É preciso acrescentar aqui o debate trazido por Quijano e por Mignolo (in Lander, org. 2005) e outros sobre a “*colonialidade do poder*” que recoloca a questão dos marcos referenciais históricos ampliando o debate da “*formação socioespacial*” ao trazer a noção de “*subalternização de saberes*”.

A noção de período deve ser acompanhada de uma noção temporal de escala e não de uma noção geométrica de escala (Santos, 1996, cap. 6, p. 114-

133). Para Milton Santos (2006) não podemos separar a noção de tempo da noção de escala pois os eventos que incidem nos lugares e que têm força para modificá-los, mudam também seus objetos. A escala é então pensada desde a origem de tais eventos, isto é a escala das variáveis envolvidas e a “*escala do fenômeno*”, isto é, até a sua territorialização.

Essa “*extensão dos eventos*” nos dá noção de “*profundidade*” de “*intensidade*” do impacto de uma ação (ou mais) num dado território. Milton Santos (1996) considera o acontecer solidário uma exigência que se quer implantar no território e obrigar a um funcionamento conjunto. Quando este conjunto de forças organizacionais procura instalar-se nos territórios muitas vezes considerado “vazio” para reforçar a necessidade de eliminar o “velho” para dar lugar ao “novo”, acirram-se tensões territoriais. Tomados como vazio, pois a escala desta análise não lhes dá visibilidade, e estes elementos negados aparecem nas estatísticas como elementos do ‘atraso’ de devem ser ‘modernizados’, ou seja, eliminados.

No norte do ES a violência dos impactos do projeto de desenvolvimento não foi simplesmente incorporada. Há um longo processo de desterritorialização e reterritorialização acompanhado de resistências envolvendo uma diversidade étnica. Buscamos confrontar a freqüente referência ao norte do ES como lugar isolado e vazio que - ignorando a prosperidade econômica que o norte do Espírito conheceu com a produção da mandioca nos séculos XVII e XVIII, de ser terra indígena e depois também de quilombolas, de migrantes europeus e descendentes, dos caboclos, da mestiçagem - é corrente na literatura sobre o Espírito Santo, considerar que o norte se manteve “*sem dinâmica econômica*” até praticamente os anos 1950, comprometendo sua prosperidade econômica e negando a existência de outras escolhas, outros projetos.

Referindo-se ao “*isolamento*” e ao “*vazio demográfico*” do norte do Espírito Santo, isto é, ao norte do Rio Doce, lembrando de várias expedições organizadas por capixabas para explorar a região em fins do período colonial e

início do império, além de muitas outras que se sucederam, Bittencourt (1987) afirma:

(...) a ocupação da região não se fará sem muitos percalços, entre os quais a dificuldade de vias de comunicação, falta de braços e investidas indígenas que contribuíram para que o espaço, entre os rios Doce e São Mateus, continuasse a “terra de ninguém”, verdadeiro vazio demográfico (p. 59)

O geógrafo Pasquale Petrone esteve no Espírito Santo por ocasião do encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, em 1957. Nesta oportunidade o professor Petrone e sua equipe realizaram um trabalho de campo na “zona de colonização antiga”, nos municípios de Santa Teresa e Santa Leopoldina, que resultou num importante relato publicado pela AGB e republicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (2004). Também aqui aparece relato de isolamento.

“É conhecido o fato de que, paradoxalmente um dos mais tipicamente litorâneos estados do Brasil, o Espírito Santo ficou à margem das principais iniciativas e correntes de povoamento, durante os três primeiros séculos após o descobrimento da terra. Excetuando-se alguns poucos pontos isolados do litoral assim como o sul lindeiro a Minas Gerais e ao estado do Rio de Janeiro, a maior extensão das terras espírito-santenses, no centro e norte do estado, permaneceu praticamente inviolada por luso-brasileiros, até meados do século passado⁴. Algumas áreas, como as do vale do Rio Doce e as do norte, só conheceram sistemática ação povoadora no século atual.”⁵ (Petrone, 2004, p. 27)

⁴ A este respeito leia-se, entre outros: EGLER, Walter Alberto – *A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce*, in Revista Brasileira de Geografia, ano XIII, n.2, Rio de Janeiro, abril-junho de 1951, p. 223-264; WAGEMANN, Ernest – *A colonização Alemã no Espírito Santo, 1915*, tradução portuguesa in *Boletim Geográfico*, n. 68, 69 e 70, 1948-1949; TORRES Filho, Arthur E. Magarinos – *O Espírito Santo e seu Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, 1913; AZEVEDO, Aroldo de – *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Ensaio de Geografia Humana Retrospectiva, São Paulo, 1956, Boletim n. 208 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁵ É bom ressaltar, conforme o próprio autor lembra, que a região de Santa Teresa e principalmente Santa Leopoldina já tinham sido percorridas por tropeiros mineiros.

Outras referências ao “isolamento do Norte do Espírito Santo” aparecem no texto de Becker (1969) quando analisa esta porção do ES a partir da importância do café e das consequências da política de erradicação dos cafezais, na década de 1960.

“Alcançava assim, o Norte, o século XIX, no mais completo isolamento, que repercutiria fortemente na sua evolução futura. Foi a ausência de povoamento, acrescido do caráter encachoeirado do Rio Doce, que dificultou a sua ocupação quando a decadência da mineração provocou um refluxo das Minas para as áreas agrícolas. No início do século XIX, apenas dois núcleos de povoamento emergiam estagnados na entrada do sertão: Linhares e São Mateus. Situados às margens dos rios Doce e São Mateus, respectivamente, próximo ao litoral, no contato entre as terras baixas pantanosas da planície litorânea e os tabuleiros de terras firmes, refletiam a ânsia de estabelecer ligações fluviais ou marítimas, e de apoiar a penetração para o interior. (Becker, 1969, p. 34)

A ação colonizadora sistemática por parte do Estado no norte do ES somente ocorre a partir de meados de 1930. Mas muitas outras movimentações foram realizadas no norte do Espírito Santo, desde o início da implantação da moderno-colonialidade. São desconsiderados os indígenas, os negros e também brancos europeus que não estavam no comando assim como dos que viriam a ser chamados de caboclos, da mestiçagem, que para cá vinham de vários pontos do país, em especial dos estados vizinhos Minas Gerais e Bahia.

Os indígenas aparecem como “selvagens”, “ferozes”, e são objeto de um intenso e, como sempre, violento projeto civilizatório. *O milagre espantoso de sua resistência indígena está a nos demonstrar que a etnia é uma das forças mais prodigiosas da história.* (Ribeiro, 1995, p. 123). Os negros reinventam territórios com ações e conquistas na retomada de terras quilombolas no norte do ES que é chamada na região de São Mateus e Conceição da Barra de “Sapê do Norte” no norte do Espírito Santo. Os colonos europeus que, em numerosos casos, não encontraram

aqui as condições que esperavam, também se lançam em terras desconhecidas (o *habitat* era desconhecido).

O encontro destas etnias se dará em circunstâncias que os colocavam de certa forma na mesma condição - a de dominados - o que gerou uma convivência pela sobrevivência e pelo encontro do projeto de libertação. Darcy Ribeiro refere-se a esta “mestiçagem” como um importante elemento na composição do povo latino americano, aos quais chama de Povos Novos ⁶, e segundo ele:

(...) “concerne àquelas populações oriundas da mestiçagem e do entrecruzamento cultural de brancos com negros e com índios de nível tribal, sob dominação dos primeiros. Tais são, entre outros, os brasileiros, os colombianos, os venezuelanos e cubanos. Sua característica diferencial é a de povos desculturados de sua indianidade, africanidade ou europeidade para serem um étnico novo.” (Ribeiro, 1995, p.132)

Ao falarmos em norte do Espírito Santo não estamos simplesmente delimitando uma linha divisória, mas sim buscando entender o significado político-cultural deste norte que se constituiu e constitui-se ainda hoje em *fronts*:

*“Observemos que fronteira deriva de **front**, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. Definido quem controla o **front** este se transforma em fronteira que, depois, passa a ser naturalizada.” (Porto-Gonçalves, 2006, p.269)*

O norte do ES pode ser pensado a partir de diferentes momentos de sua história territorial (períodos e seus referenciais). Há momentos marcantes de

⁶ Darcy Ribeiro em sua classificação dos povos extra-europeus modernos distingue quatro categorias: Os Povos Transplantados - herdeiros da civilização europeia ocidental - beneficiários e vítimas de sua própria expansão. Os Povos Testemunho, remanescentes de povos contra os quais chocou-se a expansão europeia sem, contudo, assimilá-las na condição de novos implantes seus - indianos, mulçumanos, chineses, indo-chineses, japoneses, etc. e nas américas são representados pelo México, Peru, Bolívia e Guatemala. Os Povos Emergentes, grupos étnicos que se alçam na Europa, África e Ásia e também nas Américas, numa reconstrução de um perfil próprio e inconfundível.

ocupação colonial-moderna do Norte do Espírito Santo (que provocam também retiradas) que destacamos por seu significado na nossa análise.

Podemos perceber a configuração de *fronts* no Espírito Santo, a partir do olhar colonizador, que está expressa na classificação, segundo o fato geográfico que conduziu à formação das cidades que Cícero de Moraes (2004) adota, a partir da geografia (trazida de Pierre Monbeig e o conceito de “*franjas pioneiras*”) no seu livro intitulado “*Geografia do Espírito Santo*”:

Cidades-porto; cidades-praia; cidades-boca de sertão; cidades-cruzamento de vias de transporte; cidades-centro agrícola; cidades-estação ferroviária; cidade rodoviária; cidades-litígio. (Moraes, 2004, p. 197)

A pensarmos segundo esta classificação, os referenciais espaço temporais estão relacionados a expansão do desenvolvimento (avanço para o “sertão”) e suas formas técnicas consideradas (segundo esta classificação) como mais importantes (porto, ferrovia, rodovia).

Assim, segundo esta classificação podemos perceber a invisibilização dos indígenas e dos quilombolas no território:

Classificação	Município	Discurso Subalternizador/ Invisibilizador
<i>“Cidade-porto”</i>	São Mateus e Conceição da Barra	Entendimento de que a vida naquele lugar só passa a existir em função do “progresso trazido pelo Porto”: <i>“Todos os primitivos núcleos de povoamento do Estado nasceram sob o signo de cidades-porto. Se lhes tirássemos essa condição, perderiam a razão de viver e teriam de passar à categoria de cidades mortas.”</i> (Moraes, 2004, p. 200)
<i>“Cidade-boca de sertão”</i>	Nova Venécia; Pancas; São Gabriel da Palha	Entendimento de que as terras que não eram ocupadas por brancos colonizadores não eram ocupadas e eram por isso “sertão” no sentido de “vazio demográfico”: <i>“Cada obstáculo que fizesse demorar a penetração fazia nascer um ponto de povoamento para abrigar os intermediários entre o sertão e as terras povoadas na direção dos portos. Se se tratava de um rio navegável o obstáculo era a primeira cachoeira interrompendo o tráfego fluvial. Se se tratava de um caminho ou estrada, era uma parada prolongada no prosseguimento da construção”</i> (Moraes, 2004, p. 212)

Até 1743 a região que viríamos chamar de norte do Espírito Santo estava sob jurisdição da capitania do Espírito Santo, conforme a primeira divisão de capitanias, o limite norte desta era o rio Mucuri (a terra capixaba principiava na ponta sul do rio Mucuri).

Bittencourt observa que:

“Com a passagem da capitania ao poder real, em 1718, passou a governá-la a partir de 1721, o capitão-mor Antônio de Oliveira Madail. É desse período que data a colonização decisiva de São Mateus, concedendo Madail faculdade aos moradores da capitania para povoarem a região, inclusive com transporte grátis.” (Bittencourt, 1987, p. 58)

No período de 1764 até 1823, o norte do Rio Doce, particularmente São Mateus passa a ser governado pela capitania de Porto Seguro:

“A influência política da Bahia sobre São Mateus remonta a 1764, quando a vila foi instalada pelo ouvidor da capitania de Porto Seguro, que, arbitrariamente, estendeu sua jurisdição até o Rio Doce. A integração do norte da capitania só seria reconhecida pela Carta Régia de 29 de março de 1809 e, posteriormente, pelo aviso de José Bonifácio de 10 de Abril de 1823, talvez como prêmio ao Espírito Santo pelo seu desempenho no processo de Independência. De qualquer forma a influência econômica baiana era incontestável em São Mateus, pesando sensivelmente a ‘exportação’ de farinha de mandioca para aquela capitania.” (Bittencourt, 1987, p.59)

No extremo norte do ES tínhamos até a década de 1940 dois grandes municípios o de Conceição da Barra (Bacia do Rio Itaúnas) e São Mateus (Rio Cricaré). Os desmembramentos iniciam-se em 1943 quando é criado Barra de São Francisco; na década de 1950 são criados 04 municípios; na década de 1960 também 04; década de 1980 mais 04; e na década de 1990 mais 02.

Quadro 1
Divisão territorial dos municípios desmembrados de
São Mateus e Conceição da Barra

Municípios	Ano de instalação
São Mateus	1764
<i>Barra De São Francisco</i>	1943
Ecoporanga	1955
Mantenópolis	1953
Água Doce do Norte	1989
Águia Branca	1989
<i>Nova Venécia</i>	1953
Boa Esperança	1963
Vila Pavão	1993
<i>Jaguaré</i>	1981
Conceição da Barra	1833
<i>Mucurici</i>	1953
Ponto Belo	1997
<i>Montanha</i>	1963
<i>Pinheiros</i>	1963
<i>Pedro Canário</i>	1981

Fonte: organização própria a partir dos dados do IBGE.

Apresentamos a seguir a figura com a divisão municipal do Espírito Santo e as micro-regiões administrativas.

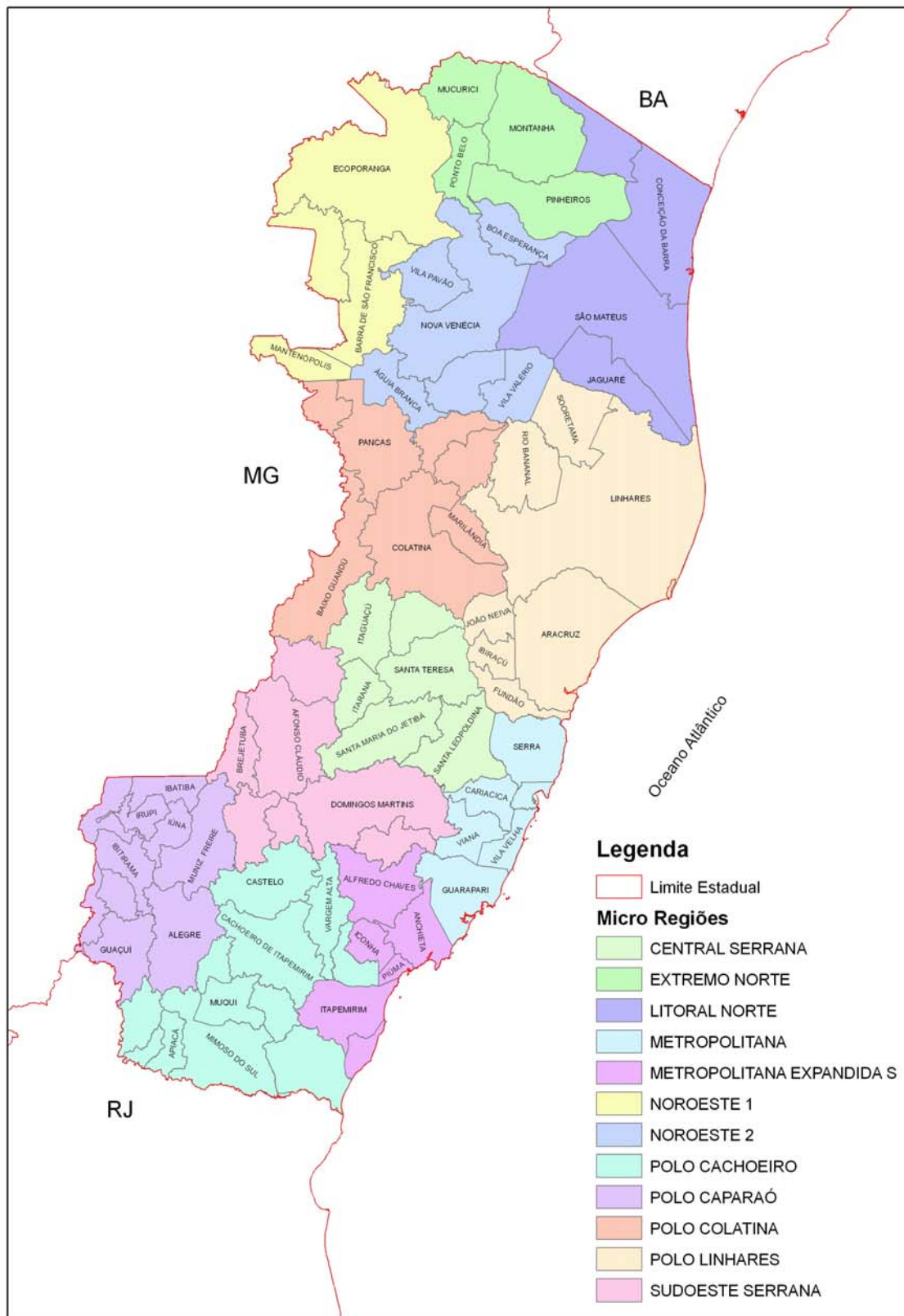


Figura 1
 Divisão político-administrativa de ES e as micro-regiões administrativas
 Fonte: IPES

Com o auxílio da figura abaixo podemos visualizar os bacias dos Rios Itaúnas (1) e São Mateus (2). Sua posição nos permite perceber de que territórios falamos ao nos referirmos a estas duas bacias hidrográficas e também ao Rio Doce (3).

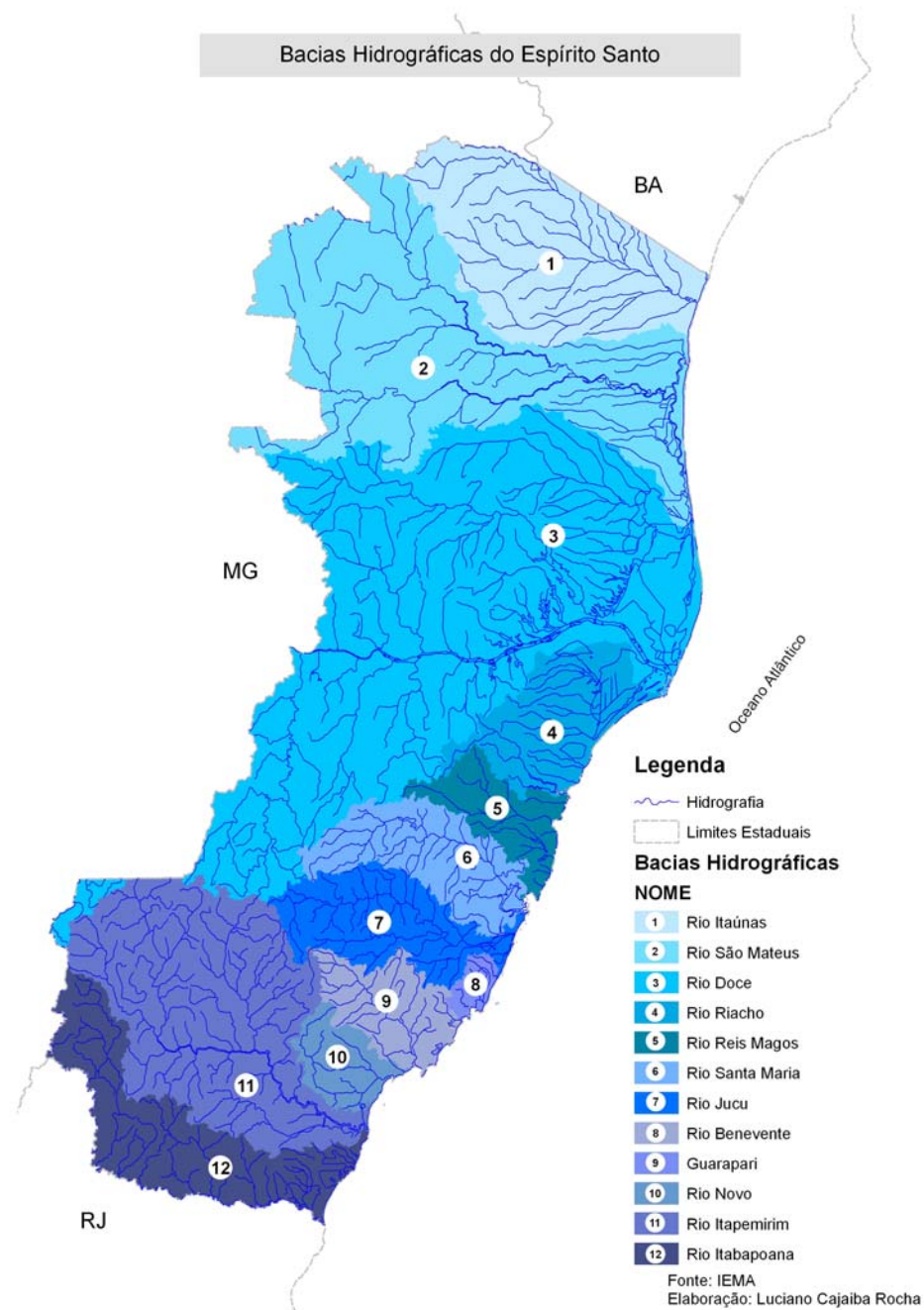
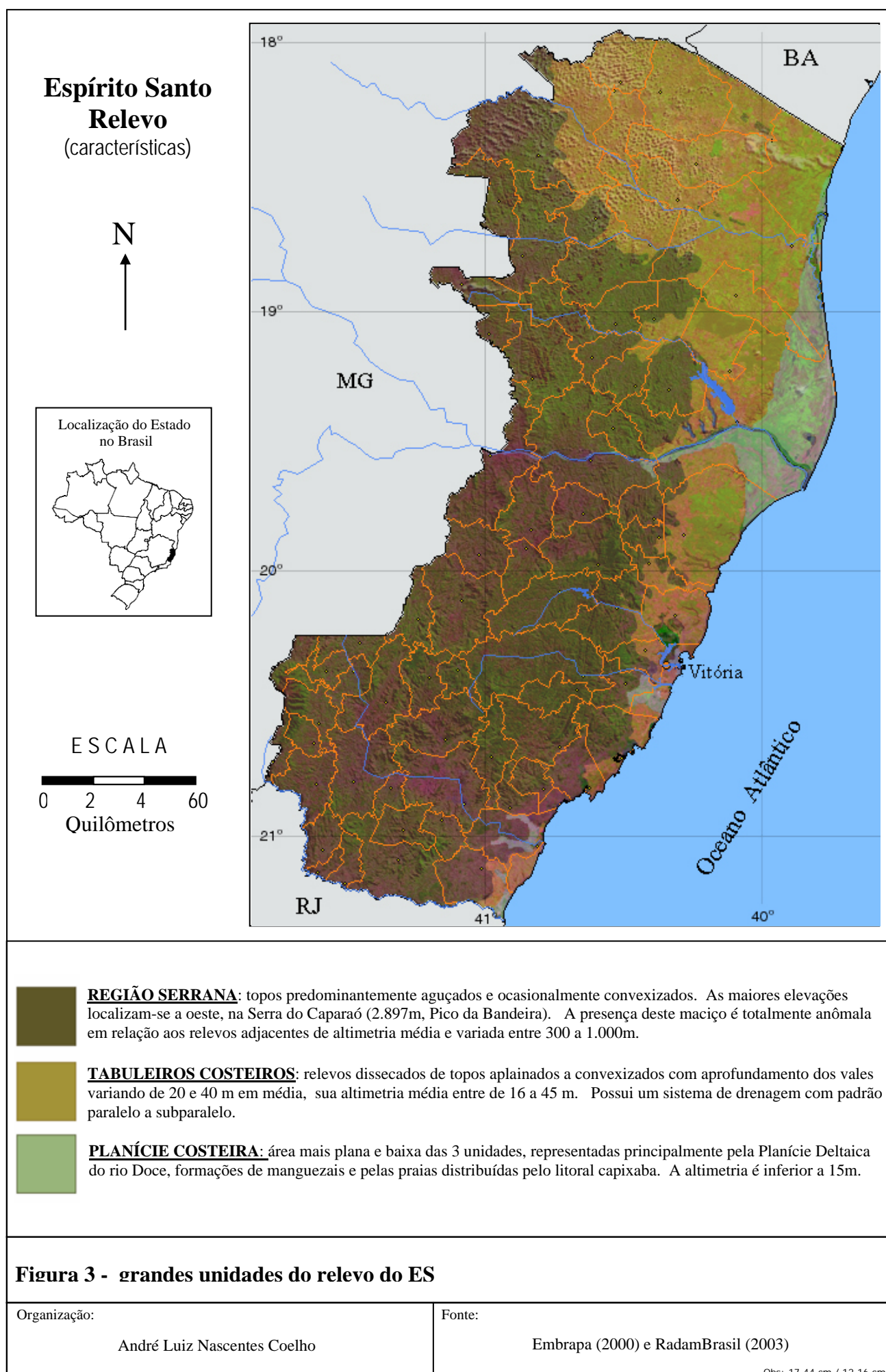


Figura 2 - Bacias Hidrográficas do ES

Na figura abaixo temos as grandes unidades de relevo do ES com as quais auxiliamos a nossa imaginação geográfica ao pensarmos no movimento no território.



1.1. Marcos referenciais dos processos de (des)territorialização no norte do Espírito Santo

Para compreendermos as dinâmicas territoriais do norte do ES recorreremos ao debate da periodização buscando pensar que processos de (des)reterritorialização são desencadeados a partir do marco da colonização reconfigurando e também inventando territórios e territorialidades. Inventando no sentido em que discute Quijano (2005) quando nos mostra que o conceito de “Europa” nasce depois do de “América” e dos outros conceitos de repartições do mundo com base no conceito subalternizador de “raça” associado ao controle do trabalho o que deu base para o exercício da hegemonia da modernidade européia no mundo atual.

Porto-Gonçalves (2006) ao propor uma periodização da globalização ressalta que muitos elementos de cada período permanecem nos dias atuais. Os processos des(re)territorialização que resultam do avanço de europeus sobre outros continentes tem como marco o ano de 1492 mas este processo permanece em parte e continua a obrigar populações subalternizadas a ceder seu território para projetos que muitas vezes significam a eliminação de seu modo de vida.

Esquematizamos os processos de desterritorialização no Norte do ES da seguinte forma:

A - processo de (des)reterritorialização indígena provocado pelo avanço do colonizador - século XV até os dias atuais.

B - (des)reterritorialização de negros africanos, século XVI aos dias atuais.

C - (des)reterritorialização de colonos europeus, século XVII aos dias atuais.

D - Constante movimentação de “caboclos”, “tropeiros”, “mineiros” num território constituído por *fronts* (as fronteiras ao norte e noroeste do Espírito Santo foram as últimas a serem definidas) séculos XVII, XVIII aos dias atuais.

E - Período atual (de 45-60) (de 60-hoje) - “desenvolvimento” e “r-existências”. Estas para Porto-Gonçalves vão além da resistência:

“(...) a colonialidade sempre fez parte de nossa formação moderna, desde o exclusivo colonial às políticas de ajuste estrutural e à dívida externa. Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. (Carlos Walter Porto-Gonçalves, 2005: 23)

Para alimentar nossa imaginação geográfica, mostramos o esquema abaixo representando (em rosa) possíveis movimentos no território (e daí pensarmos na densidade de relações que este movimento gera desde o marco da colonização).



Figura 4 - Representação esquemática dos processos de desterritorialização no norte do ES. Organização própria.

Veremos agora um pouco sobre cada um destes processos.

A - Processo de (des)reterritorialização indígena provocado pelo avanço do colonizador

A cena que se costuma associar ao início do processo colonizador no nosso país é a da chegada de caravelas desembarcando ou avistando terra. Podemos, outrossim, visualizar o desencadeamento do processo de (des)(re)territorialização indígena. Assim, quando das primeiras imposições da moderno-colonialidade no norte do Espírito Santo, há uma movimentação dos índios para as terras altas a oeste. Iniciou-se um longo processo de desterritorialização e de extermínio de indígenas. Há registros na literatura de populações indígenas que são levadas a caminhar para oeste, fugindo ou resistindo à civilização e com o reforço do conceito subalternizador “*aculturamento*”.

“Quanto ao processo de aculturamento do botocudo, resultou ele, em território capixaba, do próprio avanço da colonização nas áreas de seu habitat. A opção de sobrevida para a cultura indígena impunha, ao botocudo, o adentramento nas matas ainda inexpugnáveis do noroeste do espírito-santo, cujos limites com Minas Gerais se mantinham imprecisos.” (Neves & Pacheco p. 37)

Deslocam -se em direção à Serra dos Aimorés, (zona de litígios entre Minas Gerais e Espírito Santo) e também para o norte, na divisa com a Bahia. Na porção ao norte do Rio Doce e Noroeste do atual estado do ES, configurou-se num *front* de resistência dos indígenas. Há o registro de um grande massacre de índios Botocudos na Serra dos Aimorés, em 1929, (ver, entre outros, José Teixeira de Oliveira, Cícero de Moraes). Tal massacre visava acabar com a resistência dos índios que eram vistos como “*empecilhos ao progresso*”.

A resistência é relatada como reação à violência do colonizador. Auguste Saint-Hilaire que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, analisa que os índios ficaram primeiramente apavorados mas que diante das atrocidades dos

portugueses, reagem e tentam retomar seus territórios. Conhecer o território lhes confere uma qualidade de resistência, já que estas matas eram seu *habitat*.

A grande presença indígena aparece relatada em alguns trechos de Pacheco & Neves (1992) num discurso ambíguo que afirma a presença e reforça o “extermínio”:

“O extermínio das tribos que se localizavam das selvas do Rio Doce às do Mucuri incrementou-se no correr do século XIX. Como até começos deste século esta vasta região havia conseguido se manter inviolável à penetração colonizadora, nessa área sobreviviam vários grupos indígenas, genericamente denominados botocudos e aimorés, estes mais próximos à Serra a que deram nome.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 36)

(...)

“No começo do século XX, estavam já os botocudos reduzidos a grupos errantes acometidos pelas doenças e pela fome, podendo, entretanto, ainda ser flagrados em meio às matas ao norte do Rio Doce, nos vales dos rios Pancas e Braço Sul do Rio São Mateus.” (idem, p. 37)

Os Jesuítas introduzem e operacionalizam a idéia de “reserva indígena” com as chamadas, na época, “*reduções indígenas*” . Os Jesuítas entram por Filadélfia, fundada por Teófilo Otoni, na metade do século XIX. Valendo da obra do Frei Jacinto de Palazzolo ⁷, Neves e Pacheco (1992, p. 38), buscam verificar se os indígenas habitavam as terras que formariam Ecoporanga na época em que instituíram o aldeamento (ou redução) de Itambacuri⁸, em 1873. E seguindo num discurso ambíguo, relatam a presença de dezenas de tribos do vale do Mucuri:

Recuando do litoral os Machalis, os Nak-Nanuks, os Giporoks, os Macunés, os Aranás, os Urucus, os Pojichás, os Crisciúmas, os Tá-Monhecs, os Potés, os Patachós, etc... se fixaram na extensa faixa de terra que se encontra situada no vale do rio Mucuri, estendendo-se ao NE e NO até alcançar o Jequitinhonha, até o rio Doce e Suassui Grande. Estas tribos, que em sua totalidade integravam a poderosa

⁷ *Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce; como surgiu a cidade de Itambacuri.* São Paulo, Nacional, 1952 (Coleção Brasileira)

⁸ o aldeamento de Itambacuri ficava as margens do rio de mesmo nome a 40 km de Filadélfia (hoje Governador Valadares, MG) fundado pelo Frei Serafim de Gorízia, em 1873.

nação Botocuda, viveram em contínua e fratricida guerra, que a fome ateou, obrigando-as a se disputarem pequenos territórios, onde encontrassem raízes tuberosas alimentícias, alguma caça e peixe com que manter a própria subsistência. Resultou desse ininterrupto e sanguinolento embate entre irmãos, como era fatal, a derrota e absorção dos mais fracos pelos mais fortes.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 38)

Também são citados neste mesmo estudo os índios que foram morar na aldeia de Itambacuri: *Kracatãs, Cujam, Jerunhin e Nernhim, que erma do Poté, Trindade e Pontaret, os Hen, Jakjat, Rimré, Kremum, Nham-nham, Camri, Pmacgirum, que habitavam em Crisciúma, Potão, São Mateus, Peixinho, Bananal, Maurício, Catoré Grande e São João. Os pojichás resistiram mais tempo ao aldeamento:*

“Respondendo à pergunta sobre quem eram os pojichás, Frei Jacinto de Palazzolo dá esta informação reveladora para o esforço de identificação dos índios da região de Ecoporanga: “habitavam (os pojichás) nas extensas matas do Rio São Mateus, que, nas cabeceiras, se aproxima do Itambacuri, do qual se afasta cada vez mais em seu curso, em direção da cidade, bem conhecida nas cartas geográficas de província do Espírito Santo e que do mesmo (rio São Mateus) recebeu o nome...”

[...]

Como se lê, a situação geográfica em que ficam enquadrados os pojichás deixa evidenciado que seu território, nesta época (1873), se não se circunscrevia às terras que originaram o município de Ecoporanga, certamente as incluíam.” (Neve & Pacheco, 1992, p. 39)

Os autores informam ainda que, segundo Diogo de Vasconcelos, em *História Antiga das Minas Gerais*, o Pojichás seriam descendentes dos Tapuias, *descrevendo-os com porte agigantado e robusto, ágeis no manejo de arcos imensamente grandes, bons corredores, nômades sem casa, roça ou aldeia. Caçadores serviam-se de carne crua. Traiçoeiros, atacavam sob proteção da mata, deslocando-se nas selvas em pequenos grupos.* (Neves e Pacheco, 1992, p. 39)

E continua:

“Em 1909, foi feito um derradeiro acordo de paz com dois capitães Pojichás, Paulo Pojichá, então bastante alquebrado pela idade, e Joaquim Vakeman Pojichá, para que o destroço da tribo, cerca de 50 indivíduos, recebesse a tutela dos capuchinhos de Itambacuri. Ainda assim alguns índios Pojichás, mesmo sob a assistência dos franciscanos, preferiram a vida na selva a ficarem no aldeamento capucho.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 40)

Hoje as populações indígenas que resistiram no norte do ES estão concentradas em aldeias no município de Aracruz e conseguem depois de um longo processo de reivindicações reabrir o processo de reconquista de uma área de pouco mais de 11mil hectares. A esse respeito a geógrafa Marilda Maracci desenvolve seu projeto de doutorado. É importante ressaltar portanto que há o etnocídio mas, constrói-se um processo de resistência, pautado na *r-existência*.

B - (des)reterritorialização de negros africanos e um pouco sobre São Mateus e a chegada de escravos através do seu porto.

A localidade do hoje conhecida como centro histórico do Porto de São Mateus torna-se uma importante referência no processo de ocupação deste território. Neste porto desembarcam centenas de africanos, desterritorializados e no seu longo processo de reterritorialização chegando hoje à definições de terras de quilombos no “Sapê no Norte” (ver Ferreira, 2001). Importante porto para comercialização dos produtos para a colônia e que gera uma movimentação e segue com a busca do interior através dos rios Cricaré e Itaúnas.

Assim, principal referência do norte do Espírito Santo no início da implantação da moderno-colonialidade no Brasil, do ponto de vista das ações dos colonizadores portugueses, é província de São Mateus e o Porto de São

A farinha de mandioca ali produzida comercializada através do porto principalmente com as pequenas cidades do Sul da Bahia e Salvador mas também com Vitória e Rio de Janeiro.

“É assim que entendemos a divisão a que estava sujeito ao tempo da Independência, pelo que lhe representava o mercado baiano, relutando São Mateus em jurar independência, sob a jurisdição do Espírito Santo. Tal era a importância da produção de farinha para o município que, em 1856, chegou-se a “exportar” 25 mil sacos do produto só para o Rio de Janeiro.” (p. 60)

A economia da mandioca teve força para gerar a “modernização” do porto no século XIX, criando-se também uma infra-estrutura para a exportação do café.

Da produção provincial de café, computada no período 1884/1885, 492.778 kg eram provenientes do município de São Mateus. Não da histórica cidade, cujas terras das cercanias não se prestavam muito ao café, mas da área do curso mais elevado do São Mateus, da proximidades da Serra dos Aimorés, onde se abriram as primeiras fazendas de café da região. (Bittencourt, 1987, p.60)

As relações com o noroeste de Minas eram mais intensa, estava em jogo a disputa por alcançar o mar através do Porto de São Mateus. Assim alguns caminhos, naquele período foram abertos na direção leste oeste, e não em direção à Vitória. O comércio de farinha de mandioca, do café e da cana-de-açúcar, dinamiza a navegação flúvio-marinha e cujo transporte para o Rio de Janeiro era feito em grandes embarcações pela Barra de São Mateus:

Além das embarcações a vela pelas quais esses potentados rurais do norte da Província faziam o comércio com as províncias vizinhas, São Mateus tornou-se escala obrigatória dos vapores, quando se ensaiou a navegação regular no Espírito Santo. Naquele porto registrou-se a presença dos “Diligente”, “Juparanã”, “Alice”, “Santa Clara”, entre outras embarcações pertencentes à Companhia Espírito Santo e Caravelas. Mais tarde os navios do Lloyd Brasileiro: “Mayrink”,

“Vitória”; chegando ao apogeu com os vapores de “Miranda, Jordão & Cia, que, de 15 em 15 dias, aportavam à cidade.

Em síntese, a economia tradicional do açúcar e, sobretudo, da farinha de mandioca criou um infra-estrutura portuária no São Mateus, que, como vimos, desde cedo resultou num certo dinamismo que contrastava mesmo com o marasmo das vilas abaixo do Rio Doce. Tudo isso contribuirá sensivelmente à implantação da cafeicultura, a oeste da região, também tributária do histórico porto, em cujo entorno pululava a vida no século passado. Seus casarões e ruínas são atestados vivos dessa pujança econômica, cuja acumulação de capitais redundou até mesmo na criação do primeiro teatro do Espírito Santo (inaugurado 21 anos antes do Melpômene, o primeiro grande teatro de Vitória, em 20 de setembro de 1875).

Por volta de 1889, quando se proclamou a República, já teria deixado de existir o Teatro de São Mateus, mas o Porto continuou em franca atividade, atravessando incólume as crises do café, cujo apogeu contribuirá, decisivamente à implantação da ferrovia, já na segunda década do século XX (com objetivo de ligá-lo ao vale do Rio Doce). (Bittencourt, 1987, p. 62)

Hoje as comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo estão em pleno processo de luta pela terra passando por reconhecimento de territórios. Cerca de 40 comunidades participam desta articulação tendo montado a associação Quilombola de São Mateus e Conceição da Barra. Participam desse processo as entidades reunidas na *Rede Alerta Contra o Deserto Verde*, que agrega movimentos sociais rurais e urbanos na contraposição à expansão do eucalipto. Entre os trabalhos desenvolvidos podemos citar a pesquisa de Mestrado (2001) e de Doutorado (em andamento) de Simone Ferreira e parcerias dos quilombolas com a FASE-ES e a Rede Alerta.

C - Des-re-territorialização de colonos europeus (e os caminhos para noroeste via lagoa Juparanã e rio São José e depois ponte sobre o Rio Doce em Colatina e depois em Linhares (um pouco da história da formação destes dois municípios))

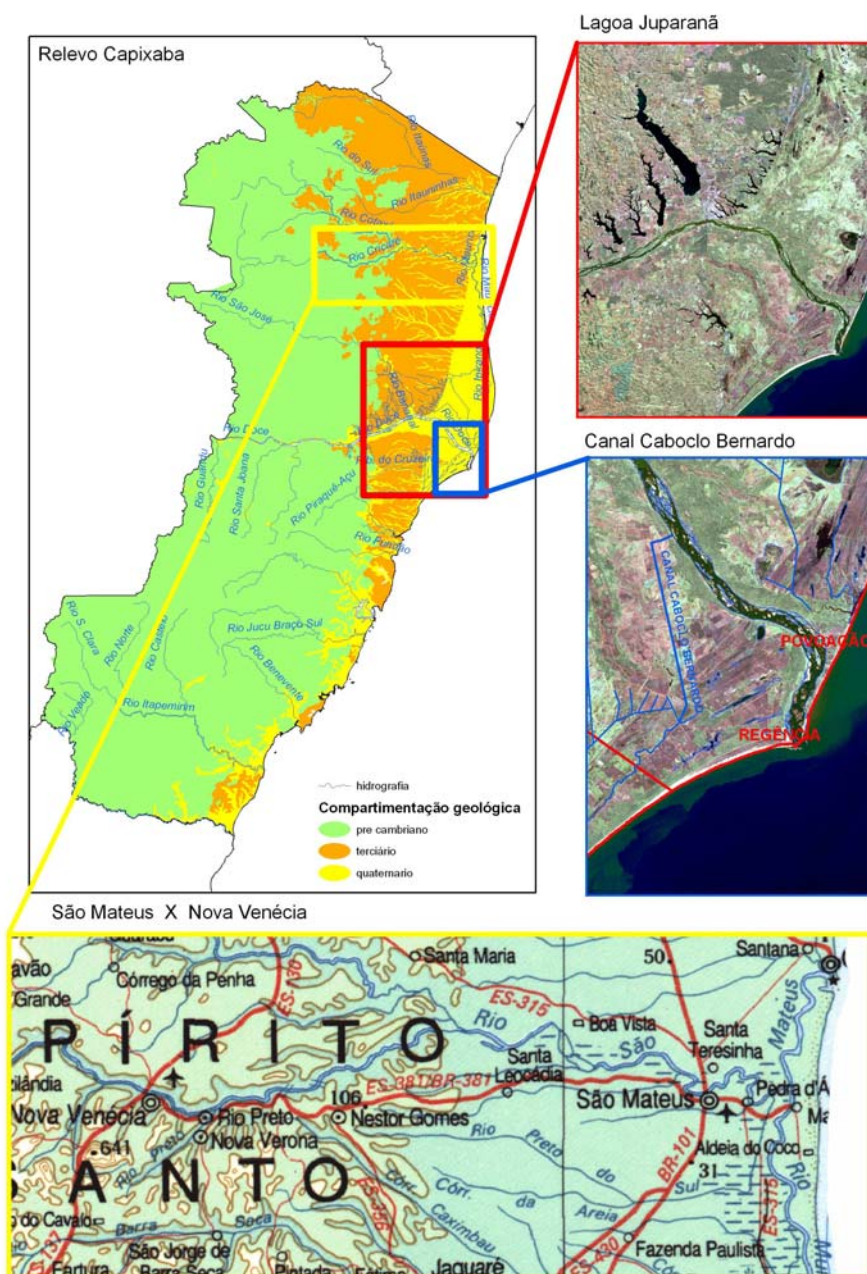


Figura 6 - Localização da lagoa Juparanã, Canal Caboclo Bernadardo e da Estrada ES 381.

Outro importante eixo de movimentação busca o norte através do rio São José, passando por Linhares em direção ao norte e noroeste. Principalmente colonos italianos e outros europeus, estimulados pela busca de terra para cultura do café e para a criação de gado. Século XIX e início do século XX. A travessia do Rio Doce através de Colatina busca o noroeste do estado. (principalmente colonos italianos e outros europeus, também estimulados pelo café e pela criação de gado) século XIX e início do século XX.

No final do século XIX e início do século XX, há algumas empreitadas no sentido de integrar o norte do Espírito Santo a Vitória e a Colatina.

A estrada de ferro ligando São Mateus a Nova Venécia, pensada principalmente para transporte de madeiras tinha, em 1895, 23 km de leito concluídos. Este trabalho foi abandonado e retomado, em 1921, pelo Presidente da Província, Nestor Gomes. Do projeto inicial (estendê-la até Colatina) restringiu-se a 65km de extensão (entre São Mateus e Nova Venécia). Em 1941 a bitola utilizada já não era mais compatível e optou-se por *modernizá-la* e assim transformá-la em rodovia. (MORAES, C., 2004, p. 20). Este caminho, entre São Mateus e Nova Venécia torna-se um importante eixo de penetração para oeste no extremo norte capixaba.

A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, passando por Colatina, em 1906, projetada inicialmente para viabilizar a comercialização do café de Minas Gerais através do porto de Vitória, vai ter, também, impacto na dinâmica territorial do norte do Espírito Santo,

Essa passagem da ferrovia pela cidade mudou substancialmente o equilíbrio espacial da região, que passou a ter em Colatina o seu centro.

[...]

*O impacto político que o dinamismo econômico criava, com o novo sistema de transporte foi logo sentido. Em 1907 a sede do município de Linhares foi transferida para a vila de Colatina*¹⁰.

“O comércio linharensense desenvolveu-se. Toda a engrenagem que constituía o sistema de transporte se desarticulou, levando de roldão economias sólidas e nomes respeitáveis. Como se isso não bastasse, o

¹⁰ Colatina nessa época pertencia ao Município de Linhares.

Cel. Alexandre Calmon, liderando um movimento em favor de Colatina, arranca, quase que à força, a sede do município de Linhares, transportando todo o arquivo para Colatina e, pela Lei n. 488, de 22 de novembro de 1907, [...] consegue a transferência legal da sede do município de Linhares para a vila de Colatina. (Teixeira, 1974, p. 20, apud Campos Júnior, 2004).

Em 1921 foi criado o município de Colatina:

... “que na época possuía área correspondente aos atuais municípios de Colatina, Baixo Guandu, Pancas, Alto Rio Novo, Água Doce do Norte, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Sooretama, Linhares, Marilândia, Rio Bananal e São Domingos do Norte.” (Campos Júnior, 2004, p. 23 e 24)

A construção da ponte Florentino Avidos sobre o Rio Doce, em 1928, em Colatina, reforça relações entre os municípios do noroeste do Espírito Santo e Colatina, representando uma canal de comercialização do café e do gado daquela região. O noroeste era mais propício para o café que a região de tabuleiros e de planícies litorâneas. Este, entre outros, foi um dos motivos para a escolha da ponte em Colatina (e não em Linhares) e que estimulou a penetração do café ao norte do Rio Doce:

“Os caminhos abertos para a derrubada das matas no Norte do Espírito Santo, que dariam lugar ao café, partiam de Colatina. Esses mesmos caminhos serviam para a descida de madeira, que no município era embarcada, na ferrovia, para Vitória, para dali alcançar seu destino final, no exterior.” (Campos Júnior, 2004, p. 23 e 24)

O autor observa ainda que o comércio de madeira dinamizou Colatina naquela época com o surgimento de muitas serrarias, sendo, portanto, entreposto de madeira e de café. *Os caminhos construídos pelas madeireiras deram lugar às estradas, que traziam o café (idem, p.26).* Além disso, o fato de ser entreposto dinamizou a economia da cidade em especial com o surgimento de armazéns de café e do comércio em geral.

Há deslocamentos em direção ao noroeste do Espírito Santo, em direção a Barra de São Francisco, vindos de Minas Gerais, passando por Mantena. Na década de 1930, afirma Campos Júnior (2004, p. 27) Barra de São Francisco era considerada a última grande reserva de terras devolutas da região.

Outro eixo de busca do noroeste parte do Rio Preto, afluente do São Mateus, em direção a Água Doce do Norte e outro em direção do rio 2 de Setembro, até Patrimônio do Serro e em direção do Rio 15 de Novembro, ambos afluentes do Braço Norte do Rio São Mateus. Mas conforme Campos Júnior, não há dados precisos sobre estes deslocamentos. Afirma que o eixo mais importante foi o de Colatina:

“O eixo mais expressivo da ocupação do norte do rio Doce partiu, de fato, de Colatina. Seguiu o rio Pancas, afluente do Rio Doce, até o remanescente aldeamento indígena dessa localidade, onde o rio Panquinhas deságua. Desse aldeamento, a ocupação chegou A Laginha, em 1933. Do eixo principal, orientado pelo rio Pancas, partiram eixos secundários, que tomaram a direção leste. O primeiro deles formou o povoamento Liberdade, em 1935, e seguiu em direção à lagoa Juparanã. As indicações dão conta de que a ocupação, naqueles arredores, aconteceu em 1944.”

Outro eixo que parte do Rio Pancas para leste origina a formação de São Domingos, em 1940, e Brasil Novo, próximos aos afluentes do Rio São José:

“De São Domingos a ocupação ramificou-se à esquerda e à direita. A da esquerda passou por Águia Branca, antiga colônia de imigrantes poloneses, fundada em 1928, e seguiu até Barra de São Francisco. A ramificação da direita fundou São Gabriel da Palha, situada às margens do rio São José, em 1942. Em prosseguimento, o movimento de ocupação encontrou, por volta de 1947, próximo ao rio Barra Seca, a frente, também de ocupação, vinda em sentido oposto, que partiu de Nova Venécia.” (Campos Júnior 2004, p. 28)

A ponte sobre o Rio Doce em Colatina deveria conectar-se com a estrada de ferro que seria construída entre Colatina a Nova Venécia. E de Nova Venécia podia-se atingir o porto de São Mateus. Através da estrada de ferro São Mateus Nova Venécia, mencionada anteriormente. Mas a estrada de ferro Colatina Nova Venécia não saiu do papel e iniciam-se suas obras já como estrada de

rodagem e após 19 anos (1928 a 1947) foi concluída. Esta investida do desenvolvimento para o “interior”, gerou uma movimentação que teria ajudado a fundar e “povoar” São Gabriel de Palha.

Sobre estes caminhos de entrada para o norte através de Colatina ponderamos que, como esta é a história da qual se tem registro, outros caminhos também se somariam a estes. Destacamos esta questão pois pouco há sobre os negros libertos e que também percorreram estes caminhos ou caminhos paralelos. Também há um silêncio em relação aos indígenas que, freqüentemente, aparecem na literatura como “os ferozes Botocudos”, “empecilho ao desenvolvimento”. Há também as histórias dos *brancos europeus* que aqui chegaram e não encontraram o esperado apoio do governo brasileiro ou capixaba bem como dos *caboclos* do Espírito Santo e de Minas e do sul da Bahia que também não aparecem nos escritos.

Nos anos 1940, 1950 há procura pelo norte do rio Doce por parte de imigrantes italianos (principalmente) na busca de novas terras para o café e para o gado. Referindo-se à sua viagem à zona de colonização antiga de Santa Leopoldina e Santa Teresa, em 1957, Pasquale Petrone nos relata:

Embora tenhamos visto muitos cafezais novos, ou áreas sendo preparadas para o plantio, a impressão que nos ficou, alicerçada pelos inquéritos efetuados e pelos cafezais vistos, foi de que a lavoura cafeeira da região encontra-se em decadência. [...] O povoamento recente das áreas ao norte do Rio Doce, também efetuado na base da lavoura de café, teria contribuído, por sua vez, para que cafezais pouco produtivos das zonas velhas fossem abandonados em favor dos cafezais das zonas novas, de maiores rendimentos. (Petrone, 2004, p. 45)

Além disso, relata Petrone (2004, p. 57), há relação entre as áreas de colonização antiga e as ao norte do Rio Doce em relação à criação pois dizia “*não é raro o colono dos municípios de Santa Teresa ou Santa Leopoldina possuir terras também nas zonas novas ao norte do Rio Doce*” pois quando as terras ficavam muito secas na zona antiga, principalmente no inverno, levavam o gado para áreas ao norte de Colatina. Os que não possuíam propriedades ao norte do Rio Doce alugavam pasto.

Desta forma as terras ao norte do Rio Doce, passando por Colatina, recebem muitos filhos de imigrantes italianos e também os próprios imigrantes que não conseguiam boas terras na zona de colonização antiga e partiam para o norte, muitos rumo a noroeste, como atestam os relatos de Adilson Vilaça (Revista Século Diário, vários números), configurando também uma entrada para o norte, tanto em função do café como da criação de gado.¹¹

A expansão das frentes colonizadoras para o norte do Espírito Santo, de meados do século XVIII às primeiras décadas do século XX, está relacionada com a expansão das lavouras de café.

D - Constante movimentação de “caboclos”, “tropeiros”, “mineiros” num território constituído por *fronts*. Séculos XVII, XVIII aos dias atuais.

Um dos importantes caminhos de entrada de caboclos e tropeiros mineiros no Espírito Santo é através da antiga Serra do Souza hoje Serra do Mutum Preto e também pela fronteira da região noroeste no século XIX e início do século XX. A entrada de baianos e outros migrantes do nordeste do país no século XIX e início do século XX.

¹¹ Lembramos que houve também entradas de caboclos mineiros para o norte do ES, através da Serra do Sousa, e também de baianos e de outros estados do nordeste, como Ceará. Observamos que para Petrone há uma caboclização do imigrante italiano e segundo ele “a caboclização não é a assimilação desejada, indiscutivelmente não é o que convém para o país. Não é para isto que levamos colonos deslocaram-se para cá e é extremamente prejudicial o nivelamento bitolado pelos padrões dos nossos caboclos” (Petrone, 1957, p. 119). O autor acredita que esta “caboclização” é mais acentuada no Espírito Santo que nos estados do sul do país.

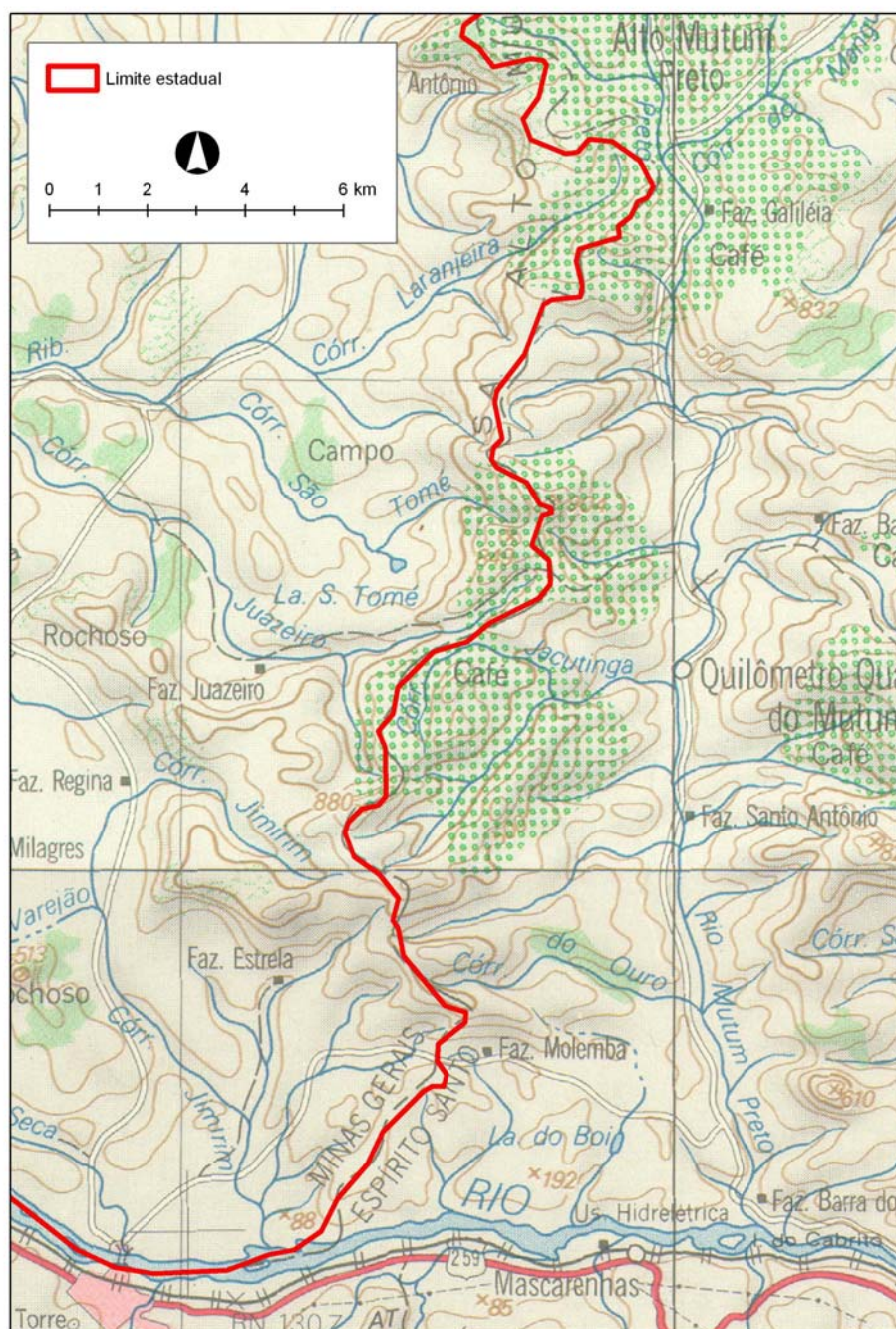


Figura 6a - Localização da Serra do Souza, hoje Serra Alto Mutum Preto na divisa ES/MG nos municípios de Baixo Guandu e Pancas.

O Frei Inocêncio de Comiso, que pertencia a ordem dos capuchinhos, recebeu, em 1937, a doação das terras que dariam origem a Ecoporanga.¹² Apesar de ter sua vila fundada em 1937 o município será oficialmente reconhecido em 1953. Mas desde a fundação daquele núcleo, há correntes migratórias mais intensas chegando em Ecoporanga lavradores, lenhadores, madeireiros, caçadores e posseiros. Neves & Pacheco (1992, p. 44) oferecem uma cronologia da ocupação de Ecoporanga:

Uma cronologia das migrações para Ecoporanga

1918	Colonos mineiros penetram na região do rio Pancas
1928	Encontram-se no vale do rio Mantena correntes colonizadoras vindas de Colatina e Minas Gerais. Neste mesmo ano Bértolo Mallacarne, oriundo de Castelo, sul do Estado, traz as primeiras famílias de origem italiana para o rio São Domingos, e os poloneses, introduzidos pela Sociedade de Colonização de Varsóvia, iniciam a colonização do Rio São José.
1934	O corte de madeiras e febre do café levam colonos até o extremo noroeste do Estado, no vale do Cotaxé, braço esquerdo do rio São Mateus, hoje Município de Ecoporanga
1939	Colonos baianos penetram no alto Itaúnas. Em 1941 Manoel Pereira Sena funda a Fazenda Itaúnas, cuja sede, em 1950, se transforma na vila de Mucurici.
Principais Municípios de origem dos migrantes	De Minas Gerais: Conselheiro Pena, Teófilo Otoni, Pedra Riscada, Carlos Chagas, Tumiritinga, Galiléia, Matipó, Alto Capim, Manhumirim Do Sul da Bahia: Itabuna e Itamaraju Do Espírito Santo: Afonso Cláudio, Alegre, Muniz Freire, Itaguaçu, Baixo Guandu, Colatina, Nova Venécia

Fonte: Organização própria a partir de Neves & Pacheco, 1992, p. 44

Notar que o discurso de lugar vazio a ser ocupado está sempre presente

¹² “Esse gesto de doação tornara-se comum em toda a região, da parte dos posseiros desbravadores para os padres franciscanos.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 42)

“O migrante, tornando-se posseiro, esbarrava então com a dificuldade de regularizar suas terras, primeiro pela falta de agrimensores e pelo alto preço das medições e, segundo, pelas dificuldades burocráticas na Capital do Estado. Muitas vezes esta regularização era prometida por grandes empresas madeireiras, em troca de madeiras de lei existentes no terreno, mas nem sempre tal disposição contratual era cumprida.”¹³
(Neves & Pacheco, 1992, p. 45)

Os que tinham poder econômico e político para fazer legalizar suas terras, incorporam terras de pequenos posseiros o que gerou concentração de terras e conflitos entre os pequenos posseiros e os fazendeiros.

“Glebas indivisas com fronteiras fluidas, ocupantes e invasores reivindicando posses e direitos sobre elas, interesses econômicos ligados à exploração da madeira e à formação de fazendas de café e de gado, a ausência da atuação pronta e eficaz da jurisdição governamental num território que, por si só, já se tornara uma questão sensível entre dois Estados da Federação, constituíram os ingredientes desse quadro conflituoso em que não faltava, obviamente, o interesse fiscal no afã arrecadativo.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 46)

Arbitrariedade e violência marcaram as definições destas terras bem como a obtenção dos títulos de propriedade. Estes conflitos constroem no imaginário da população capixaba a idéia de que esta era (e ainda é) considerada “terra de ninguém”,

“Em termos interestaduais, a solução veio com o acordo de limites celebrado em 1963 entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Em termos locais, o conflito entre posseiros e proprietários de terras iria se tornar mais intenso justamente no decorrer daquela década.”
(Neves & Pacheco, 1992, p. 48)

¹³ Reproduzo aqui uma nota de Neves & Pacheco (1992, p. 99, nota n. 45)

“A Lei de Terras era a de número 1.711, de 18.02.1929. Os lotes a serem vendidos teriam 150 ha no máximo, em se tratando de lavouras, e 200ha, no máximo, quando para criação ou situados em terrenos alagadiços. Permitia-se a concessão de grandes lotes, até 50.000 ha, para introdução de culturas novas ou fundação de núcleos coloniais.” Observam os autores que como o processo era muito complexo, muitos posseiros não conseguiam dar andamento no reconhecimento das terras.

Houve movimentos de resistência que se organizaram no norte do ES antes da ditadura militar. Adilson Vilaça no livro *Cotaxé*, relata a ocorrência de uma revolta camponesa na década de 1950 e que chegou a reivindicar um estado independente na região conhecida por Cotaxé, representada na figura abaixo:



Figura 7 – representação da área de Cotaxé
Fonte: Vilaça, 2003.

Encontramos o seguinte relato em Neve & Pacheco:

“Luzimar Nogueira Dias viu, nesse conflito de interesses pela posse da terra, a ocorrência da luta de classes, localizada em Ecoporanga. Travou-se para ele, um choque entre latifundiários,

tutelados pelo governo estadual através da Polícia Militar, e posseiros desprotegidos.”

“Os conflitos pipocavam em vários pontos do Município, com ênfase no distrito de Cotaxé e arredores, que, em 1953, ainda era terra coberta de matas. É do mesmo autor o depoimento de que, a partir de 1955, os militantes comunistas passaram a atrair posseiros no Cotaxé, pregando a reforma agrária e a união de todos em defesa das posses e benfeitorias. Esta militância iria ganhar intensidade à medida que a década terminava e entravam os anos 60.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 49)

“Dos conflitos entre posseiros e proprietários, em Ecoporanga, os de mais longa duração foram os da Fazenda Rezende (1951-1962) e os do rio Cotaxé (1954-1963).”

“Outro, porém, de curta duração, envolveu a frustrada tentativa de fundação do Estado União de Jeová, que teve como líder Udelino Alves de Matos, misto do fanático religioso e orientador de posseiros. O movimento, que principiara em junho de 1952, estava desfeito em março de 1953.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 49)

“Neste embate, as vítimas foram muitas, reconhecidamente do lado do pequeno lavrador. Submetidos a variadas formas de pressão e ameaças, muitos abandonaram suas terras, venderam-nas, perderam-nas. Muitos partiram para outras regiões. Grande foi o êxodo daqueles que buscaram, fora do Estado, novas oportunidades de vida.” (Neves & Pacheco, 1992, p. 50)

No final do século XVII e estendendo-se pelo século XVIII, a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas na atual Minas Gerais, movimentou o norte o Espírito Santo pois muitos caminhos foram abertos para se conseguir chegar até lá. Há inclusive a história da Serra das Esmeraldas que, conforme Oliveira (1975) era uma lenda, e que muitos se aventuraram a encontrá-la.¹⁴

Os “sertões de leste” passam a serem citados nos documentos oficiais pela denominação de “áreas proibidas”:

“Era o que Luís da Cunha Menezes, governador de Minas, dizia, sacrificando a gramática, segundo era uso: “Certão para a parte Leste denominado Arias Proibidas, na epoteze de servirem os ditos certões de uma barreira natural a

¹⁴ É o caso do Donatário Francisco Gil de Araújo, que durante seu governo entre 1678 e 1682 promoveu catorze entradas à *Serra das Esmeraldas*, sendo que duas pelo Rio Doce. A Serra das Esmeraldas se localizaria entre as nascentes do braço sul e do braço norte do Rio Cricaré.

esta capitania para segurança de sua fraude...” (Oliveira, 1975, p. 173)

Também no reino de Portugal foram feitas proibições: *“era de tal intensidade a auri sacra fames que o governo português foi levado a baixar lei¹⁵ proibindo a emigração para o Brasil, antes que de todo se despovoasse o Reino.”* (Oliveira, 1975, p. 171) Lembramos que o traçado inicial da capitania estendia-se “sertão” adentro, compreendendo as terras de Minas Gerais.¹⁶

Durante este processo de demarcação das fronteiras entre Minas e Espírito Santo há um auto de demarcação assinado em 8 de outubro de 1800 mas que só definiu as terras nas proximidades do Rio Doce pois, mais ao norte *“a região era coberta de matas e povoada de índios”* (Moraes, 2004, p. 25).

Com a carta constitucional de 1937 os estados ficavam obrigados a delimitar suas fronteiras instaurando um processo de negociação. O acordo final desta zona disputada entre Minas e Espírito Santo é assinado em 1963 e decretado pelo Ato Institucional n. 1 de 1964 (Moraes, 2004, p. 28).

E - Período atual (de 45-60) (de 60-hoje): “desenvolvimento” e “r-existências”

O norte do Espírito Santo passa a receber com mais ênfase os projetos do período da globalização neoliberal com o início das plantações de eucalipto na década de 1960 e com a consolidação do eixo rodoviário norte-sul com a continuação do asfaltamento da BR 101 no trecho Vitória a São Mateus na década 1970.

Porto-Gonçalves (2003) ao analisar os padrões de organização do espaço da Amazônia, explicita que *‘vazio demográfico’* é uma das principais construções

¹⁵ Lei de vinte de março de 1720. (Oliveira, 1975, p.171). Ainda Oliveira nos relata que segundo, Xavier da Veiga, relacionou 7 atos régios, entre 1725 e 1758, proibindo a abertura de caminhos em Minas Gerais. (p. 244)

¹⁶ Conforme Moraes, 2004, com a criação da capitania geral de São Paulo e Minas em 1709 e da capitania de Minas Gerais, em 1820, o ES, por determinação da coroa, só podia explorar as terras numa faixa de 4 léguas a partir do mar. Uma légua naquela época era de 5.920 metros o que correspondia a 23 km.

ideológicas coloniais: afinal se é vazio a ocupação está legitimada. E ao analisarmos as condições em que o processo de instalação da Aracruz Celulose se deu percebe-se que o discurso de *“lugar isolado e sem prosperidade econômica”* era, e ainda é, uma justificativa estratégica para a ocupação da região com plantios de eucalipto para celulose, assim como o é para outros empreendimentos tais como a cana-de-açúcar, a extração de granito, a fruticultura e também a pecuária.

Buscamos problematizar estes discursos sobre o norte do Espírito Santo tal como *“o isolamento do norte do ES”, “a não existência de uma economia regional”; “a ocupação do extremo norte e do noroeste deste norte foram dificultadas pelos botocutos que eram ferozes”*. Leitura que, no período atual, vai povoar o imaginário e também justificar a opção pelo desenvolvimento adotada para o norte do Espírito Santo. A esta ideologia de um território composto simplesmente por *“grandes extensões de terras desocupadas”, “terras baratas”* aliam-se os discursos sobre a necessidade do desenvolvimento. É também a busca da incorporação, cada vez maior, dos pequenos agricultores de base familiar no padrão de poder hegemônico, cujo elo principal é a estruturação de cadeias produtivas do agronegócio.

Haesbaert (2004) faz um extenso trabalho em torno do conceito de território no qual ressalta que o atual reaquecimento do debate sobre este conceito surge de forma contraditória ao se preocupar em explicar a desterritorialização. Mas, o processo de desterritorialização gera também uma reterritorialização. Assim, o debate sobre desterritorialização acaba por reafirmar o território.

Para Porto-Gonçalves, o período da *Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos de 1960 até hoje)*, apesar da financeirização generalizada, é a produção material que continua gerando as condições para o pagamento da dívida externa.

(...) “cresce a dependência de matérias-primas e energia dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, apesar da revolução tecnológica que, acreditava-se, com novos materiais, diminuiria essa dependência.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 46-47)

O colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal com uma exploração mais intensa dos recursos naturais e do trabalho.

“Há, assim, uma enorme dívida ecológica sendo contraída contra o planeta e contra a maior parte da humanidade, e esse é um trunfo fantástico que os países que dispõem de enormes reservas de biodiversidade, de energia solar abundante (riqueza em fotossíntese potencial), de água e de outros recursos minerais, além de múltiplas culturas com seus saberes e fazeres tecidos em convivência com a natureza (vide seus múltiplos cultivares adaptados às mais distintas situações geoambientais), têm para estabelecer um diálogo de outro tipo na sua política externa. Mas, para isso, é preciso romper com a colonialidade do pensamento, com a colonialidade do saber (Lander et alii, 2000)[...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 48)”

Para Porto-Gonçalves, portanto, uma das especificidades do período de globalização neoliberal está na questão ambiental que lhe constitui. “*Afinal, até os anos de 1960, a **dominação da natureza** não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a **questão ambiental.***” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 51)

A globalização neoliberal mantém o padrão de poder assimétrico do sistema-mundo moderno-colonial fazendo permanecer a colonialidade do poder e do saber com estratégias que procuram

“se apropriar de reivindicações como o direito à diferença e com ele justificar a desigualdade e, também, assimilando à lógica do mercado a questão ambiental. Entretanto, o período histórico de globalização neoliberal que legitimou a questão ambiental é, paradoxalmente, aquele que levou mais longe a destruição da natureza. Jamais, em um período de 30 anos, em toda a história da globalização que se iniciou em 1492, foi tamanha a devastação do planeta (Porto- Gonçalves, 2006, p. 52).”

A matriz de racionalidade moderno colonial eurocentrada (Quijano) (2005) na qual está pautado o período técnico-científico-informacional, é cada vez mais contestada por outras cosmovisões pois, de acordo com Milton Santos (2000), esta contestação origina-se da experiência da escassez que, entre outros elementos, revela os limites da globalização perversa. Produção da escassez, no plano do consumo de bens materiais, é criada pela ideologia do novo, trabalhada pela publicidade, um dos elementos operacionais da racionalidade do período técnico-científico-informacional conforme desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado (Antongiovanni, 1999).

Acrescentamos que a experiência da escassez (produzida sistemicamente num *“período que é uma crise”* (Santos, 2000) alcança as populações do campo pela experiência da escassez de terra e de água. Isto se evidencia no cotidiano de quem *“vive com a natureza”* (e não apenas da natureza) para quem a artificialização do meio, tanto através de imposição de sistemas técnicos quanto pela privatização de bens sociais como água e reafirmação da propriedade privada, leva à esta experiência da escassez e à tomada de consciência política, a partir de sua própria vivência.

Esta ideologia é para Milton Santos o domínio das *“psicoesferas”* (no plano do discurso e das articulações) que nos preparam para sermos receptivos às *“tecnoesferas”* - no plano das infra-estruturas - que atendem ao padrão de ocupação dos territórios vistos muito mais como recurso do que como abrigo. O território dos atores hegemônicos é principalmente um recurso, garantia da realização de seus interesses.

“Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (Santos, et al, 2000, p. 12).

Este meio técnico-científico instala-se e opera na construção de *tecnoesferas e psicoesferas* (Santos, 1996). As *tecnoesferas* são todo o ambiente material necessário àquele projeto, constituído de objetos técnicos (graus de artificialidade para buscar eficácia). As *psicoesferas* são o ambiente criado pelo

conjunto de ideologias necessárias à construção dos projetos de desenvolvimento.

As *psicoesferas*, muitas vezes, antecipam, *tecnoesferas* (Santos, 1996), como ocorre no caso do Norte do ES com o discurso de um “norte isolado”, “vazio”, que antecipa um quadro propício à modernização que viria tirá-lo do isolamento. São, assim, imbricadas *tecnoesferas* e *psicoesferas*, pilares com os quais se introduz, no período histórico atual, a racionalidade técnica-científica-informacional nos territórios.

Capítulo 2

O meio técnico científico informacional como instrumento de subalternização de saberes

O debate sobre “subalternização de saberes” emerge na América latina e traz para a cena outros referenciais que vão reposicionar o debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento na perspectiva do sistema-mundo moderno colonial.

A subalternização dos saberes é uma das armas para o domínio de uma razão sobre outras e tem sido instrumento para o domínio de territórios. É importante reconhecermos isto para podermos compreender a necessidade das empresas de construir um discurso sobre si, isto é, um discurso sobre desenvolvimento.

Nos estudos reunidos no livro *Economia espacial, críticas e alternativas*, Milton Santos (1979), ao tratar dos instrumentos do planejamento do subdesenvolvimento utiliza a idéia de “subalternidade criada”, referindo-se a idéia de que o subdesenvolvimento tinha que ser criado para justificar a “necessidade de desenvolver” trazida pelos acordos do pós segunda guerra mundial e sobretudo pelo planejamento das décadas de 1960 e 1970.

A constituição do “sistema-mundo moderno-colonial” (Quijano e Wallerstein, 1992) traz consigo a subalternização de saberes como instrumento de dominação e controle.

Mas, conforme Mignolo (2003), emerge o “pensamento liminar”, ou pensamento produzido na margem, e que traz à tona os pensamentos produzidos da perspectiva dos subalternizados, num processo de transformação do conhecimento, rompendo com a subalternidade epistemológica.

Mignolo (2003) resgata Wallerstein que na sua proposta inicial de caracteriza o “sistema mundo moderno” numa visão eurocêntrica esquecendo o elemento da colonialidade. Sem o elemento da colonialidade, trazendo a idéia de moderno-colonialidade, são subalternizados todos os saberes que não se encaixam nesta visão. Para ele a ruptura epistemológica tem que se dar também

através dos intelectuais dos países colonizados, rompendo com a idéia de “produzir o conhecimento sobre” e considerar as formas de “aprender com”.

Com a emergência de outros saberes torna-se mais claro que progresso e desenvolvimento são os meios da expansão do sistema mundo moderno-colonial. Daí a necessidade de pensar alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento (Porto-Gonçalves). Uma periodização, portanto, deve possibilitar o entendimento do que ocorre com os subalternizados ao mesmo tempo que permita também mostrar as insurgências.

Para Escobar (1996, p. 19) na sua desconstrução da “invenção do terceiro mundo”, os discursos vão se conformando para a criação do subdesenvolvimento e um dos marcos deste discurso ideológico sobre o desenvolvimento, é o conceito de “trato justo”, anunciado por Harry Truman em 1949, no qual Truman considera os países da África, Ásia, América Latina e Caribe como áreas devastadas pela pobreza e pela estagnação econômica sendo necessário, portanto, aplicar um programa de desenvolvimento cuja chave seria produzir mais e para produzir mais era preciso aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico moderno.

Ao se referir à definição de Bhabha do discurso colonial, Escobar remete-se à semelhança do discurso do desenvolvimento, pois que adota os mesmos princípios e que

“...ha producido un aparato muy eficiente para producir conocimiento acerca de ejercer el poder sobre el Tercer Mundo. Dicho aparato surgió en el período comprendido entre 1945 e 1955 y desde entonces no ha cesado de producir nuevas modalidades de conocimiento y poder, nuevas prácticas, teorías, estrategias, y así sucesivamente.

(...) El discurso del desarrollo inevitablemente contiene una imaginación geopolítica que ha dominado el significado del desarrollo durante más de cuatro décadas.” (Escobar, 1996, p. 31)

Escobar (1996) menciona estudos elaborados para a desconstrução do desenvolvimento elaborados por um grupo (do qual Escobar faz parte) que analisa palavras chaves do discurso do desenvolvimento o que resultou num “dicionário de palavras tóxicas no discurso do desenvolvimento”: mercado,

planejamento, população, meio ambiente, produção, igualdade, participação, necessidades e pobreza. *“La intención del libro es poner de manifiesto el carácter arbitrario de los conceptos, su especificidad cultural e histórica, y los peligros que su uso representa en el contexto del Tercer Mundo.”* (Escobar, 1996, p. 36)

A desqualificação de conhecimentos construídos sobre outras bases (ou outras cosmovisões) é instrumental à manutenção da hegemonia,

“Pero la diferencia de valores y visiones culturales no se convierte por derecho propio en fuerza política. La legitimación de esa diferencia que le da valor y poder, proviene de una suerte de efectos de saturación de la homogeneización forzada de la vida inducida por el pensamiento metafísico y la racionalidad modernizante. Es de la resistencia del ser al dominio de la homogeneidad hegemónica, de la cosificación objetivante, de la igualdad inequitativa, que surge la diferencia por el encuentro con la otredad, en la confrontación de la racionalidad dominante con lo que le es externo y con aquello que excluye, rompiendo con la identidad de la igualdad y la unidad de lo universal. De esa tensión se establece el campo de poder, de demarcación del pensamiento único y la razón unidimensional, para valorar la diferencia del ser y convertirlo en política. (Leff, 2003)

A Geografia nasce como instrumento de colonização/subalternização dos saberes, como nos lembra Milton Santos:

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artificios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão. [...]

A primeira cadeira francesa de geografia estabelecida em Paris em 1809 e vaga com a morte de A. Himly coube a Vidal de La Blache em 1899. A segunda cátedra, criada em Paris em 1892, foi a de geografia colonial, ocupada por M.Doubois. A segunda dessa mesma matéria criada em 1937, foi ocupada por Charles Robequain. Outras cadeiras de geografia colonial foram fundadas em Bordéus (1946), Aix-em-provence e Estrasburgo, além das que haviam sido criadas na Escola da França de além-mar, instalada em 1889. (Milton Santos, 1980, p. 14-15).

Milton Santos dedica-se aos estudos sobre o processo de urbanização desde os anos 1950. Tendo vivido parte deste período fora do Brasil, Santos, viu de perto estas modificações na Europa, na África, na Venezuela, na América do Norte. As diferenças da própria materialização deste processo e do planejamento do subdesenvolvimento só poderiam ser entendidas se consideradas as especificidades do terceiro-mundo, e da *Formação Socioespacial* como mediação e como meio ¹⁷. Com o atual período da globalização, os países do *Terceiro Mundo*, passam a viver uma verdadeira invasão, uma nova colonização agora com bases técnico-científicas, mas que serão defrontadas e enfrentadas pela formação socioespacial.

Desenvolvimento é, assim, o instrumento para manutenção do padrão de poder assimétrico do sistema-mundo moderno-colonial. O período da Globalização Neoliberal, conforme assinala Porto-Gonçalves (2006), já nascera sob o signo do desafio ambiental, que não se colocara nos períodos anteriores; a natureza até então era considerada como uma fonte inesgotável de recursos. E o ambientalismo é um dos vetores instituintes da ordem mundial que então se inicia.

*“O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a idéia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de **dominação da natureza!** Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à idéia de **dominação da natureza** do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão de que **há limites para a dominação da natureza**. A crítica à idéia de desenvolvimento foi, talvez, a mais ousada que a década de 1960 assinalou. Assim, além de um desafio técnico, estamos diante de um desafio político e, mesmo, civilizatório. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 62)*

¹⁷ - “Society and Space: Social Formation as Theory and Method”. *Antipode*, vol. 9, n.1, fevereiro de 1977, pp. 3-13. (publicado em português em junho de 1977 no Boletim Paulista de Geografia n. 54)

No início desta fase da globalização, ao mesmo tempo em que se faz a crítica ao desenvolvimento nos países desenvolvidos, cresce a crítica ao subdesenvolvimento no Terceiro Mundo. Até então a crítica ao desenvolvimento era com relação à desigualdade do desenvolvimento e não ao desenvolvimento. A superação da desigualdade levaria ao desenvolvimento, assim, o direito ao desenvolvimento torna-se uma imposição, um pensamento único. A superação da desigualdade remete à eliminação da diferença.

“Assim, se confunde a luta contra a injustiça social com uma luta pela igualdade conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio que a humanidade tenha.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 64)

Os limites do desenvolvimento são antes de tudo políticos e não há limites imperativos pois que estes devem ser construídos,

*“Estamos diante de uma questão central para o desafio ambiental, e que nos remete ao cerne do processo de globalização iniciado em 1492 e que ganha a consistência de senso comum nos últimos 30-40 anos – trata-se de um risco para todo o planeta e para toda a humanidade na exata medida em que tenta **submeter o planeta e a humanidade a uma mesma lógica**, sobretudo, de caráter mercantil, lógica essa que traz em si mesma o caráter desigual, por estar atravessada pela **colonialidade do poder**.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 70)*

Warren Dean ao estudar a história da devastação da Mata Atlântica considera que um dos fatores desta devastação é o desprezo pelos saberes nativos, pelos saberes indígenas:

*“Cada grupo havia atribuído nomes a centenas de espécies para as quais encontraram algum uso e sobre as quais conheceram os **habitats**, estações, hábitos e, ainda, relações com outras espécies. Uma vez que os recursos e experiências de cada aldeia diferiam de seus vizinhos, milhares de espécies da Mata Atlântica tinham sido catalogadas na memória de seus habitantes humanos. Apenas a tradição oral preservava essa cultura. Uma vez retirados os indígenas de seus habitats, toda essa informação começou a se deteriorar, e a*

floresta se tornou estranha e carente de propósito humano.” (Dean, 2004: 83)

Devemos lembrar que houve absorção de saberes indígenas e que hoje são incorporados por grandes multinacionais da cosmética e da farmacêutica:

“As plantas florestais de valor medicinal eram extremamente variadas; de fato o saber medicinal dos indígenas era o único aspecto de sua cultura que os brancos da cidade não desdenhavam. As assustadoras doenças dos trópicos os levavam a aceitar, temerosos, os vermífugos, febrífugos, remédios para a piã, doenças venéreas e, o mais enganoso deles, antídotos para picadas de cobra. Além destes, acrescentem-se as curas para queixas mais prosaicas – inflamações, infecções e deficiências alimentares. Os indígenas também possuíam contraceptivos e abortivos.” (Warren Dean, 2004, p. 146-147)

Sérgio Buarque de Holanda também chama a atenção, em vários momentos, para estes saberes que foram absorvidos dos indígenas. Acrescenta, porém, que os portugueses, diferenciando-os dos espanhóis, foram os que mais facilmente se adaptaram e adotaram hábitos e habilidades indígenas:

“Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que – afirmava Gabriel Soares – a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos.” (Buarque de Holanda, 2000, p. 46-47)

Desta forma, na base da constituição do sistema-mundo moderno-colonial está a apropriação/negação de saberes ancestrais (milenarios) que, apropriados são revestidos pelo discurso da tecnociência, o que significa também sua negação (ou invisibilização). É bastante ilustrativo também desta

apropriação dos saberes quando Warren Dean comenta a vinda de estudiosos europeus para o Brasil quando a corte portuguesa aqui se instalou (o Brasil até então era proibido para estes pesquisadores). Auguste de Saint-Hilaire, pesquisador francês, para cá veio em 1816 e segundo Dean,

“Saint-Hilaire coletaria, pelos seis anos seguintes, cerca de 15 mil espécimes de plantas e animais, das regiões altas de Goiás aos pampas do Rio Grande do Sul e publicaria, quando do seu retorno à França, aproximadamente catorze volumes de memórias de viagem, descrições botânicas e relatórios agrícolas. Muitos outros coletores – ingleses, italianos, bávaros, prussianos, alemães, suecos e franceses – seguiram sua trilha, enviados por jardins botânicos, sociedades científicas e museus.” (Warren Dean, 2004, p. 141)

A subalternização dos saberes foi e ainda é a arma utilizada para levar adiante o projeto de modernidade, de desenvolvimento, o que pressupõe, eliminar, ideologicamente o “velho” em favor do “novo” e da novidade. Não considerando o outro e assim classificando e indicando aquilo que deve ser eliminado pelo desenvolvimento, isto é, o “velho”.

Arturo Escobar (1996), ao desnudar a *invenção do terceiro mundo* nos traz em seu livro um trecho de um dos documentos mais influentes que direcionou políticas de desenvolvimento para o chamado terceiro mundo, elaborado por um grupo de *expertos* das Nações Unidas, em 1951, defendendo que havia que se pagar um preço para o progresso econômico, o que inclui eliminação de modos de vida tradicionais que seriam oposição ao moderno, eliminar o velho para dar lugar ao novo:

“Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico (United Nations, 1951, p. 15). (Apud Arturo Escobar, 1996, p. 20)

Milton Santos, nos anos 1970, nos alertara para o fato de que a forma como os europeus pensavam o espaço geográfico não permitia o entendimento das dinâmicas nos países que passam a serem tratados como subdesenvolvidos. A expressão Terceiro Mundo apesar de problemática, pois traz consigo o sentido da subalternização, permitia ver outras faces do que se construiu e destruiu durante o processo de colonização e da permanência do imaginário do que estamos entendendo como *colonialidade do poder* (Lander, (org.), 2005).

Na década de 1970, Milton Santos faz uma crítica a modelos de estudos e nos oferece ricas possibilidades para um estudo do terceiro mundo que de fato pudesse ser revelador, presentes nos livros *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, de 1978, *Economia Espacial Críticas e Alternativas*, de 1979, *O Espaço Dividido*, de 1978 e, mais recentemente, em *Por uma Outra Globalização* (2000).

Buscar novas leituras para pensar as especificidades do espaço nos países do terceiro mundo, está presente em toda a obra de Milton Santos tendo como um marco “inicial” o livro - *o Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, publicado primeiramente na França em 1971 e depois no Brasil em 1978. Propõe um entendimento a partir das próprias realidades, da América Latina e de terceiro mundo, buscando uma leitura “de dentro para fora”. Destacamos que esta necessidade é reforçada por sua ida forçada para o exterior - quando do seu exílio, a partir em 1965 e que perdurou por 13 anos até 1978 - quando fica mais evidente ainda que os modelos europeus e norte americanos de planejamento planejavam o subdesenvolvimento e não o desenvolvimento. E ainda, que esta “*subalternidade criada*” (ver texto a *Totalidade do Diabo*. 1979) produzia elementos que não estavam previstos nos modelos europeus de planejamento. Uma destas questões, fundamentais, está presente no seu livro *L’Espace Partagé* (1975); *O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1978) e *The Shared Space* (1979), onde Milton Santos apresenta a idéia de os dois circuitos da economia urbana e suas repercussões espaciais segundo a qual um circuito ‘inferior’ (sem sentido moral) ou um circuito informal que acaba por alimentar o circuito formal da economia latino-americana.

A invenção de novos mundos (à imagem e semelhança do velho mundo) é marcada, portanto, pela busca da homogeneização da organização social, política, econômica e cultural dos territórios de além mar. Entretanto, este projeto vai sendo frustrado já que as próprias condições de encontro de diversas culturas num mesmo território e com a necessidade da troca (mesmo que muito injusta) acaba por criar as condições para reelaborações e/ou fusões destes elementos que se encontram pela força desdobrando-se em características não previstas pelo projeto de modernidade. Darcy Ribeiro (1975) chama a atenção para isto e atribui a esta mistura uma certa força de resistência.

Se há *tecnologias alternativas* sua matriz de racionalidade estará pautada em princípios diferentes que remetem e retomam a questão do recurso e do abrigo como conceitos complementares e contraditórios.

A questão da técnica sempre esteve presente nas reflexões sobre a natureza humana. As interpretações e concepções da técnica são muitas. Do elogio à técnica como meio de libertação do homem das forças da natureza à sua mais dura crítica quando a técnica é vista como a radicalização da racionalidade humana, tal como o faz Jacques Ellul (1968).

Castoriadis (1987) nos dá a dimensão que a questão da técnica, tecnologia e tecnociência adquirem hoje:

“[...] após muitos quinquênios, a questão da técnica deixou de ser simples objeto de pesquisa científica ou reflexão filosófica para tornar-se fonte de uma preocupação cada vez maior. Resultado evidente de enorme impacto da tecnologia contemporânea sobre o homem concreto (ao mesmo tempo como produtor e como consumidor), sobre a natureza (efeitos ecológicos alarmantes), sobre a sociedade e sua organização (ideologia tecnocrática, pesadelo ou sonho paradisíaco de uma sociedade cibernética), essa preocupação permanece maciçamente marcada, no nível sociológico, por uma duplicidade profunda. O pasmo diante dos artefatos, a facilidade com a qual o comum dos mortais e os prêmios Nobel deixam-se aprisionar em novas mitologias (as “máquinas que pensam” – ou “o pensamento como máquina”) acompanham, muitas vezes neles mesmos, um

clamor que sobe contra a técnica considerada de repente como responsável por todos os males da humanidade. A mesma duplicidade manifesta-se no plano sociológico, quando a “tecnicidade” serve de anteparo ao poder real e quando amaldiçoamos os “tecnocratas” aos quais estaríamos prontos a confiar a solução de todos os nossos problemas. Aqui se exprime simplesmente a incapacidade da sociedade de enfrentar seu problema político. Mas não se passa de outra forma com a atitude global com respeito à técnica: durante a maior parte do tempo, a opinião pública contemporânea, corrente ou sábia, permanece embaraçada na antítese da técnica como puro instrumento do homem (talvez mal utilizado atualmente) e da técnica como fator autônomo, fatalidade ou “destino” (benéfico ou maléfico). Por conseguinte, o pensamento continua o seu papel ideológico: fornecer à sociedade o meio e não pensar o seu problema verdadeiro e de furtar-se à responsabilidade de suas criações.” (Castoriadis, (1987, p. 236)

Esquematisação sobre Técnica, Tecnociência e Tecnologia

Técnica	questão ampla, é entendida como uma qualidade humana. Associada as diferentes formas de organização social e de relacionamento com a natureza.
Tecnociência	Estamos num período histórico no qual a tecnociência está incorporada ao nosso cotidiano, para além da presença de objetos técnicos. Está na própria interpretação e na experiência de mundo. Concepção de mundo: a razão científica deve reger o mundo. tecnociência é uma das principais formas atuais de exercício de poder.
Tecnologia	Período da Globalização Neoliberal parte da tecnociência tecnociência aplicada
Tecnologia alternativa	Para diferenciar de tecnologia Pautada em matrizes de racionalidade de saberes subalternos

A técnica é de fato um traço que caracteriza o ser humano na sua relação com o mundo (pois a técnica não é apenas a modificação da natureza mas está também nas formas cotidianas de lidar com as coisas – a culinária, a higiene, as

formas de transmissão cultural,... Há as técnicas, inclusive, de poder, como tão bem demonstrou Machiavel.

A tecnociência é concebida pelas intencionalidades do padrão de dominante e passa, em grande medida, a mediar nossas relações. Assim ela é a expressão da matriz de racionalidade moderno colonial construída pelo ideal moderno de controle sobre a natureza e a sociedade.

Conforme Porto-Gonçalves (2006), para compreendermos o período histórico de globalização neoliberal que vivemos, é preciso considerar com especial cuidado duas questões pelo forte significado no imaginário da sociedade moderno-colonial: *“trata-se, de um lado, dos limites da ciência e da técnica e, de outro, dos limites da economia, mais especificamente do seu caráter mercantil (p.76).”*

E continua, Porto-Gonçalves (2006, p. 76-77), vivemos um tecnocentrismo, isto é um período onde a técnica é inquestionável o que faz parte da rede discursiva que instituiu o mundo moderno-colonial - Ciência - Técnica - Progresso/Desenvolvimento - Dominação da Natureza. Porto-Gonçalves ressalta que a crítica não se faz à técnica enquanto tal mas ao *“sistema-técnico-que-aí-está”* e que embora não haja sociedade sem técnica, nem toda sociedade tem a mesma relação que a sociedade moderno-colonial tem com as técnicas.

Reforçando um pensamento de Milton Santos (1996), Porto-Gonçalves (2006, p. 77) ressalta que todo objeto técnico está impregnado de intencionalidade. E portanto,

“...antes que alguém se apresse em ver aqui um reducionismo tecnicista tão em voga, Milton Santos afirma que os objetos técnicos se caracterizam, exatamente, por serem objetos impregnados de intencionalidade. Por aqui, pela imbricação da intencionalidade lá mesmo no interior das técnicas, rompe-se com uma má tradição de ver a técnica dissociada das relações sociais e de poder. (Porto Gonçalves, 2006, p. 77)

Os sistemas técnicos por trazerem embutidos em si as intencionalidades encobrem os comandos e torna impessoal a relação de dominação.

“Daí, em grande parte, o equívoco de se condenar a técnica, ou de se condenar o seu uso, como se fosse possível uma técnica sem uso. Uma técnica sem uso é um absurdo lógico. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 78). A substituição do trabalho vivo por trabalho morto (máquina) é mais do que uma mudança técnica, é uma mudança nas relações de poder por meio da tecnologia.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 78).

A crítica à técnica é, sobretudo, a crítica a suas intencionalidades não somente pelo domínio do seu comando, mas porque ela é concebida na sua lógica para atender às intencionalidades ela mesma já contém as intencionalidades na sua elaboração:

“Numa sociedade constituída por relações sociais e de poder contraditórias, com a que vivemos, as técnicas trazem embutidas nelas mesmas suas contradições sociais e políticas. Aqui, a idéia de que há intencionalidade impregnada nas técnicas (Santos, 1996) ganha um outro e radical sentido – é que estando a sociedade constituída por relações contraditórias, a intencionalidade traduz-se em técnicas que comportam dentro de si não só as suas contradições, mas diferentes potencialidades contraditoriamente possíveis.” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 80)

Para Porto-Gonçalves na experiência da promoção do planejamento do desenvolvimento,

“des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; individualizando homens e mulheres, e envolve os desterritorializados numa nova configuração societária, a capitalista. Várias foram as técnicas sociais e políticas para promover o des-envolvimento.” (Porto-Gonçalves 2006, p. 81).

Na sociedade capitalista a técnica visa o aumento da produtividade para cumprir o tempo da concorrência – um tempo próprio. Assim, a técnica como “objeto perfeito”, isto é, feito previamente para atingir a um determinado fim “e, deste modo, visa eliminar o mais possível o não desejado, o acaso, a imprevisibilidade, a incerteza (Porto-Gonçalves, 2006, p. 83)” o que significa também diminuir cada vez mais a presença do humano.

Para Milton Santos (1996 e vários outros textos) a técnica é um nexos entre diferentes tempos e que, por isso, possui uma geograficidade, compondo a história do presente. Já que as técnicas são cumulativas e não necessariamente excludentes, pois que convivem técnicas de momentos diferentes da história, temos aí uma das possibilidades de análise do espaço geográfico, considerado como “*acumulação desigual de tempos*” (Santos, 1978) e que pode ser empiricizado através de uma periodização das técnicas. Milton Santos ressalta que estudá-las vai muito além da técnica materializada em objetos,

“O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção.”
(Milton Santos, 1994:64)

Considerando o ideal de modernidade de domínio racional sobre a natureza e sobre a sociedade o que assistimos hoje é o “privilegiamento” de determinadas técnicas e de determinados usos das técnicas e conseqüentemente estabelecem-se dominações a partir dos atores hegemônicos. Não se trata, portanto, de apologia da técnica, o que levaria a uma redução da interpretação de mundo. Milton Santos (1996; 2000) alertara para isto, de que é preciso entender as técnicas e seus usos políticos bem como as políticas que determinam o funcionamento técnico. Milton Santos considera que o enfoque das técnicas permite enfrentar as dificuldades que se apresentam em tratar as relações entre o espaço e o tempo na Geografia.

Esta proposição parte da caracterização de que vivemos num Período Técnico-Científico-Informacional, da tecnociência potencializada pelas possibilidades informacionais, controlada pelo poder hegemônico, constitui-se em comandos que conformam os territórios de acordo com suas necessidades de fluidez, condicionadas e dirigidas pelos desígnios da globalização pautada na competitividade. Desta forma teríamos espaços hierarquizados que

atenderiam de maneira mais ou menos eficaz aos imperativos de alguns grupos. Retomamos aqui um trecho Pierre Gourou que percebera o poder de enquadramento das técnicas,

“Sem um recurso às técnicas de enquadramento, a explicação geográfica se exaure em impasses. As técnicas são estudadas por diversas disciplinas, às quais cumpre pedir justificações impostas pelo exame das paisagens. As técnicas de enquadramento nos interessam por sua eficácia no modelamento e na transformação das paisagens. O interesse não é demonstrar as molas da organização familiar, ou o mecanismo da escolha das autoridades políticas, mas precisar o grau de eficácia dessas técnicas: agressividade paisagista, controle de largos espaços durante longo tempo, isto é, controle de um grande número de homens sobre uma grande extensão e durante longo tempo. É a eficácia paisagista que permite medir o valor explicativo das técnicas de enquadramento; um critério da mesma ordem será aplicado às técnicas de produção, consideradas segundo sua potência de ação sobre as paisagens.” P. Gourou, 1973, p.17 (nota rodapé n.3, p.28, Santos, 1996).

Sendo uma civilização uma combinação de técnicas de produção e de enquadramento, uma escala dos níveis de eficácia deve levar em consideração essas duas ordens técnicas.” P. Gourou, 1973. (nota rodapé n.3, p.28, Santos, 1996).

[...] Em todos os casos, trata-se efetivamente de analisar, de localizar, de explicar, de responder a uma pergunta que é sempre a mesma: Como os fatos humanos do espaço estudado se justificam? E, sobretudo, por que conjunto de técnicas de produção (técnicas de exploração da natureza, técnicas de subsistência, técnicas da matéria) e de enquadramento (técnicas das relações entre os homens, técnicas de organização do espaço): a existência do mais pequeno grupo exige regras do jogo, técnicas de enquadramento. Essa soma de ligações e de técnicas é a civilização. Em suma, todo grupo humano é sustentado por técnicas que fazem de seus membros seres ‘civilizados’. E não existem selvagens”. P. Gourou, 1973, p.10 (nota rodapé n.4, p.29, em Santos, 1996).

A civilização moderna tem um enorme poder de ação paisagista; ela dispõe de técnicas de exploração muito eficazes (limitadas contudo pelas exigências dos homens e pelas condições de funcionamento das máquinas) e de técnicas de enquadramento irresistíveis (transporte, telefone, rádio, televisão, publicidade comercial e propaganda política) que podem controlar vastos espaços, numerosas populações, cidades

enormes.” P. Gourou, 1973, p. 30-31 (nota rodapé n.5, p.29, em Santos, 1996). Milton Santos refere-se ao livro GOUROU, Pierre. Pour une géographie humaine, Flammarion, Paris, 1973).

Não há, entretanto, um domínio permanente, linear e ascendente desta tecnociência. Ultrapassando este entendimento determinista, Milton Santos (2000) diz que as mesmas bases que dão condições para a expansão desta *globalização como perversidade* são também as bases que estão demonstrando suas vulnerabilidades e permitindo outros usos das técnicas. Isto porque este território usado como recurso é também abrigo, ou seja, ele é vivido, compartilhado. E são estas relações que se dão na horizontalidade cotidiana que permitem a recriação dos usos do território e, portanto, das técnicas. Retomamos aqui a noção de *território usado*:

“O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidado a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.” (Santos, 2000, p. 3).

Um dos elementos fundamentais para compreender esta proposição de Milton Santos é o de que a materialidade construída - segundo o exercício de poder hegemônico - é ela própria, juntamente com as novas ações que são solicitadas por ela, exercem grande influência e direcionamentos que partem num primeiro momento de intencionalidades políticas e que constroem objetos que correspondem a estas intencionalidades. O acúmulo destas intencionalidades materializadas em objetos e ações nos territórios gera este meio que busca permitir a fluidez do capital chamado *meio técnico-científico-informacional*.

Este *meio técnico-científico-informacional* terá contornos muito diferenciados pois mesmo sendo um meio rígido, pois tende a ser muito normado, no seu processo de territorialização sofrerá adaptações demandadas tanto pelas formas materiais quanto pelas formas da economia e da política locais. A construção e o uso deste meio não serão homogêneos e suas relações podem ser contíguas, mas tendem a privilegiar e serem comandadas por ações

que partem de territórios não contíguos. O meio técnico-científico-informacional é uma expressão do espaço geográfico no período da globalização do império do pensamento único.

Há uma incorporação da tecnologia que ela acaba sendo uma matriz à qual de formas diferenciadas (mesmo que esporadicamente ou temporariamente) todos se ligam ou buscam se ligar. Neste período histórico a tecnociência já está incorporada ao nosso cotidiano, pois para além da presença de objetos técnicos está na própria interpretação e na experiência de mundo.

O debate sobre território toma dimensões ampliadas quando consideradas as múltiplas territorialidades, pois consideram-se as solidariedades horizontais e também as tensões territoriais. Para Robert Moraes (2000) há num recente debate geográfico um resgate do conceito de território advindo da reflexão antropológica e que assimila o território a um espaço de referência cultural, que se qualifica, portanto por um significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social. Território inscreve-se, desta forma, no campo dos processos de identidade societária, como referente de formas de consciência do espaço e, mesmo, de autoconsciência grupal. Para essa concepção antropológica, diversas territorialidades exercitam-se sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a idéia de "exclusividade" presente nas visões anteriores.

Haesbaert por sua vez analisa os diversos entendimentos do conceito inseridos na fundamentação filosófica das inúmeras abordagens:

"a) binômio materialismo-idealismo desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos "parcial" de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a "natural", a econômica, a política ou a cultural); ii) a perspectiva "integradora" de território, na resposta a problemáticas que "condensadas" através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço

geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social (is) e/ou espaço(s) geográfico(s). “
(Haesbaert, 1994, p. 41)

Território caracteriza-se, assim, pela diversidade e por representar relações de poder tanto no sentido de dominação (mais concreto) quanto no sentido de apropriação (mais simbólico):

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (Haesbaert, 2004a, p.3)

O território como existência também está presente na acepção de Porto-Gonçalves (2005) quando este o considera a partir das relações sociais e de poder que os conformam junto com a necessidade de se identificar os sujeitos e processos que o compõem, isto é, as territorialidades. Territorialidades, circunscritas em territórios definidos ou não, estão em tensão. Tensão de territorialidades que gesta uma nova geografia e novas cartografias. Estas tensões se dão entre os mais diversos interesses sociais sejam empresariais, comunitários ou governamentais. Para ele, embora do ponto de vista do projeto global hegemônico, haja *relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia*, há movimentos emancipatórios que marcam a crise atual da conformação geopolítica do mundo moderno-colonial. As contra-estratégias constroem-se, principalmente, quando há uma (re)afirmação da autonomia de pensamento e de propostas produzidas pelos povos e/ou países subalternizados no processo de colonização. Assim, inúmeros protagonistas vêm se reinventando, *r-existindo*, afirmando territorialidades subalternas. Além disso, a perspectiva ambiental expõe de forma contundente as disputas por território numa perspectiva

mercantil na qual a natureza e a organização dos objetos são meros recursos para o capital.

Intensificam-se as lutas cujos fundamentos são do território como abrigo, corporificadas pelas *r-existências*. Destacam-se também novas territorialidades baseadas na democracia comunitária – não partidária, baseada em instituições de tipo associativo tais como organizações indígenas, de agricultores, de quilombolas, configurando territorialidades emancipatórias, como as chamaria Boaventura de Souza Santos. Nesta perspectiva diversos saberes são valorizados, rompendo-se com a idéia de domínio sobre a natureza e recuperando o viver com a natureza e a idéia de território como *habitat*.

A crítica aos critérios da racionalidade presentes nos ordenamentos territoriais, leva Henri Acselrad (2002) entende há redução das “*práticas sociais a suas dimensões técnico-produtivas*” e a uma “*normalização técnica do território*”. São, assim, produzidas cartografias autoritárias, mapas que ordenam. Desta forma saltamos do território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e ao não controlável para um território quantificado e controlado através de uma cartografia autoritária e da prescrição zoneadora. As “*presenças aceitáveis*” e as “*práticas condenáveis*” são definidas em termos de fronteiras, quando na verdade as presenças e práticas são interligadas por processos interativos complexos. Definições estas que derivam em procedimentos de inclusão e exclusão, o que pode, conseqüentemente, resultar numa marginalização de populações que não se enquadram em tais categorias.

Capítulo 3

A construção do discurso do território como recurso no processo de territorialização do setor de celulose no norte do Espírito Santo

Nos anos 1990, após trinta anos de intensas transformações nos territórios do norte do Espírito Santo com o processo de territorialização do setor de celulose, protagonizado pela Aracruz Celulose, promove-se novo avanço do meio técnico-científico-informacional para atender ao padrão de organização espacial que uma corporação necessita para sustentar o seu projeto através de intervenções no território que trabalham para a eficácia da empresa global.

Tais intervenções são de ordem material quando pensamos na suas formas tais como as fábricas, as plantações, as estradas, as barragens, comportas, isto é, são os sistemas de engenharia que se constituem em sistemas de objetos que são conectados pela e para a empresa. Mas este sistema de objetos não faz sentido sem o sistema de ações que os comanda (antes, durante e depois) que se dão horizontalmente e verticalmente.

No período atual da globalização neoliberal podemos distinguir dois sub-períodos. Até a década de 1980 e 1990, podíamos ainda perceber a tecnologia invadindo todas as esferas da vida. A partir dos anos 1990 e reafirmando durante os anos 2000, a técnica-científica-informacional está incorporada (no sentido mesmo de estar já acoplada ao corpo - com graus diferentes dependendo do lugar de onde se fala) e, se não está, há todo um esforço para incorporá-la e, assim, naturalizá-la.

Teríamos, assim, desde o final da segunda guerra mundial até os anos 1960, um período que marca um esforço de generalização da tecnociência e da incorporação da tecnologia como meta do desenvolvimento. Os anos 1970 são marcados pela ascensão dos sistemas informacionais, simbolizado pela informacionalização do sistema financeiro (daí derivando para várias as áreas da vida). O surgimento do código de barras, generalizado nos anos 1990,

simboliza o novo momento onde o território passa a ser monitorado e controlado por sistemas informacionais.

A subalternização dos saberes, negação das territorialidades em tensão e a imposição da tecnociência são elementos que estruturam e mantêm o poder hegemônico.

3.1. Planejamento do desenvolvimento no Espírito Santo

O planejamento do desenvolvimento destaca-se no Brasil desde a década de 1930 com a chamada “Era Vargas”. Mas é no período pós da segunda guerra mundial que estes planos passam a se afirmar numa articulação internacional. Destacam-se o desenvolvimentismo de Juscelino Kubtscheck (cujo *slogam* era o de “crescer 50 anos em 5” e os Planos Nacionais de Desenvolvimento do período da ditadura militar. O peso das articulações entre Estado e Empresas, daí para frente, passa a ser cada vez maior, chegando aos dias atuais a serem comandados ou até “encomendados” a instituições privadas, compostas por membros, ex-membros ou futuros membros de grupos empresariais. Neste momento é que Milton Santos (2001) diz que há hoje uma política dos Estados e uma política das empresas e que estas passam a comandar a organização dos territórios, com base no poder do dinheiro (creditização do território) e da informação (concentração da produção da informação nas mãos de poucos internacionais – as chamadas agências internacionais de notícias).

No Espírito Santo, especificamente no caso da implantação da Aracruz Celulose temos, em finais da década de 1950 (1958), a articulação entre estado e a empresa Ecotec (veremos mais adiante), cujos membros desta empresa de “consultoria” e o estado, articulado nos níveis regional e nacional. Nos anos 2.000 chega-se a uma versão mais articulada ainda entre empresas e Estado, traduzido na elaboração do planejamento do Espírito Santo para 2025, por uma

ONG empresarial denominada “Espírito Santo em Ação” contratada pelo Estado para elaborar o chamado “ES 2025”.

Poderíamos concluir, numa análise apressada, que tais planos “não deram certo” dadas as dificuldades socioeconômicas que sofre a população brasileira. Mas quando buscamos entender os seus fundamentos parece-nos que, ao contrário, estes planos atendem aos interesses do grande capital internacional representado pelo capital estrangeiro associado ao capital nacional.

Há em comum entre estes projetos a construção do “desenvolvimento”. Esta expressão tão utilizada e aparentemente justa e correta está camuflada pelos discursos de “igualdade” e “justiça” colocando-nos dificuldades de compreender quais são suas origens e intencionalidades. Ainda mais hoje quando os planejamentos parecem adquirir aura de “naturais”, isto é, seus propósitos são justificados *a priori*: mais emprego, mais investimento, mais vias de circulação, articulado com o discurso do progresso.

Segundo Milton Santos (1979) podemos distinguir três fases do planejamento:

- 1 - da colonização até os anos 1930 - Com a crise de 1929 (EUA) o planejamento estatal com intervenções diretas sobre a economia e o território são justificadas pela “necessidade de conter crises”.
- 2 - desenvolvimento dos monopólios (anos 1940) (considerando as diferentes épocas da descolonização da África e da Ásia)
- 3 - Período da “pobreza planejada”, quando Milton Santos pergunta-se (e responde):

“Como fazer isto? No setor público, gastos de infra-estrutura terão que ser aumentados às expensas dos investimentos sociais, as áreas rurais terão que ser modernizadas enquanto que se mantêm os baixos salários nas cidades, o estabelecimento de mercados comuns e a transferência aberta ou disfarçada de tecnologias de uso intensivo de capital deverão ser estimulados. Infra-estruturas fornecidas pelo Estado também ajudam a trazer indústrias poluidoras que países desenvolvidos não mais desejam. Então, novos investimentos serão necessários para despoluir. Estes novos problemas ambientais podem

bem tornar-se um golfo de investimentos, suficientemente amplo para substituir gastos bélicos". (Santos, 1979, p 30).

Desta forma, o planejamento é responsável pela manutenção e agravamento da pobreza e é através deste planejamento que o capital difundiu-se com maior velocidade. O planejamento pós-segunda guerra mundial busca na linguagem científica o respaldo para suas ações. O planejamento define *a priori* as necessidades e a economia vira ideologia a favor do desenvolvimento pautado na ideologia do crescimento e da sociedade de consumo. A noção de Terceiro Mundo tinha que ser bem articulada:

"A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro Mundo." (Santos, 1979, p.15)

Esta invenção do "subdesenvolvimento" e do "terceiro mundo" está pautada nos parâmetros daqueles países que se autodenominam desenvolvidos. A pobreza de fenômeno qualitativo passa a ser tratada como quantitativo (estatísticas, índices - ricos x pobres). São criados os parâmetros internacionais de crescimento e eficiência, pautados na racionalidade eurocêntrica e outros conceitos tais como "assistência técnica", "livre mercado", "capacidade ociosa", "integração de mercados". Esta invenção promove o processo de endividamento permanente e cumulativo. Desta forma, para Milton Santos (1979), uma teoria do espaço a serviço do capital teria que livrar-se do homem (isto é, da História) que passa a ser uma média estatística reduzido-o ao "homem econômico". A ciência regional se funde ao planejamento e mostra os meios para disseminação do capital (ciência regional, economia espacial, geografia, urbanismo):

"Existem muitos exemplos da contribuição da ciência regional, da geografia e do planejamento regional para a difusão do capital; é o caso da popularização de teorias tais como a dos lugares centrais, a dos pólos de crescimento, a da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades, a da industrialização deliberada e descentralização concentrada."(Santos, 1979, p. 21).

No período tecnológico a intencionalidade das formas-conteúdo (conteúdo e finalidade) apresentam-se como possibilidade mais sutil e são

pensadas como algo a ser comandado. É preciso considerar a mediação da *formação socioespacial* onde as formas importadas adquirem um papel social efetivo, mas preservam a sua intencionalidade dentro do sistema: “*todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro*” isto se torna mais intenso no presente período tecnológico.

Elementos do planejamento do desenvolvimento rural e urbano

Rural	Urbano
<p>Modernizar a agricultura - “revolução verde”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Financiamento, sementes, fertilizantes, equipamentos; - Formas de comercialização e administração modernos; - Aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura; - Muda a propriedade da terra que é uma forma jurídica e também uma forma espacial; - Grandes monopólios; - Estradas vicinais - reorientam os fluxos; - Troca é cada vez mais mediada pelo dinheiro. 	<p>Planejamento urbano - fachada científica para operações capitalistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos de renovação - Novas formas espaciais - Zoneamento

Fonte: organização própria a partir de Santos, 1979.

Para Milton Santos (1979), há perda de alternativas, pois tende a incluir tudo utilizando as formas. As novas formas espaciais criam uma barreira entre campo e cidade com a eliminação dos elos “informais” de comercialização e de relacionamento além de eliminar formas simples de circulação de mercadorias e pessoas. Assim a *economia pobre nativa perde autonomia*.

A racionalidade do projeto de desenvolvimento do pós-segunda guerra mundial, delimita um período em que os territórios apresentam fronteiras mais e mais rígidas criadas pela própria expansão do capital. O conjunto de elementos regulatórios que daí advém nasce no território e, portanto, expressam uma espacialidade (a esse respeito ver Ricardo Mendes Antas Jr., 2001). Um período em que o espaço geográfico é disponibilizado ao planejamento das empresas e seus investimentos e expansão como quadrículas interligadas por esta racionalidade. Este planejamento quadricular é

extremamente rígido na sua lógica espacial cartesiana. Esta forma de ver o território minimiza as diferenças ali presentes e retifica a produção. Este padrão ao buscar controlar cartesianamente o tempo e o espaço da natureza (dos ciclos da natureza), provoca inúmeros danos socioambientais.

É a este padrão de organização espacial – ou conceito de território – a que nos referimos quando falamos em território como recurso. O território é pensado como “quadrículas de produtividade” com o qual pretende-se padronizar o processo produtivo, provocando grandes transformações na vida das pessoas. No Espírito Santo esta padronização configura-se territorialmente como mostramos nos dois mapas abaixo elaborados pelas empresas e pelo estado.

O primeiro mapa traz o conceito positivista de “*vocação econômica*” remetendo-se aos conceitos de “*leis da localização das atividades produtivas*” como se os lugares desenvolvessem determinadas atividades, pois já tinham aquela “*vocação econômica*”. Um conceito, portanto, despolitizado e que busca naturalizar o estado atual de desenvolvimento de um determinado lugar, país, região, tratando o tempo histórico como uma “*linha do tempo*” que segue linearmente.

Ao analisarmos o mapa, verificamos que as potencialidades econômicas enquadram cada micro-região em um ou mais “*sistemas de produção*” do agronegócio ou da indústria e comércio. Neste esquema a diversidade cultural fica de fora, assim como as possibilidades de alternativas de desenvolvimento que não envolvam monoculturas e grandes extensões de terra.

O “*planejamento regional*” foi durante a primeira metade do século XX, um instrumento utilizado pelo Estado para promover o desenvolvimento. E o que buscamos problematizar aqui é justamente que este tipo de planejamento vertical, de cima para baixo, aprofunda problemas a que se propõe resolver. Os almejados aumento do trabalho e da renda não permanecem, e diminuem gradativamente à medida que as infra-estruturas estão concluídas, e com o aumento da mecanização.

Com o título *“Revista de A Gazeta traça novo mapa econômico do Estado”* o jornal A Gazeta (15/11/2006) lança o mapa que reproduzimos abaixo publicado na *Revista Potencialidades* com lançamento em seminário (dia 18 de dezembro de 2006). Na programação do seminário para discutir o tema *“investimentos programados para o Espírito Santo* estão: a Presidente do Instituto Jones do Santos Neves; o economista Orlando Caliman para palestra sobre *“perspectivas do desenvolvimento do Estado”*; o presidente do BANDES, o presidente de Furnas e o diretor da Escelsa para debate com mediação da jornalista de A Gazeta responsável pela produção da revista e do seminário. Estas várias atividades regionalizadas e pré-determinadas são apresentadas no discurso como *diversidade econômica”*.

Outro recorte do “planejamento territorial” que se associa ao anterior, define as “vocações” dos municípios a partir dos “potenciais econômicos” dos municípios do Espírito Santo que orientam os investimentos por tipo de setor da economia (primário, secundário e terciário): municípios agro-rurais; municípios agro-urbanos; municípios urbano-industriais; municípios urbano-terciários. A metodologia para estabelecer os “potenciais” tem como base o cruzamento de dados de PIB por setor em relação com a população empregada.

- *O índice de ruralidade é média ponderada calculada com a avaliação do PIB agrícola, mão-de-obra ocupada na área rural, a população rural, e o PIB da cidade, mão-de-obra ocupada no setor urbano e a população urbana.*
- *Nos municípios agro-rurais – a média ponderada é superior a 30; a atividade rural e agropecuária são os principais fatores de dinamismo.*
- *Municípios agro-urbanos – a média ponderada é inferior a 30; a atividade agropecuária é importante, mas há o dinamismo urbano.*
- *Municípios urbano-industriais – a média ponderada é inferior a 20; o PIB industrial tem maior destaque que o PIB global.*
- *Municípios urbano-terciários – a média ponderada é inferior a 20; o PIB dos setores do comércio e serviços destaca-se mais que o PIB global. (A Gazeta, novembro de 2006)*

A potencialidade econômica oculta outras potencialidades também econômicas que terão base em outra ordem de conceitos e de importância dos elementos. Segundo esta ordem os municípios com a classificação acima referida seriam divididos como aparece na figura abaixo (publicado em A Gazeta, 24 de junho de 2006). Note-se que o norte fica configurado como “agro-rural” corroborando o discurso do agronegócio. Este estudo foi elaborado pelo “Projeto Qualidades. O projeto é uma parceria do BNDES, governo estadual, BANDES, UFES. A pesquisa será publicada agrupada nos seguintes temas: formação das cidades, crescimento urbano, políticas públicas, economia das cidades, desenvolvimento urbano.

3.2. O discurso subalternizador “da crise do café” e do “vazio demográfico” no norte do ES

A chamada “*crise do café*” no Brasil, declarada na década de 1960, faz parte do discurso modernizador da economia num país muito mais agrário que industrial. Deveria-se modernizar o campo abrindo caminho para a instalação de grupos multinacionais do setor do agronegócio. Esta modernização do campo fazia parte da denominada “*revolução verde*” (que se oporia à “*revolução vermelha*” comunista) e tem como marco histórico referencial o pós-segunda guerra mundial.

A “*revolução verde*” é ancorada em aportes maciços de tecnociência aos territórios com o uso intensificado de tecnologias da indústria química com a perspectiva de “*corrigir o solo*”, de “*eliminar pragas*”, de “*aumentar a produtividade*”. O Brasil insere-se no mercado agroquímico constituído inicialmente no mercado de produção de tecnologias de guerra que, a partir dos acordos que puseram fim à segunda guerra mundial, são colocadas no mercado para uso doméstico (produtos de limpeza, higiene, exaltando o discurso higienista, comética) bem como na produção agrícola que passaria a ser reconfigurada a partir do discurso do domínio tecnológico sobre os ciclos da natureza subjacente ao discurso do planejamento do desenvolvimento.

Teses acadêmicas do período corroboram a necessidade de substituir o “velho” pelo “novo”. Quando Bertha Becker (1969) diz que no Norte do Espírito Santo, a proporção da área erradicada chega a 100% - o que provocaria uma movimentação, desta vez de saídas do norte tanto para Vitória e entorno, quanto para outros estados - precisamos relativizar a real importância do café para aqueles territórios. É ofuscada também a real importância do processo de expropriação de terras provocado pela implantação do projeto do desenvolvimento - na esteira da “*revolução verde*” - que acaba por servir para ratificar o discurso da necessidade do desenvolvimento e da idéia de integração regional tal como podemos perceber no trecho abaixo:

“Em virtude das condições ecológicas desfavoráveis e da falta de tratos adequados por produtores, desestimulados pela depreciação contínua de sua produção, esgotam-se os cafezais consumidos pela broca. Extremamente significativo é o relatório de setembro-outubro de 1967 do IBC, sobre a situação cafeeira da zona litigiosa¹⁸, no qual fica evidenciada a forte erradicação espontânea que já se processava nos municípios do Norte entre 1960 e 1966.” (...)

“Diante do declínio da estrutura e do clima de desespero que imperava, o segundo programa de erradicação apareceu como “tábua de salvação”, ainda mais que essa política chegou ao homem do campo sob a forma de que “o café não vale mais nada”. Verificou-se verdadeira corrida para a erradicação, que deu origem às mais variadas formas de especulação e fraude, em que os pequenos proprietários levaram a pior.” (Becker, 1969, p. 51)

O mesmo discurso subalternizador da existência de outras economias aparece também em Neves & Pacheco (1992, p.66), que ao relatar o caso do município de Ecoporanga, mostram algumas conseqüências provocadas por este processo de erradicação de cafezais que colocaria o norte do ES como exclusivamente dependente do café. Assim tal crise teria provocado *“o êxodo rural; quebram também as lavouras que estavam associadas ao café; comprometendo a subsistência; esvaziamento das atividades mercantis ligadas aos produtos de subsistência; afirmação do novo uso do solo: pasto para pecuária, o que consolida a concentração fundiária; afeta os trabalhos de meeiros e parceiros, comuns no modo de produção de cunho familiar.”* Assim, seria simplesmente a erradicação dos cafezais que teria provocado uma inversão do fluxo migratório do Espírito Santo: *de estado receptor de mão de obra, passa a repulsor dela, num fenômeno sem precedentes em nossa formação sócio-econômica* (Neves & Pacheco, 1992, p. 69).¹⁹

¹⁸ A autora refere-se ao processo de definição de fronteiras entre o ES e Minas Gerais, principalmente ao norte do Rio Doce.

¹⁹ Na esteira dos projetos de “ocupação das fronteiras” ocorrem nesta mesma época migrações do noroeste do ES para Brasília e Rondônia. Mas o primeiro impulso foi para o norte do Paraná com caminhões “paus-de-arara”. A migração para Rondônia recebe incentivos concedidos pelo Incra (IBRA na época), com doações de terras do governo-federal, conforme atesta o depoimento do jornalista Rodrigo Bonfim Pacheco (em Neves & Pacheco, 1992), radicado em Rondônia na década de 1990, relatando que nos municípios de Ji-Paraná (a 365 km de Porto Velho) metade dos 200 mil habitantes em 1990, eram oriundos de outras regiões do Brasil, incluindo Espírito Santo, em especial de Ecoporanga, Barra de São Francisco e Nova Venécia.

Estes discursos minimizam o peso de outros processos que articulavam-se naquele período imbuídos do conceito de “*projeto de integração nacional*” de orientação militar - como exemplifica a influência das teses do general Golberdo Couto e Silva ²⁰ que provocavam e estimulavam migrações com a promessa da conquista de terras e pela implantação do novo modelo de desenvolvimento agrícola direcionado pela ideologia da “*ocupação de fronteiras*” ao mesmo tempo através de políticas nacionais dos órgãos de assistência técnica rural, incorporam-se ao solo dos chamados “*insumos agrícolas*”. A “*crise do café*” elegeu os lugares que deveriam continuar a produzir café para exportação e quais lugares deveriam substituir suas culturas para dar lugar à expansão do agronegócio do próprio café e das outras frentes trazidas pelas plantações de eucalipto, cana e fruticultura. ²¹

O discurso subalternizador da “*crise do café*”, com base numa ciência que seria apenas de domínio de “*experts*”, antecipa a reorganização socioeconômica hegemônica no norte do ES e é um marco referencial na promoção da agroindústria monocultora no estado, com a opção pela implantação das monoculturas de eucalipto do setor de celulose no Norte do ES. Esta antecipação demonstra o papel que Milton Santos atribui à psicoesfera como antecipadora do *meio técnico-científico-informacional*.

Também de Rondonias, a 60 km da capital, viviam famílias oriundas de Ecoporanga e ao longo das estradas vicinais mais 500 famílias capixabas.

²⁰ No livro *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*.

²¹ Para financiar a diversificação econômica das áreas erradicadas outro plano foi elaborado pelo Gerca, vigindo de 1967 a 1969, o “*Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeiras*”, que financiou projetos agroindustriais, infra-estrutura e experimentação. Segundo Dalcomuni (1990, p. 157), no Espírito Santo, 63% destes recursos foram aplicados em “*Programas Agroindustriais*”. E destes investimentos agroindustriais os principais foram: 23,9% na indústria de Carne; 17,1% a indústria de café; 16,2% na indústria de açúcar; 12,8% em Reflorestamento; 6% em Serraria. Nota-se que a idéia de “*diversificação*” traz na verdade uma opção por monocultivos promovendo *especializações produtivas*.

3.3. Elementos da gênese do processo de territorialização da empresa Aracruz Celulose

Reunimos neste momento alguns elementos que nos permitem perceber a importância dos arranjos locais no processo de territorialização da Aracruz Celulose no norte do Espírito Santo, no contexto da globalização neoliberal. O projeto de modernização, por parte das elites capixabas, é acelerado em consonância com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal que, por sua vez, está alinhado às perspectivas internacionais, realimentando as relações sociais e de poder da “moderno-colonialidade.”

Realmente, no setor celulose, da mesma forma como se verificou em outros, a competição internacional possibilitou uma industrialização do capitalismo “periférico”, mantendo intactas as relações de dependência. E a acumulação do capital que vinha se fazendo paulatinamente, dentro do esquema de substituição de importações, foi poderosamente impulsionada pela política governamental, que ao se abrir para a vinculação com os grupos internacionais, iniciou uma rápida desnacionalização. Este processo, que na celulose foi mais lento nas décadas de 50 e 60 do que o foi, por exemplo, na indústria farmacêutica ou na automobilística, ou na mecânica e metalúrgica, avança rapidamente na década de 70, na medida em que sob a forma de participação direta ou de concessão de empréstimos e créditos, o setor aumenta sua dependência em relação aos centros mundiais e particularmente em relação aos Estados Unidos. (Goldenstein, 1975, p. 342)

Esse processo foi construído no plano do discurso como *psicoesfera*, com discurso científico dominante que solicita ou ratifica a criação de um conjunto de normas. E como *tecnoesfera* na uso da tecnociência na racionalização do território materializadas em grandes obras de engenharia, insumos agrícolas, sistemas informacionais.

O conjunto normativo que introduziu desde os final da década de 1950 a “necessidade de investir” no setor de celulose concretiza-se no “Programa Nacional de Papel e Celulose”, de 1975, como política integrante do “II Plano Nacional de Desenvolvimento” (1974-1978). A produção deste documento na

verdade vem para consolidar a expansão do setor, com instrumentos do Estado tanto em relação à legislação, à viabilização de terras, e aos incentivos fiscais pois os arranjos dos diversos setores já havia sido feito anteriormente e o que estava constituído na prática passa a ser ratificado por um instrumento federal e que defende a necessidade de ampliação traçando as características do que viria a ser chamado de “reflorestamento”. Este termo contém duas ironias: se é preciso reflorestar é porque não há mais florestas estimulando e autorizando mais desamatação e outra a de colocar a monocultura no mesmo plano de uma floresta que na sua complexidade ambiental inclui a vida humana.

Estimula-se, assim, a “*ampliação de reservas florestais homogêneas*” pois haveria demanda por parte do “*complexo industrial*”. Também é orientada a localização próxima ao local de consumo facilitando o transporte. Ratifica-se a necessidade de “*elevada produtividade*”. Quanto ao “obstáculo” colocado pela “*dificuldade de aquisição de grandes áreas contínuas*” caberia ao Estado “*prover o terreno necessário*”. além disso são oferecidos financiamentos e incentivos fiscais ao setor.

Aqui já a idéia de “*cadeias produtivas*”, com a repartição do território nacional em quadrículas de produtividade. É neste sentido que são criados os “*Distritos Florestais*” que seriam os lugares que reúnem as condições ideais atendendo o ciclo “*produção, circulação e consumo*”.

<i>Conceito</i>	<i>Localizações</i>	<i>Conceitos que orientam padrões de organização do território</i>
Reflorestamento	Sul	Mercado interno de celulose
Distritos florestais	Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Sul da Bahia, Norte e Nordeste	Regiões prioritárias, associação com indústrias. capital estrangeiro + capital nacional exportação integração de setores da cadeia produtiva
Aptidão florestal	Áreas pobres	Iguala pobreza a vazios demográficos

Fonte: organização própria a partir de dados do Programa Nacional de Papel e Celulose, 1975.

Como se vê, o “*Plano Nacional de Papel e Celulose*” é a consagração e o apoio ao que já vinha ocorrendo no norte do Espírito Santo que, desde a década

de 1950, com os estudos da Cia Vale do Rio Doce, e década de 1960 com os estudos da Ecotec (como veremos adiante), dão início à um controvertido processo de aquisição de terras.

Entidade/Governo/data	Documentos produzidos e elementos do discurso
Jones dos Santos Neves (1951-1954)	O Plano de Valorização Econômica em consonância com o plano de desenvolvimento de Getúlio Vargas previa reformas na infra-estrutura tais como ampliação da malha rodoviária, ampliação e reaparelhamento do Porto de Vitória, investimentos na geração e distribuição de energia elétrica e fomento à produção agrícola.
Ecotec final da década de 1950	Economia e Engenharia Industrial S.A. Empresa contratada pelo Estado para elaborar os estudos para a implantação do setor de celulose no ES Antonio Dias Leite Jr. um dos proprietários da empresa e que posteriormente foi Ministro das Minas e Energia

Fonte: organização própria a partir de Dalcomuni, 1990.

Leis e incentivos fiscais	
Código Florestal de 15/05/1965 Lei n. 4.771	Isenção de tributos em áreas com “cobertura florestal” Cria o conceito de “floresta homogênea” que substituiria a “floresta heterogênea”
Lei 5.106 de 02/09/1966	os incentivos fiscais que já existiam no para as empresas que <i>reflorestavam</i> passa a ser válido para o que se empregava no próprio plantio de árvores

Para se ter uma idéia da articulação no Estado do Espírito Santo para a consolidação desta industrialização com base em Grandes Projetos, mostramos no quadro abaixo, com base em Dalcomuni (1990) e Zorzal (1986), os nomes de alguns dos principais articuladores que estavam ora no governo, ora na indústria ou mesmo como consultores na elaboração dos projetos.

Antônio Dias Leite Jr	Um dos proprietários da ECOTEC Ministro das Minas e Energia no período da ditadura militar “pai” da legislação sobre incentivos fiscais ao reflorestamento
Arthur Carlos Gehardt Santos	Governador do Espírito Santo (1971 a 1974) Diretor Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão

	Diretor da Aracruz Celulose Um dos fundadores da Findes
Eliezer Batista	Um dos fundadores da Findes (1958) Superintendente da CVRD Presidente da CVRD por duas décadas
Alberto Stange	Um dos fundadores da Findes
Leopoldo Garcia Brandão	Um dos membros da equipe técnica da ECOTEC Diretor da Aracruz Celulose até 1989

Percebe-se, desta forma, que há uma articulação entre a construção de normas (regras, leis), os gestores do setor público e privado nos níveis municipal, federal, estadual em articulação com interesses dos capitais internacionais.

Findes 1959	A Federação das Indústrias do Espírito Santo - Findes (modelo Fiesp, Firjan), criou em 1959 um conselho técnico que funcionava como consultor do governo do estado
1961	O governo do estado cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC) Marco do planejamento estatal no ES
1966	Em 1966, Leopoldo Garcia Brandão, um de seus técnicos, realiza estudo sobre o mercado de celulose, que resulta na constatação do aumento da demanda que não seria suprida pelos países produtores até então (na Europa e Estados Unidos principalmente). Esta pesquisa foi apresentada a empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, que assinaram contrato imediato com a ECOTEC para continuar os estudos e viabilizar a implantação de um projeto neste setor: Antonio Dias Leite Jr., Erling S. Lorentzen, Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portella, Eliezer Batista, João Maciel Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chaldas e Renato Grajiollo. É feita a opção pelo eucalipto e a escolha do lugar a ser implantado. Elabora estudo indicando o município de Aracruz para a instalação do "complexo de celulose"
1967 governo Cristiano Dias Lopes	criada <i>Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo</i> , CODES, fruto de reestruturação do CODEC, e apresenta dois estudos: " <i>Programa de Diversificação no Espírito Santo</i> " elaborado pelo IBC/GERCA, " <i>Diagnóstico pra o Planejamento Econômico do Espírito Santo</i> ", elaborado pela FINDES. Arthur Carlos Gehrardt Santos foi designado para presidência da CODES, que teve importante papel entre 1967 e 1970.

1967	<i>Em 1967, por exemplo, a CODES, encomenda à ECOTEC o estudo "Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo"</i>
1967 BANDES	<p>Em 1 de fevereiro de 1967 o governador Dias Lopes sanciona Lei 2.279 criando o CODES, <i>empresa de economia mista, que estaria voltada pra o planejamento, estudos necessários à implementação e coordenação de uma política de desenvolvimento, além do financiamento a atividades produtivas, com base nos recursos de fundos públicos que administrava ou captava junto a outros organismos da esfera Federal</i> Em outubro de 1967, foi criada a CODES-CRED - <i>Crédito, Fianciamento e Investimento S/A, uma subsidiária da CODES</i>. Esta seria o braço financeiro do CODES. Em 11/12/1969, o CODES foi transformado no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - o BANDES</p> <p>1970 - <i>Plano de Ação do BANDES</i></p>
1975-1979	<p>Plano de Ação do BANDES</p> <p>Conceito de <i>pólos de desenvolvimento agrupados em complexos industriais</i> e que depois viriam chamados de <i>grandes projetos</i>.</p> <p>agrupados em quatro grandes complexos: o Complexo Siderúrgico; o Complexo Naval (estaleiro); o Complexo pára-químico que prevê investimentos em Aracruz e Norte do Espírito Santo; Complexo Portuário.</p>

Eventos que marcam a organização e implantação do mercado de celulose no Brasil e no Espírito Santo pelo Governo Federal e o Governo Estadual do Espírito Santo no período da globalização neoliberal

1955	Produção nacional de celulose era de 73 mil toneladas e de papel de 346 mil toneladas quando foram concedidos os primeiros financiamentos pelo BNDE, mas a matéria prima era o bagaço de cana (celulose não branqueada para produção de papel de embrulho) na região de Campos no Rio de Janeiro.
Década de 1950/1960	Estudos da FAO sobre o aumento da demanda mundial de celulose
1956-1961	Plano de Metas de JK Alavanca a indústria de papel O eucalipto torna-se principal fonte de fibra
1965	Novo Código Florestal - Lei n. 4.771
1966	Lei n. 5.106
1966	Estudos da Ecotec e formação da sociedade de empresários
1967	Criado o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal Criada a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural A EMATER difunde a cultura do eucalipto e do Pinus pelo Brasil
1967	Codes Encomenda Estudo Para Ecotec Sobre Potencial Da Silvicultura No ES. Estudo Intitulado "Silvicultura e Indústria Madeireira No Espírito Santo" A Codes é transformada em BANDES que lança financiamentos para o reflorestamento, compra de equipamentos e de indústrias de transformação de produtos florestais
25/01/1967	Fundada a Aracruz Florestal AS Para possibilitar usufruto da Lei n. 5.106
01/07/1967	Início dos plantios de eucalipto
1969	A Aracruz Florestal recebe recursos do Programa de Diversificação do IBC/GERCA para compra de maquinários para preparar o solo
1969	A CVRD tinha projeto Flonibra (com japoneses) e iniciou plantio de 1.000ha em Linhares (projeto não foi concluído...) talvez relacionado a elevação do preço da terra no norte do ES provocado pelas compras da Aracruz em 1967
1971	Estudo preliminar para projeto de fábrica elaborado pela SANDWELL, do Canadá, ligada à Billerud da Suécia e que veio a ser acionista da empresa. Para viabilizar a fábrica deveriam ampliar o projeto de plantações
1971	Consultora Jaakoo Pöyry, da Finlândia, reafirma o estudo de viabilidade Indica que a escala de produção da fábrica poderia se ampliada de 750t/dia para 1.300ton/dia
Abril de 1972	Criada a Aracruz Celulose AS e a Aracruz Florestal torna-se subsidiária Financiamento de projeto orçado em 460 milhões de dólares
II PND 1974-1978	Governo Geisel Plano Nacional de Papel e Celulose Suprir o mercado de papel e de celulose Reflorestar 4 milhões de hectares de celulose Criados os "Distritos Florestais" 20 projetos financiados com incentivos fiscais foram implantados no Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Sul da Bahia, São Paulo, no Sul do país e mais 10 no Norte e Nordeste do país.
1974	FISSET - incentivos fiscais para o setor (suspensão em 1986)
1975	Plano Nacional de Papel e Celulose
1975 ES 21 de agosto	Financiamento do BNDES para Aracruz Celulose 337 milhões de dólares Início da construção da fábrica

	BNDE passa a concentrar ações da Aracruz
1977	Financiamento de 140 milhões de Cruzeiros pelo GERES - Grupo Executivo da Recuperação Econômica do Espírito Santo com recursos do FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
1978	Composição acionária após a viabilização financeira do BNDE BNDE - 25,9%; Cia Souza Cruz 25,90%; Fibase - 14,72%; Grupo Billerud - 6,07%; Grupo Lorentzen - 5,08%; Vera Cruz Agroflorestral S/A - 3,3%, Grupo Moreira Salles - 2,63% e 16,95% divididos entre 391 acionistas.
1979	A unidade industrial começa a operar em escala comercial
1980	BNDE vende suas ações para o Banco Safra
BNDES	Até 1994 foram liberados US\$ 7,7 milhões para a celulose (6% do total aplicado para o setor industrial)
A partir de 1985	criadas as " Fazendas Florestais " o que hoje é feito sob a figura do Fomento Florestal
1987 - final	Novo Programa Nacional de Papel e Celulose - PNPC Estabelece metas de expansão até 1995
2003	I Fórum nacional de Base Florestal - Brasília Junho de 2003
2004	PNF - Programa Nacional de Florestas Programa do Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000 Entre as metas destacamos: de 2004 a 2007 está previsto o plantio de 1,2 milhão de hectares por meio de programas empresariais sustentáveis (indústria) e o plantio de 800 mil hectares em pequenas e médias propriedades; recuperação de 200 mil hectares de áreas degradadas.

Fonte: Organização própria a partir de : Dalcomui, 1990, Fanzeres, 2005, Zorzal 1986, consulta a documentos.

Capítulo 4

A concepção e o uso do território como recurso no processo de territorialização da Aracruz Celulose

Buscamos mostrar um pouco da trama de relações que expõem disputas por projetos de desenvolvimento territorial diferentes no Norte do ES analisando alguns elementos de um projeto que quer ser hegemônico, o da empresa Aracruz Celulose. Tal projeto não se restringe a esta ou aquela empresa, mas está no escopo das políticas das corporações no período da globalização neoliberal. O objetivo colocado para o constituído “*Sistema de Informações Florestais*” sintetiza o entendimento da relação com a natureza que um empreendimento “*florestal*” propõe:

“Consolidamos o Sistema de Informações Florestais (SIF), um conjunto de ferramentas computacionais que, além de administrar toda a base de dados das propriedades, plantios e operações, auxilia no processo de gestão florestal. Incorporando tecnologias de otimização, simulação, geoprocessamento e modelagens específicas, o sistema permite gerenciar de forma integrada a cadeia produtiva e logística florestal com a máxima eficiência e agilidade.” (Relatório da Aracruz Celulose, 2004)

Mas o processo de territorialização será sempre conflituoso já que não se instalará num território sem vida. O entendimento da natureza como “recursos naturais” modificar comunidade a vida de diversas comunidades. Para enfrentar estes conflitos colocados para as populações do campo no Norte do ES o conjunto de movimentos sociais do campo e da cidade que compõem a *Rede Alerta contra o Deserto Verde*, vêm produzindo uma série de documentos que procuram fazer contraponto à informação sobre o território produzida e divulgada pelas empresas em articulação com o Estado e com a de mídia. Com a produção da “contra-informação” questiona-se quem produz conhecimento e conseqüentemente o que é uma fonte de pesquisa.

Reunimos alguns dos elementos que consideramos significativos do processo de territorialização da empresa discutindo os usos destinados à terra, à água, e à construção de um discurso com bases técnico científicas hegemônicas

que se impõem sobre um território com histórias e trajetórias muito anteriores a chegada da empresa. A associação destes usos ao conceito de “*Desenvolvimento Florestal*” articula-se no território como estratégias de expansão territorial contígua ou não no território.

4.1. Normatizações do uso da terra para monocultura como instrumento subalternizador da terra para alimento

O processo de territorialização de um empreendimento de porte expansionista territorialmente e financeiramente desencadeia a discussão e a elaboração de um conjunto de normas constituído por decretos, leis, especificações, que se articulam numa intrincada rede de normatizações que se materializam no território em objetos e ações, direcionadas por interesses empresariais e governamentais que beneficiam-se direta ou indiretamente da monocultura e do setor de celulose, desencadeando processos tanto da sociedade civil quando das esferas públicas municipal, estadual e federal.

Com base no conceito de “*reflorestamento*” e de “*sustentabilidade*” são então definidas as porcentagens que podem se plantadas nos municípios de acordo com diferentes conjunturas locais. E no plano “*ambiental*” as regras para os “*licenciamentos ambientais*”.

<p>1999 Decreto Estadual (ES) n. 4428 de 22/Mar/99 Decreto estimula o “reflorestamento”</p>	<p>“Normas para Licenciamento de Programas ou Projetos de Reflorestamento”²² Definida a % de plantio de cada município por MR A porcentagem máxima em alguns municípios chegava a 50% nas micro-regiões Central Serrana e Noroeste 1. Nas demais micro regiões 30%, com exceção da Grande Vitória com 10%. Foi modificado pelo Decreto n. 4 de 9 de jun de 99 (este altera também o art. 6º) após contestações da sociedade</p>
<p>1999 o decreto é contestado</p>	<p>Em 26 março 1999 a Assembléia Legislativa do Estado do ES publica o Projeto de Decreto Legislativo n.62/99 que susta os efeitos do Decreto 4428 de 22 mar 99, assinado por Claudio Vereza, Dep. Estadual PT/ES.</p>

²² O decreto tem por base o Plano de Desenvolvimento Florestal e da Indústria de Base Florestal do ES elaborado pela ADERES – Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo.

Com o decreto n. 4428 ficam claras as intenções de duplicar áreas destinadas ao “reflorestamento”, plantando-se extensos monocultivos de eucalipto no Espírito Santo. O Jornal A Gazeta (24 de Março de 1999, p. 9, caderno de economia), publica uma matéria intitulada: “*Governo quer duplicar área reflorestada*”.

As reações da sociedade levam à elaboração de um decreto sustando o anterior. Fez parte desta reação a “*Carta das Entidades Socio-Ambientais*”, somando 19 entidades que então compunham a “*Rede Alerta Contra o Deserto Verde*”, mostrando as conseqüências para agricultura capixaba tal como uma (re)concentração fundiária com a formação de grandes monoculturas.

A articulação que quer promover a expansão das monoculturas de eucalipto reúne órgãos do Estado e associações de classe. O discurso do *especialista* busca legitimar o processo com um conjunto de publicações e correspondências (documentos datados de 26 mar 1999 até abril de 1999). O Secretario da Agricultura, Sr. Burnier, solicita ao Deputado Estadual Vereza que mantenha na íntegra o Decreto com cartas de apoio da:

- FINDES – Federação da Indústrias do Espírito Santo, de 13/04/99
- FAES – Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, de 12/04/99
- SIF – Sociedade de Investigações Florestais (Viçosa – MG), de 12/04/99
- IPEF – USP – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais – Floresta com Ciência, de 12/04/99
-
- Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS, de 25/03/99
-
- Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, de 05/04/99
-
- Sociedade Epiritasantense de Engenheiros Agrônomos – SEEA, de 26/03/99.
-
- Associação dos Engenheiros Florestais do ES – AEFES, de 25/03/99.

Trata-se de um claro exemplo de uma articulação entre o Estado, um setor industrial auto-intitulado “*silvicultura*”, e a dos técnicos na área de “*engenharia florestal*”.

Coloca-se aqui a questão do “zoneamento” e do “licenciamento ambiental”. Um processo de licenciamento ambiental que respeite as existências nos territórios deve partir de um processo de discussão dos impactos vistos no conjunto de todos os sujeitos sociais. O “zoneamento” seria uma possibilidade negociar este planejamento. Mas este método tem suas limitações, sobretudo se o território é visto em alguns de seus aspectos ou na sua totalidade.

Retomamos Henri Acselrad (2002) que questiona os critérios da racionalidade presentes nos ordenamentos territoriais e seu *enquadramento espacial das incertezas*. Esta ressalva nos serve de referência para analisar se a importância que, cada vez mais, a dimensão territorial vem ganhando nas análises e na elaboração de políticas públicas e privadas, não reduzem as *práticas sociais a suas dimensões técnico-produtivas* e a *uma normalização técnica do território*, estabelecendo *um discurso sobre o governo das coisas que pretende justificar o governo dos homens e das práticas sociais no espaço*.

1999 11 de maio de	11 de maio de 1999 o pedido de parecer técnico ao Procurador Julio Cesar Bassini Chamun sobre o Decreto n. 4.428 de março de 1999 que aprova normas para licenciamento de programas e projetos de reflorestamento (Processo n. 992348). O parecer diz que o estado exorbita seu poder com este decreto e cabível um Projeto de Decreto Legislativo para sustar o Decreto 4428. Cabível também a requisição do processo original da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução n. 1808/95.
1999 9 de Junho	É publicado o Decreto n. 4.470N de 9/06/99 que modifica os artigos 4º e 6º do Decreto 4428 de 22 de março de 1999. O decreto 4.407 modifica o artigo que diz respeito às áreas máximas de reflorestamento por municípios agora respeitando as Leis Orgânicas Municipais e inclui parágrafo que incorpora exigência de EIA/RIMA conforme leis Estadual e Federal.
2000 março	É criada, pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, a Comissão Especial para apreciar o Processo de Licenciamento de Expansão da Aracruz Celulose, através da Resolução n. 1938/00 de 22 de março de 2000.
2000 16 de maio	As entidades do Movimento Alerta Contra o Deserto Verde enviam carta aos deputados membros da comissão acima citada solicitando que sejam convocados para participar dos trabalhos da comissão.

O setor “florestal” constituído por empresas e trabalhadores *especialistas*, apontam o plantio de eucalipto como uma solução para o desenvolvimento, apoiado no discurso técnico-científico das Engenharias. Este é o mote do **Seminário** “*O Setor Florestal como vetor de Desenvolvimento*” (25 e 26 de maio de 2000), realizado no auditório da Rede Gazeta, Vitória, ES e idealizado pela “*Sociedade Epiritasantense de Engenheiros Agrônomos – SEEA*” e pela “*Associação dos Engenheiros Florestais do ES.*”

Por sua vez o Seminário “*Os Danos Socioambientais da Monocultura do Eucalipto no Espírito Santo e na Bahia*” (19 de Junho de 2000), realizado na UFES, foi organizado pelo “*Movimento Alerta Contra o Deserto Verde*”, constituído naquele momento por 80 entidades do campo e da cidade. Os resultados deste debate foram reunidos em publicação com o mesmo título do seminário. Nos artigos e nos debates são mostrados vários impactos relativos a conflitos por terra e água.

Em Junho de 2001, a Assembléia Legislativa do Espírito Santo aprova por unanimidade o projeto de lei do Deputado Estadual Nasser Yusef, que proíbe por tempo indeterminado o plantio de eucalipto para fins industriais, até que se faça um “*zoneamento agroecológico*” do Estado e também impõe alguns condicionantes para o a realização de licenciamento ambiental para plantios de eucalipto. Além disso, trata também da necessidade dos estudos para o licenciamento serem objeto de audiência pública.

No dia 4 de Junho de 2001 o “*Forum Alerta Contra o Deserto Verde*”, lança uma “*Carta de repúdio à compra de terras pela Aracruz Celulose*”. É assinada por 78 entidades e movimentos sociais.

O discurso empresarial e técnico-científico, ou como problematiza Pablo Casanova (2004) na expressão “*complexo corporativo técnico-científico empresarial militar midiático*” manifesta-se amplamente contra a lei Nasser. Em matéria do Jornal A Gazeta, de 17 de junho de 2001, p. 4, na coluna Opinião, expressa apoio ao empreendimento do eucalipto e da Aracruz Celulose, colocando que a lei representa uma peça de atraso cultural, difícil de imaginar que pudesse acontecer. E chega a explicitar:

“Não resta alternativa ao governador do Estado senão vetar a lei antieucalipto. E a Assembléia Legislativa, em reconhecimento ao seu erro, deve acatar o veto. Se isto não ocorrer, compete à Aracruz Celulose, às entidades sindicais dos empresários e quem mais julgar cabível contestarem judicialmente a estapafúrdia legislação. Assim, pode ser que a Justiça salve o Estado de um grande retrocesso.”

Ao encontro destes mesmos princípios que aparecem no Jornal A Gazeta, vai o artigo do informativo da AEFES – Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo, de 16 de julho de 2001, sob o título de *“Sociedade e setor florestal reagem contra lei do eucalipto”*. Menciona os comentários contra a lei que saíram na Gazeta, além das entidades capixabas Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo, a Sociedade Espírito Santense de Engenheiros Agrônomos, a Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, Fórum de Secretários Municipais de Agricultura do Estado do Espírito Santo, Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo; além de entidades de âmbito nacional tais como o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal, Associação Brasileira de Papel e Celulose, Sociedade Brasileira de Silvicultura. Para promover o debate desta questão a Assembléia Legislativa do ES, organizou o **Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus impactos**, de 21 a 23 de agosto de 2001.

No dia 21 de agosto de 2001 o Movimento Alerta Contra o Deserto Verde (ES e Sul da Bahia), o Fórum de Lutas do Campo e da Cidade/ES e o Fórum da Agricultura Familiar/ES, assinam a carta de Vitória, contestando o processo que leva ao veto do Governador à lei Nasser e convocando a sociedade e a empresa Aracruz Celulose para o debate.

Em 27 de agosto de 2001, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, estimulado pelas reivindicações da *“Carta de Vitória”*, abre processo para instaurar fiscalização aos processos de licenciamento dos projetos de eucalipto no Estado que estão relacionados também ao licenciamento da *“Fábrica C”*.

A FASE promoveu, nos dias 5 e 6 de setembro de 2001, em Conceição da Barra, oficina sobre o PIDESC (Pacto Internacional de Direito Econômicos,

Sociais e Culturais) para lideranças regionais para confeccionar um relatório sobre as diversas infrações cometidas pelo projeto florestal-celulósico no Espírito Santo, a ser enviado para a comissão da OEA (Organização dos Estados Americanos) que averiguará as denúncias. Posteriormente (2002, 2003) são publicados os relatórios e há uma maior repercussão internacional das tensões territoriais em torno das questões das populações do campo e a Aracruz Celulose. Os participantes do encontro são: representantes da rede “Deserto Verde”, agricultores, carvoeiros, remanescentes de quilombos, pesquisadores, lideranças comunitárias e religiosas.

O Governador José Inácio Ferreira veta lei Nasser, mas seu veto é derrubado de novo pelos deputados estaduais no dia 26 de setembro de 2001. No dia 26 de setembro de 2001 foi realizada manifestação com 4.000 representantes dos agricultores do Espírito Santo, e entregaram um abaixo-assinado com 1.215 assinaturas e uma carta aos deputados exigindo que derrubem o veto do governador José Inácio Ferreira. O veto é derrubado por 20 votos a 05 e a lei Nasser é publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo no dia 04 de outubro de 2001, p.24.

Após a publicação da lei Nasser, foi realizado o seminário Contribuições ao zoneamento agro-ecológico no ES, no dia 21/out/2001 em Linhares. A *Carta de Linhares Por um Zoneamento Agro-ecológico Participativo* que resultou deste encontro, datada de 22 de outubro de 2001 é assinada por 68 entidades.

Em outubro deste mesmo ano houve debates nas câmaras municipais discutindo restrições à expansão do eucalipto. Os municípios de Sooretama e Jaguaré aprovaram leis proibitivas ao eucalipto.

No dia 12 de novembro aconteceu em São Mateus o grande encontro do norte, reunindo vereadores de 14 municípios do norte do estado, entre eles 10 presidentes de câmaras municipais, para discutir a monocultura de eucalipto e formas para regulamentar este plantio nos municípios, além de formas de participação da sociedade nestas questões.

No dia 21 de novembro, agricultores da região de Vila Valério e São Gabriel da Palha estiveram na câmara municipal de Vila Valério protestando

contra a entrada da Aracruz Celulose na região, preocupados com a compra de terras de pequenos agricultores, o êxodo rural e a falta de apoio à agricultura familiar. Nestes municípios também estavam sendo elaboradas elaboradas leis de proibição ao plantio de eucalipto.

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2001, lideranças rurais e urbanas estiveram reunidas, em Vitória, no seminário *Reforma Agrária e Urbana*, discutindo as grandes questões urbanas e agrárias do estado e suas interações. Uma das principais questões colocadas foi a problemática do plantio de eucalipto para fins de celulose. Na agenda comum para 2002 foi priorizado o acompanhamento do zoneamento agroecológico pelas entidades e movimentos.

Neste mesmo ano foi formada uma comissão para discutir o zoneamento agroecológico constituída por 11 membros: 3 da sociedade civil e 8 do Estado. A primeira reunião ocorreu no dia 29 de novembro de 2001.

Com a aprovação da lei Nasser que proíbe o plantio no ES, a Aracruz Celulose indica a ampliação do plantio na Bahia e o início do plantio no RJ. No RJ as áreas de interesse da Aracruz Celulose coincidem com áreas que segundo o MST são prioritárias para reforma agrária. Reagindo a esta ameaça vereadores, deputados e movimentos sociambientais destes estados vizinhos se articulam para afastar esta ameaça. No RJ o Deputado Estadual Carlos Minc preparava um estudo para projeto de lei para restringir o eucalipto.

No extremo sul da Bahia, vereadores e lideranças municipais do município de Itanhém aprovou, em 2001, lei restritiva ao eucalipto.

Em novembro de 2001 o Vídeo *Cruzando o Deserto Verde*, de Ricardo Sá, ganhou repercussão internacional com o Bloco "*Os Quilombos do Angelim*", premiado pelo Ministério da Cultura na categoria pesquisa na 8ª. **Mostra Internacional de Filmes Etnográficos** que aconteceu no Rio de Janeiro. Este bloco mostra a difícil situação da vida que as comunidades negras rurais do norte do estado enfrentam depois da implantação do eucalipto naquela região.

A criação da **Comissão do Mapeamento Agro-ecológico**, dentro da Comissão Estadual para o Zoneamento Agroecológico do Espírito Santo, (comissão criada através da Portaria n. 081-S, de 21/11/2001) é prevista pela Lei

6.780/2001 (entrou em vigor no dia 04/10/2.001). Esta comissão teve as primeiras reuniões em novembro e dezembro de 2001.

Instala-se um acirrado debate entorno de como, quem faz o zoneamento. Os que defendem a expansão do eucalipto sugerem que o estudo “Aptidão Florestal das Terras do Espírito Santo”, elaborado em 1992, seria suficiente, sofrendo apenas algumas modificações. Os representantes da sociedade civil defendem um processo participativo e que respeite as necessidades dos agricultores e não da empresa.

A “Rede” organiza um parecer crítico sobre o estudo e, entre outros elementos, percebe-se que 83,43% das terras do Estado são consideradas “áreas com aptidão para silvicultura”:

- 3,01% - indicada para uso exclusivo
- 31,67% - indicada para uso preferencial
- 48,75% - não preferencial mas podendo ser utilizada para silvicultura.

Somam portanto 83,43% das terras do Estado do ES. (dados do documento Dadalto, Gilmar Gusmão; Barbosa, Celso Alves & Sartori, Mário - *Aptidão Florestal das Terras do Estado do Espírito Santo*, Fórum sócio-econômico do Espírito Santo, Grupo de Trabalho da Indústria Florestal ²³, Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, 1992, p. 12)

²³ O grupo de Trabalho da Indústria Florestal era composto por representantes do principais grupos de empresários envolvidos com a utilização da madeira e coordenado por dois representantes da Aracruz Celulose: Luis Soressini e Erling Sven Lorentzen, com a participação de órgãos estaduais a EMATER, a EMCAPA e o IBAMA. (este fórum foi instituído pelo governo do estado do ES: *O presente trabalho representa uma contribuição concreta originada no Grupo de Indústria Florestal do Fórum econômico Estadual, que deverá servir de referência para nortear as decisões relacionadas à atividade através de planejamento e propostas para uma Política de Desenvolvimento Florestal para o Espírito Santo*. Setembro de 1992. Em parecer organizado pela Rede, sobre este estudo de 1992, quando da participação na comissão de zoneamento agroecológico (que iniciou em 2001), levanta uma série de limitações e de distorções deste estudo tal como desconsiderar aspectos sócio-econômicos; foi coordenado pela Aracruz Celulose; confunde floresta e silvicultura; não consta levantamento de dado em campo; escala inapropriada; necessária atualização cartográfica; as áreas a nordeste do ES onde há grande concentração de plantações de eucalipto não são indicados no estudo como preferenciais para eucalipto; levantamento do uso atual do solo no ES; atualizar os dados da silvicultura.

No Norte do Espírito Santo relativamente ao estado do ES estas áreas ficariam assim distribuídas: (*anexo – quadro com municípios segundo meso regiões*)

	Áreas aptas para Silvicultura							Total terras do estado*
	1 ^a		1b		1c		Total	
	Ha	%	ha	%	ha	%	ha %	
Estado ES	137.241	3,01	1.443.988	31,67	2.222.809	48,75	3.804.038	4.559.700
Mesorregião Noroeste 01	-	-	429.543	37,38	583.389	50,77	1.012.932	1.149.000
MR 01	-	-	203.192	52,97	144.684	37,72	347876	383.600
MR 02	-	-	43.939	13,31	245.401	74,34	289340	330.100
MR 3	-	-	182.412	41,90	193.304	44,41	375716	435.300
Mesorregião Litoral Norte-02	-	-	62.101	4,21	1.050.250	71,24	1.112.351	1.474.200
MR - 04	-	-	-	-	284.412	97,60	284.412	291.400
MR - 05	-	-	-	-	382.566	83,38	382.566	458.800
MR - 06	-	-	62.101	8,58	382.272	52,80	382.272	724.000

Fonte: organização própria a partir de DADALTO, Gilmar Gusmão; BARBOSA, Celso Alves & SARTORI, Mário - **Aptidão Florestal das Terras do Estado do Espírito Santo**, Fórum sócio-econômico do Espírito Santo, Grupo de Trabalho da Indústria Florestal, Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, 1992, p. 11

* as outras áreas que não aparecem aqui referem-se a Áreas Inaptas para Silvicultura, Parques e Reservas Equivalentes e Áreas Urbanas Viária e Hidrográfica Principal.

1a - áreas com aptidão exclusiva pra silvicultura (não indicadas para uso agropecuário; 1b - áreas com aptidão preferencial para silvicultura - admite o uso agropecuário com culturas de ciclo longo e pastagem, mas a recomendação prioritária é silvicultura

1c - áreas com aptidão não preferencial para silvicultura - sob o ponto de vista de oportunidade de uso, essa categoria é indicada preferencialmente para uso agropecuário, podendo ser usada também com atividade florestal)

Estado do ES

Segundo este estudo, portanto, as áreas com aptidão para silvicultura deveriam distribuir-se da seguinte forma no Estado do ES:

	Aptidão para Silvicultura % das terras por Mesorregião	Sem aptidão para Silvicultura
Mesorregião Noroeste	88,15	10,01
Mesorregião Litoral Norte	75,45	18,00
Mesorregião Central	85,57	10,26
Mesorregião Sul	88,02	8,49
Estado do ES	83,43	12,38

Fonte: organização própria a partir de DADALTO, Gilmar Gusmão; BARBOSA, Celso Alves & SARTORI, Mário - *"Aptidão Florestal das Terras do Estado do Espírito Santo"*, Fórum sócio-econômico do Espírito Santo, Grupo de Trabalho da Indústria Florestal, Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, 1992, p. 12 e 13.

O ano de 2002 é marcado pela licença de operação (licença SEAMA 121/2002) da fábrica "C" (700.000 T/Ano) além do fomento II, citado anteriormente; pelo veto à Lei Nasser e muitas repercussões, tal como a

divulgada pela imprensa e pela Federação da Agricultura do Espírito Santo quando divulgam que “liberação de eucalipto gera 25 mil empregos” (A Gazeta, 11 de junho de 2002, p.9). É marcado pela rediscussão por parte dos indígenas do “Termo de Ajustamento de Conduta”, que fora assinado pela empresa Aracruz Celulose e os Indígenas de Aracruz, em 1998; pela elaboração do Relatório DESC e pela CPI da Aracruz Celulose.

Uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 2623) no dia 07/06/2002 suspendeu a Lei estadual 6.780/81 que proibiu por tempo indeterminado o plantio de eucalipto para fins de celulose no Estado. A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria e pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Configura-se um novo processo de expansão das monoculturas de eucalipto que será expressivamente calcado na importância do chamado “*fomento florestal*” com linhas de crédito para pequenos plantios de eucalipto em terras de agricultores familiares.

4.2. “*Fomento florestal*” - Estratégias de expansão territorial

Um dos importantes marcos da estratégia de expansão territorial da empresa é o programa de “*fomento florestal*” empresarial, criado em 1990. Significando a expansão por territórios da agricultura familiar.

A questão do fomento relaciona-se com a lei 4.428 uma vez que o fomento torna-se uma forma de expansão das plantações de eucalipto, mas com conseqüências sobre as quais a empresa não precisa se responsabilizar diretamente.

Há também uma modificação ampla de uma região ao incorporar o eucalipto como uma opção individual de cada agricultor e que pode ser direcionado pelos poderes públicos locais. Assim o fomento representa muito mais do que a simples expansão das plantações e alimenta uma mudança nos

padrões da agricultura de cada município, de cada região, ditadas em grande parte pela Aracruz Celulose. A empresa estabelece com os lugares uma relação de “organizadora do conhecimento” promovendo cursos, palestras e viabilizando junto aos poderes públicos estaduais, principalmente na figura do *Incapar*, os tipos de plantios que devem ou podem se associar ao eucalipto.

Enquanto os camponeses no Norte do ES, estão em pleno processo de afirmação de sua diferença, o Governo do Estado do Espírito Santo aumenta estímulos concedidos para o avanço das plantações de eucalipto tanto para a empresa quanto para os que são vistos como pequenos agricultores.

No *Plano de Desenvolvimento Florestal do Estado do Espírito Santo (2004)*, que faz parte do *Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (PEDEAG)*, há uma linha de ação intitulada “*Renda Florestal*” direcionado da seguinte forma:

“Esta ação pretende utilizar, prioritariamente, áreas em processo de degradação, mediante o uso de florestas de produção, visando, além do aspecto econômico, a recuperação do solo. A possibilidade de integrar o produtor rural com empresas que utilizam matéria-prima do setor florestal também é uma premissa, o que permite, além de um balizamento de preços de produtos florestais, a garantia de mercado para esses produtos.” (PEDEAG, 2004)

Isto pode ser feito através do Fomento Florestal a partir da empresa e através da Extensão Florestal, programa do Estado e feito através de “*essências adaptadas à região, a exemplo das espécies tradicionais como o eucalipto, a seringueira e as palmáceas*”. (PEDEAG, 2004)

Metas para 4 anos da linha de ação “Renda Florestal”

Discriminação	Propriedades No.	Área Média por unidade (ha)	Área total	Total de mudas (No.)
1. Fomento Florestal Eucalipto	2.000	10	20.000	40.000.000
2. Extensão Florestal Eucalipto	3.500	2	7.000	14.000.000
Seringueira	500	4	2.000	800.000
Palmáceas	200	1	200	1.000.000
3. Espécies não tradicionais*	1.000	2	2.000	2.000.000
Total	7.200	-	31.200	57.800.000
Total só eucalipto (acrescentei esta coluna)	5.500	-	27.000	54.000.000

Fonte: elaboração própria a partir de PEDEAG 2.004, Plano de Desenvolvimento Florestal.

Obs.: considera-se para cada uma a seguinte proporção – Eucalipto: 2.000 mudas por hectare; Seringueira: média de 400 mudas por hectare; Palmáceas: 5.000 mudas por hectare. Espécies não tradicionais média de 1.000 mudas por hectare.

* estimular o plantio de espécies com ciclo médio e longo como: Jequitibá, Peroba, Louro, Teca, Ipê, Cedro Australiano, Nim, Cauli, entre outras. (observe-se que algumas destas plantas, do ponto de vista ambiental é que seriam “tradicionais” no ES).

O fomento, sob as formas empresarial e governamental, é colocado como prioridade para o Noroeste do Espírito Santo e apresenta-se, ainda hoje, com mesmo discurso da época da erradicação do café:

O Programa de Desenvolvimento Florestal será desenvolvido em todo o Estado, com priorização de municípios e sub-bacias hidrográficas da região Noroeste pertencentes às bacias do rio Doce, do São Mateus e do Itaúnas e, na região sul, especialmente nas áreas de altitudes mais baixas (clima quente) e na microrregião do Caparaó. Essas regiões apresentam, em sua maioria, predominância de pequenos produtores, pouca diversificação agrícola, baixa produtividade de atividades rurais, menor cobertura florestal nativa e/ou plantada, maior escassez hídrica e problemas mais sérios de degradação do solo. (PEDEAG, 2004)

Os outros programas para o “desenvolvimento florestal” estão todos no âmbito da proteção ambiental, exceto um que visa o uso de produtos da Mata: Proteção de Nascentes e áreas de contribuição hídrica “Olhos d’Água”; Proteção e recuperação florestal das encostas dos centros urbanos “Cidade Verde”; Fiscalização integrada dos remanescentes florestais da mata atlântica “Defesa Florestal”; Proteção de Unidades de Conservação “Reservas Florestais”; Uso sustentável de produtos florestais não madeiráveis da Mata Atlântica”.

Os quadros abaixo são ilustrativos da proporção de investimento em mudas de eucalipto – entre 1986 e 1998 (12 anos) foram doadas 49,3 milhões de mudas, sendo 14,4 milhões produzidas no ano de 1998. E entre os anos de 1991 e 1998 (em 7 anos) foram produzidas 5,1 milhões de mudas de “espécies nativas”, sendo 217.000 no ano de 1998.

Plantio e doação de mudas de eucalipto - 1998

Número de mudas produzidas	14,4 milhões
No. de mudas plantadas em propriedades da Aracruz	11 milhões
No. de mudas plantadas no programa de Fomento Florestal	3 milhões
No. de mudas doadas em 1998	465.000
No. de mudas doadas (1986-1998)	49,3 milhões 71 municípios no Espírito Santo, 16.700 produtores rurais

Fonte: Relatório Anual Aracruz Celulose, 1998.

Produção e doação de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica e ecossistemas associados

No. de mudas produzidas em 1998	217.000
No. de mudas produzidas de 1991 a 1998	5,1 milhões
Mudas doadas em 1998 - programas federais de recuperação e preservação	198.000
No. de mudas de 1991-1998 - programas de recuperação e preservação no Espírito Santo e Bahia	2,3 milhões
Mudas plantadas em áreas da Aracruz	13.000
Mudas doadas ao Programa Fomento Florestal	7.000

Fonte: Relatório Anual Aracruz Celulose, 1998.

Hoje a produção da Aracruz Celulose no Espírito Santo é de 2.100.000 toneladas de celulose por ano. Para 2007 o projeto é ampliar a produção para 2.300.000 toneladas por ano. E somando-se a produção anual na Bahia, no Espírito Santo e Rio Grande do Sul, hoje produz 3.000.000 de toneladas. E, segundo o diretor operacional da Aracruz Celulose, Walter Lídio Nunes, o programa *Produtor Florestal* (nome da empresa ao *fomento florestal*) fornece 15% do eucalipto para esta produção atual mas querem chegar a um fornecimento de 30% a partir do programa Produtor Florestal. Isto significa que aqueles incrementos esperados no aumento da produção deverão vir do programa de fomento. (A Gazeta, 2 de setembro de 2006).

O também o Presidente da Abraf - Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas, Sr. Aguiar, declara: "O Brasil precisa dobrar a área de

florestas plantadas para atender à demanda por madeira e, dessa forma, reduzir o risco de apagação florestal” (Jornal A Gazeta, Vitória, ES, 2 de setembro de 2006. Este discurso foi feito por ocasião da comemoração dos 15 anos do programa “*Produtor Florestal*”, evento que reuniu 4.600 pessoas (na Serra – ES) composto por produtores e convidados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. E ainda:

O gerente do Projeto Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Nelson Barbosa Leite, destacou a importância das florestas plantadas como forma de preservar as matas nativas. O fomento, ponderou, já faz parte da cultura regional e é uma das formas de inclusão social ao processo produtivo. Segundo, Leite, a silvicultura brasileira já assumiu a postura do desenvolvimento sócio-ambiental.”
(A Gazeta, 2/set/2006)

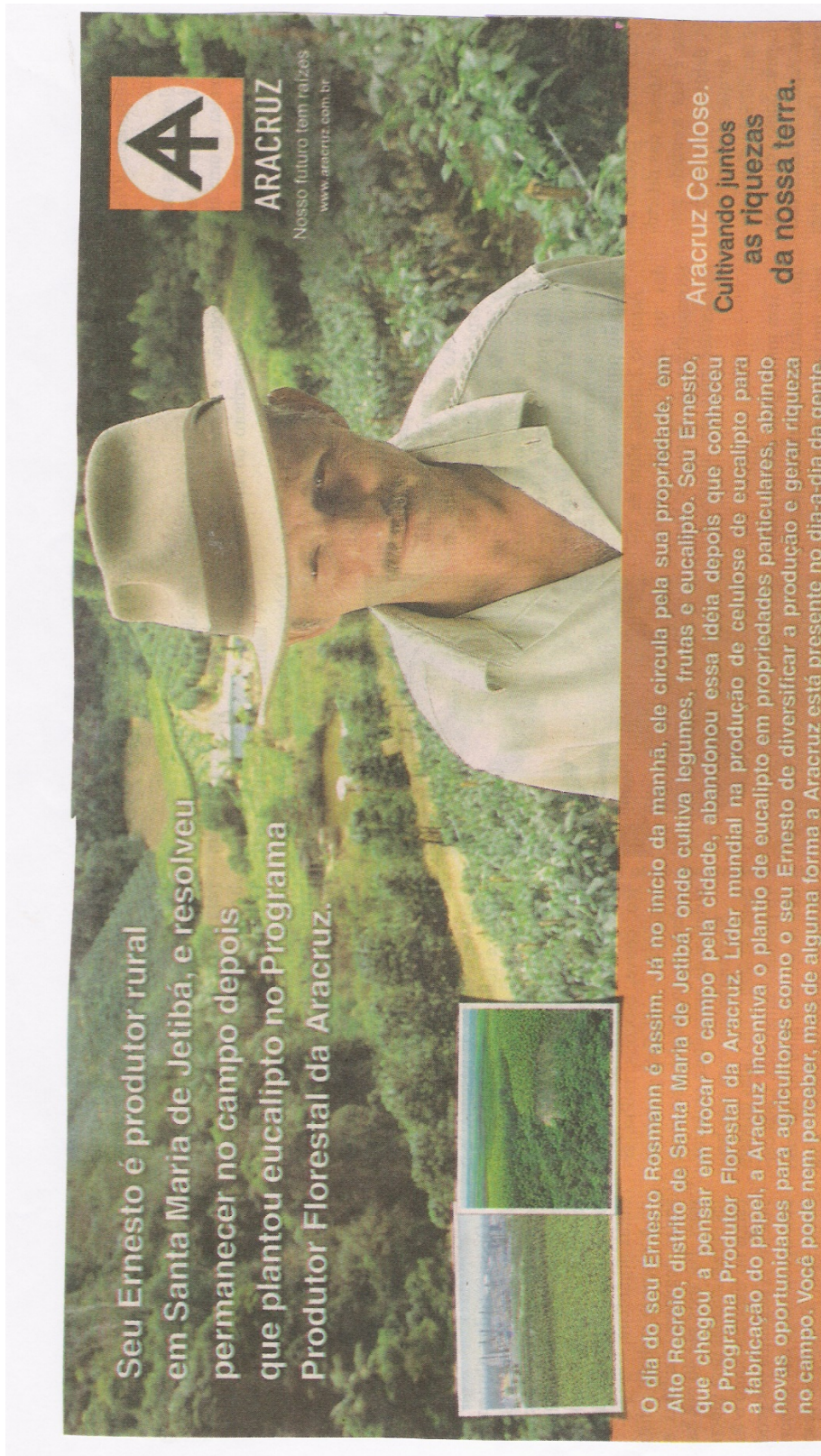
Na escala de ação dos “*programas de fomento florestal*” utiliza-se de uma estrutura agrária já estabelecida e portanto tem alto poder de expansão da monocultura. Uma expansão territorial planejada e pulverizada o que estimula muito mais investimentos de caráter individual por parte do agricultor.

Como o projeto de fomento tanto por parte do governo do estado como da Aracruz Celulose são pautados no discurso da “*sustentabilidade*”, com doação de mudas de plantas nativas, cursos e palestras sobre “*desenvolvimento sustentável*”, a expansão da monocultura de eucalipto é tratada como “*reflorestamento de áreas degradadas*” o que camufla os danos socioambientais que podem causar. Este comando do tipo de conhecimento e da formação nos mostra as intencionalidades de uma *educação para o campo*.

No auxílio deste intento o de “*levar uma educação para o campo*”, o instrumento trazido pela publicidade para seduzir o produtor rural associa o plantio de eucalipto a uma “*estabilidade*” financeira e à “*tranquilidade quanto ao futuro*” apresentando-o como uma solução para a permanência no campo. No discurso pretende-se associar o “*novo*” modo de obter renda no campo inserindo o pequeno produtor rural no circuito do agronegócio ao “*velho*” que seria a possibilidade de permanência no campo mantendo suas raízes, num

slogan com certo grau de ironia: “nosso futuro tem raízes” e “cultivando juntos as riquezas da nossa terra”.

Apesar de continuar o trabalho do motosserrista nas áreas de fomento, já há empresários se especializando em organizar o serviço mecanizado de corte para as áreas de fomento, tal é o caso de uma empresa do município de Guaraná - ES, especializada em corte e baldeio de eucalipto (*Produtor Florestal*. Revista do programa Produtor Florestal da Aracruz Celulose, anoII, n.6, março de 2005). Observe-se que a motivação da criação da empresa foi a falta de mão-de-obra qualificada para a colheita e por isso resolveram eliminar o problema mecanizando o corte o empilhamento e o transporte. Ou seja, a idéia de que se criam empregos indiretos fica comprometida.



Seu Ernesto é produtor rural em Santa Maria de Jetibá, e resolveu permanecer no campo depois que plantou eucalipto no Programa Produtor Florestal da Aracruz.

O dia do seu Ernesto Rosmann é assim. Já no início da manhã, ele circula pela sua propriedade, em Alto Recreio, distrito de Santa Maria de Jetibá, onde cultiva legumes, frutas e eucalipto. Seu Ernesto, que chegou a pensar em trocar o campo pela cidade, abandonou essa ideia depois que conheceu o Programa Produtor Florestal da Aracruz. Líder mundial na produção de celulose de eucalipto para a fabricação do papel, a Aracruz incentiva o plantio de eucalipto em propriedades particulares, abrindo novas oportunidades para agricultores como o seu Ernesto de diversificar a produção e gerar riqueza no campo. Você pode nem perceber, mas de alguma forma a Aracruz está presente no dia-a-dia da gente.

**Aracruz Celulose.
Cultivando juntos
as riquezas
da nossa terra.**

ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Figura 10 – publicidade da Aracruz Celulose sobre o “fomento florestal”

Imagens correntes que podem ser vistas na estrada que liga Colatina a Nova Venécia, trecho de grande presença de agricultores familiares, mostrando o aumento do plantio de eucalipto nas suas terras.



Figura 10 - na estrada entre Nova Venécia e São Gabriel da Palha
Foto de Lídia Antongiovanni, 2005.



Figura 11 - eucalipto em propriedade de agricultura familiar - estrada entre Nova Venécia e São Gabriel. Foto de Lídia Antongiovanni, 2005.



Figura 12 – Plantio de eucalipto no trecho entre Nova Venécia e São Gabriel da Palha em área inapropriada. Foto de Lídia Antongiovanni, 2005.



Figura 13 – foto mostrando plantio de eucalipto no trecho entre Nova Venécia e São Gabriel da Palha em áreas de agricultura familiar, ocupando topo de morro.

Foto de Lídia Antongiovanni, 2005.

A partir da década de 1980, e com mais intensidade, na década de 1990 o discurso da *sustentabilidade* é incorporado pelas empresas. O que vai conduzir à

produção de um conjunto normativo que daí deriva e resulta em critérios de “certificação” que são parte dos pactos internacionais tanto no trato com trabalhadores quanto no trato com o meio ambiente que sustentam ações das empresas: *a Aracruz conduz seus negócios segundo o conceito de desenvolvimento sustentável, gerando riquezas, respeitando as comunidades e o meio ambiente.* (Aracruz Celulose, Balanço Social e Ambiental, 1998).

As empresas articulam-se internacionalmente em fóruns que decidem a construção deste conjunto normativo. A Aracruz Celulose participa de uma “rede” nacional e internacional de indústrias na construção do conjunto normativo do desenvolvimento sustentável através da elaboração de programas, políticas e legislações. Em 1998, a empresa teve participação ativa nos seguintes fóruns:

“Fórum”	Atuação da empresa Aracruz Celulose
<i>World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)</i>	membro do Comitê Executivo
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	o Presidente do Conselho de Administração da Aracruz ocupa a Presidência de Honra. No final de 1998 a Aracruz teve ativa participação nas discussões com outras empresas brasileiras e ONGs para estabelecer o “ <i>Centro de Biodiversidade da Mata Atlântica.</i> ”
Associação Brasileira de Papel e Celulose - BRACELPA	Vice-presidência e participa do Grupo de Trabalho de Certificação
Confederação Nacional da Indústria - CNI	Subcomitê de Legislações Ambientais
Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES)	Presidência do Conselho Econômico e coordena o Conselho de Meio Ambiente
Forest Stewardship Council (FSC)	Representa a BRACELPA no Grupo de Trabalho que está preparando os padrões de certificação para o Brasil. (processo tinha conclusão prevista pra 1999)
Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro	Comitê de Meio Ambiente
Federação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS	Conselho de Curadores

Fonte: organização própria a partir de *Balanço Social e Ambiental da Aracruz Celulose*, 1998.

4.3. O uso da água como "recurso econômico"

As questões que envolvem os usos da água são bastante complexas uma vez que não se trata apenas de quanto se consome ou do cuidado que se tem ou não com a água utilizada no processo de produção da celulose. Há que pensarmos o custo socioambiental para o conjunto da sociedade. O que se tem visto como resultado é uma produção de escassez de água para muitas comunidades e um uso intensivo por parte das empresas.

No caso do setor de celulose o uso da água se dá de várias formas e de forma intensiva: *na produção de mudas, no plantio, durante o crescimento, na produção da celulose.*

Para a produção de mudas o processo é largamente consumidor de água já que exige uma ambiente com alto índice de umidade relativa do ar. O consumo de água nos viveiros de mudas - em 2004, segundo o relatório anual da empresa, foram consumidas 56 milhões de mudas:

Nas casas de sombra, as mudas permanecem por aproximadamente 35 dias. Durante este período é feita a catagem de folhas e/ou mudas mortas. A irrigação é intermitente, controlada por uma unidade de controle de irrigação. Até o início da emissão de raízes e brotações é importante que umidade relativa do ambiente esteja próxima a 100%. Após saírem da casa de sombra, as mudas aguardam seleção nas praças, onde recebem irrigação diariamente, pois é muito importante que o substrato permaneça úmido. (Aracruz Celulose, folheto informativo, grifo nosso).

A quantidade de produtos químicos utilizados no processo também é de grande porte. No plantio são aplicados os seguintes agrotóxicos: Scou N.A., Goal BR, Mirex-S, Formicida Granulado Dinagro-S N.A., Formicida em Porta-Iscas (10g), Confidor 700 GRDA, Goal 240 N.A., K-othrine 2P N.A., Formicida em Porta-Iscas (5g) e Tuit N. A. (Aracruz Celulose, 2004). Também durante o processamento da madeira para a produção da celulose há utilização de vários produtos químicos. Esta água contaminada chamada de *efluente*, é tratada por

sete “*lagoas de aeração*” e o volume de água tratada (200mil m³ por dia) é suficiente para abastecer uma cidade como Fortaleza.

No processo produtivo direto é necessária grande quantidade de água o que leva a empresa a investir de forma maciça numa tecnificação do território que atenda a suas necessidades. Tais intervenções atendem a uma demanda específica de uma empresa mas podem afetar comunidades num raio de dezenas e centenas de quilômetros.

No município de Aracruz, onde estão situadas sete aldeias indígenas, estas sofrem vários tipos de impacto. Estão rodeados por eucalipto impedindo o uso da floresta como meio de vida próprio de sua cultura; são afetados pelo o impacto da construção de canais e represas, que desviam cursos de águas para abastecer o processo produtivo da empresa; além da urbanização da cidade de Aracruz que traz como uma das principais conseqüências a poluição das águas por esgoto doméstico e industrial.

Neste sentido, uma das intervenções no território bastante significativas de “*território como recurso*” foi a construção do “*Canal Caboclo Bernardo*”, finalizado no ano de 1999. Foi construído recuperando 42 km de canais construídos pelo antigo DNOS - Departamento Nacional de Obras contra a Seca - que foram abandonados. A ele foram acrescentados mais 8km perfazendo um canal de 50 km, desviando água do Rio Doce para abastecer a cidade de Aracruz. Foram investidos de R\$ 2,3 milhões provenientes do Ministério do Meio Ambiente da Sudene. Segundo declaração da empresa a Aracruz Celulose no momento da construção ela se abastecia com as barragens, mas se beneficiará do canal para “*tranqüilidade em períodos de seca*” (A Gazeta, 23/08/1999, p.16). Mesmo com a série de problemas relativos à água que atingem as comunidades que convivem com a fábrica e/ou com as plantações de eucalipto, em maio de 2000 o Canal Caboclo Bernardo ganha prêmio nacional “*CNI de Ecologia*” na categoria “*Proteção de Recursos Hídricos*” (Jornal da Aracruz, ano 8, n. 87, maio de 2000, p. 6)

Em trabalho de campo realizado no dia 02 de setembro de 2004 ²⁴ visitamos a barragem e o sistema de comportas que permite a inversão do curso do rio Jumana e o represamento do rio Mãe Boa para abastecer as lagoas da empresa Aracruz Celulose.

Para as comunidades indígenas há ainda o impacto da urbanização de Aracruz. É o caso do esgoto da cidade de Aracruz despejar esgoto nos Rios Guaxindiba e Sahy onde estão localizadas aldeias Tupinikins (as aldeias ficam a jusante do centro urbano. Além disso, o lixão da cidade encontra-se na cabeceira do rio Guaxindiba. O rio Piraquêaçu onde está a aldeia Guarani do Piraquêaçu, recebe esgoto do bairro Coqueiral, construído no final da década de 1970 (1978) e o esgoto foi direcionado para o rio Piraquêaçu. Houve promessa, alardeada pela imprensa, da retirada do “*pinicão*”, como é conhecido pela população local: “*Pinicão da aldeia de Aracruz será retirado.*” (A Gazeta, 4 de março de 2004) Mas isto não foi feito e o “*pinicão*” continua lá.

Podemos perceber que as escalas de análise podem nos revelar ou não alguns processos ao analisarmos a finalidade do projeto *micro-bacia*. O projeto micro-bacia é desenvolvido numa área de 300 hectares que foi destinada pela empresa ao estudo do comportamento da água e dos animais na presença do eucalipto. Segundo a empresa esta área de 300ha é utilizada para estudos de ‘*sustentabilidade*’, numa área com plantios de eucalipto com áreas de reservas nativas e é intitulado pela empresa de “*laboratório ao ar livre*”. É organizado no sentido de mostrar que o consumo de água nos plantios de eucalipto seria semelhante ao da floresta nativa. Talvez não se trate aqui de um conceito tal como o de “*vazão*” do rio ou da quantidade de milímetros cúbicos de água que se consome. Trata-se sim de rever o conceito do uso da água e suas prioridades. Além disto há uma penetração no ciclo da água que modifica-a tanto no seu volume e posição e no desaparecimento de rios e córregos e da incorporação ao ciclo da água (e também na terra) de inúmeros produtos da indústria agroquímica sobre os quais não se pode ter controle já que os ciclos da natureza

²⁴ trabalho de campo por ocasião da visita do Prof. Porto-Gonçalves ao ES, com presença dos professores Paulo Scarim e Marilda Maracci com a presença de guias locais.

não podem ser estudados isoladamente nos seus compartimentos. O recorte da micro-bacia pode ser considerado um “sistema fechado” em termos de hidrografia, mas não pode ser considerado um sistema fechado na sua interação com o ambiente e seu entorno. Assim o discurso de que o consumo de água é semelhante a da Mata Atlântica coletada na área piloto intitulada Projeto Micro-Bacia, não se considera os usos diferentes que uma e outra possibilitam e também não considera a presença de moradores, de comunidades. São construídos neste âmbito informações sobre o território procuram “naturalizar” a presença do eucalipto.

Outra possibilidade de aumento de consumo no ciclo de produção da celulose são os “melhoramentos genéticos” que permitem um crescimento mais rápido da árvore e que em geral levam a um aumento no consumo de água. Assim, na busca por melhorar a produtividade, isto é, diminuir o ciclo de produção e aumentar a competitividade há estudos no âmbito do projeto “*Iniciativa Genoma do Eucalipto*”, encontro realizado em Estocolmo em 2003 com a participação da Aracruz, da Suzano, Mondi, Stora Enso, Nippon Paper, Sappi, ArborGen e Oji.

É provável que as árvores geneticamente modificadas, para que cresçam mais rápido, consumam ainda mais água que as árvores que atualmente se utilizam nas plantações florestais industriais, o que levará a mais rios e riachos secos, a maior descida dos lençóis freáticos e mais poços secos”. (Lang, 2004)

Diversos estudos realizados em outros países demonstram o alto consumo de água num direcionamento privado deste que deveria ser considerado como um bem social. Na África do Sul existem mais de 70 áreas de pesquisa e segundo Harald Witt lá se admite que o consumo de água é bastante elevado. Estudos de Vandana Shiva e Bandyopadhyay, na Índia, também tratam do problema entorno da questão da água. Citamos ainda outros estudos na África, Tailândia e Chile. (Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos, Vitória, Agosto de 2001).

Para o caso específico do norte do ES a produção de uma contra-informação vem sendo feita através de parcerias entre movimentos sociais e entidades estrangeiras e por estudos oriundos de universidades.

Há inúmeras intervenções nos ciclos d'água, relatados por Meireles & Calazans 2006, que é um trabalho possível graças ao conhecimento dos representantes dos movimentos sociais que participam desta produção de uma outra informação na escala do cotidiano, do vivido.

Um documento muito importante é o filme de Ricardo Sá - *Cruzando o Deserto Verde* - no qual estão retratados relatos de grande expressividade, com evidências de córregos que secaram e de plantações em áreas alagadiças, entre outros. Outro estudo é o de Ferreira (2001) que trabalha com o tema das terras quilombolas no Sapê do Norte - norte do ES no qual demonstra com inúmeros depoimentos e registros os impactos socioambientais naqueles territórios, principalmente em Conceição da Barra, mostrando, entre outros impactos, o desaparecimento de dezenas de córregos.

4.4. O discurso subalternizador da “ geração de emprego e renda”

A constante busca de automação do processo produtivo que permita o controle de todo o processo (não estando sujeito a “falhas humanas”) tanto da qualidade final dos produtos quanto do conjunto de todo o processo, que é uma regra da competitividade, reduz cada vez mais a necessidades de trabalhadores, o que contraria um dos principais argumentos do desenvolvimento: a criação de empregos.

A terceirização de serviços, especialmente a partir da década de 1990, é decorrência destas “*exigências competitividade*”, modifica profundamente as relações de trabalho e as responsabilidades pelo trabalho e pelo trabalhador, desestrutura a organização de sindicatos e dificulta o contato entre trabalhadores.

Soma-se a isto o fato de que, em boa parte do processo de constituição da empresa, são gerados muitos trabalhos temporários, especialmente na época

que envolve construção deixando, muitas vezes, milhares de pessoas desempregadas da noite para o dia (vide o caso de Barra do Riacho).

Grande número de trabalhadores acaba dispensado após o período inicial de plantação de eucalipto e no período de manejo das plantações nos dois primeiros anos, quando é preciso o trabalho de irrigação e a limpeza do terreno. Mas, a partir de meados dos anos 1980 com a intensa mecanização da produção, incluindo as plantações, cortes e empilhamento até a própria pulverização dos agrotóxicos, nem estes trabalhos temporários existem mais.

Aracruz Celulose – número de empregos - 1998

Diretos	2.108
Indiretos	2.457
Total	4.565

Fonte: Balanço Social e Ambiental, Aracruz Celulose, 1998, p. 04)

Aracruz Celulose – número de empregos - 2001

Aracruz Celulose SA e subsidiárias internacionais	1.542
Aracruz Produtos de Madeira SA	146
Portocel – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.	106
Terceiros permanentes	3.037
Total de empregos diretos	4.831

Fonte: Aracruz Celulose.

Notar que, em 2001, os “terceiros” são considerados diretos e permanentes. A Aracruz estima que gera 50.000 empregos indiretos. Diferente do que se mostra para 1998, quando os terceirizados são considerados indiretos.

As análises de “custo por emprego gerado” também nos mostram incoerências no discurso da necessidade de expansão dos investimentos para gerar emprego, conforme podemos observar com os dados abaixo:

Setor	Custo do empreendimento	Geração de emprego	Custo por emprego gerado (US\$)
Assentamentos rurais	O assentamento de 1 milhão de famílias no campo pode criar 3 milhões de empregos		2.900
Indústria Programa Pró-Trabalho	Programa do Governo Federal		8.400
Serviços (Programa Pró-Trabalho)			12.700
Comércio (Programa Pró-Trabalho)			32.100
Indústria de Celulose - construção da fábrica da Bahia-Sul inaugurada em 1992	970 milhões de dólares	1.565 (expectativa)	619.808
Indústria de celulose - Construção da Fábrica C, inaugurada em 2002	575 milhões de dólares	173 empregos diretos e terceirizados na planta industrial	3.323.699
Indústria de celulose (Veracel - 2005)	1,5 bilhão de dólares	400 empregos (expectativa)	3.750.000

Fonte: De'Nadai; Overbeek; Soares, 2005, p. 18 (O custo do emprego gerado é calculado a partir do valor do investimento dividido pelo número de empregos criados).

Outro elemento importante a ser observado é o número de empregos gerados por hectares. Ao analisarmos os dados reunidos em estudo realizado por De'Nadai; Overbeek; Soares (2005, p. 18,19) teríamos o seguinte quadro em da relação área e geração de emprego. Considerando os 375.000 hectares de terras e 2.031 empregos diretos para a empresa Aracruz Celulose o número seria um emprego para cada 185 hectares. Considerando-se apenas as áreas de plantio de eucalipto (247.000 hectares) temos um emprego direto para cada 122 hectares de eucalipto. Pode-se considerar o número oficial de 6.776 trabalhadores terceirizados, dos quais uma parcela atua na área das plantações, chegando a um emprego direto e um indireto para cada 28 hectares de eucalipto. A Veracel (dados 16 de dezembro de 2003), possui 73.000 hectares e expectativa de gerar 400 empregos diretos, isto é um emprego direto para cada 183 hectares. Com a fábrica em funcionamento, chegam a 2.000 empregados diretos e indiretos no campo e na fábrica, o que significa um emprego direto e indireto para cada 37 hectares de eucalipto. Já em relação ao café, monocultura de grande expressão no ES, segundo o *Movimento dos Pequenos Agricultores* -

MPA, um hectare de café bem cuidado é capaz de criar um emprego direto na época da colheita cada hectare garante trabalho para mais uma ou duas pessoas

Hectares necessários para gerar um emprego direto e emprego direto e indireto em monoculturas de eucalipto e café

Monocultura	Hectares necessários para 1 emprego direto	Hectares para gerar 1 emprego direto e indireto
Eucalipto – Aracruz Celulose	122	28
Eucalipto – Veracel Celulose	183	37
Café	1	< 1

Fonte: De’Nadai; Overbeek; Soares, 2005, p. 19)

Com a mecanização na área de corte do eucalipto a partir da década de 1980, hoje não há praticamente mais trabalho para motosserristas, que permanecem na área de fomento florestal²⁵. Cada máquina de para a colheita corta 140 árvores por hora e um trabalhador consegue cortar até 10 árvores por hora. A empresa dispõe de cerca de 70 máquinas. Isto significa que podem ter sido perdidos pelo menos 2950 trabalhadores, confirmando depoimentos de ex-motosserristas que dizem que houve milhares de demitidos enquanto a empresa afirma que de 1100 trabalhadores caiu para 350, ou seja, 750 teriam perdido seus empregos. (De’Nadai; Overbeek; Soares, 2005, p. 20)

Este trabalho apresenta ainda estudo sobre a produtividade e o emprego; a terceirização e a precarização do trabalho; o desmantelamento do sindicato; denúncias de ex-trabalhadores acidentados e adoentados e ainda uma parte sobre a busca de alternativas de trabalho nas comunidades vizinhas da Aracruz. Comparando os dados da empresa e as propostas das populações do campo, a partir de estudo de caso em Vila Valério com o acompanhamento do MPA percebe-se que a monocultura de eucalipto é a que menos gera emprego além de apresentar alto risco à saúde, alto consumo de energia, entre outros elementos conforme podemos verificar com o auxílio da tabela abaixo:

**Aspectos relacionados a trabalho e emprego
nas monoculturas do eucalipto e do café e na agricultura camponesa**

	Monocultura de Eucalipto	Monocultura do café	Agricultura Campesina
Capacidade de geração de emprego	Baixa (1 emprego direto e indireto para cada 28-37 hectares)	Alta Até 1 emprego/ha Na safra até 2 a 3 empregos/há	Alta Até 1 emprego/1-2ha; na safra até 4 a 5 empregos/há
Capacidade de geração de renda	Baixa 1 a 1,5 salário mínimo para o trabalhador	Média-alta Até 1000 reais por hectare	Média-alta Até 1000 reais, ou mais, por há; café com outras culturas
Riscos à saúde	Alta Cultura com aplicação de agrotóxicos	Média-Alta Cultura com, geralmente, aplicação de agrotóxicos	Baixo (não usa agrotóxicos; os próprios alimentos são saudáveis)
Segurança Alimentar	Baixa Precisam comprar alimentos para a família	Baixa Precisam comprar alimentos para a família	Alta Produzem seus alimentos básicos: feijão, arroz, milho, hortaliças, etc.
Risco de perder emprego	Médio-alto	Médio-baixo Risco médio no caso de diaristas	Baixo
Conta de água, gás, energia	Alta O trabalhador precisa pagar água, gás e energia	Média Sempre tem acesso à água e lenha na roça	Média Sempre tem acesso à água e lenha na roça
Circulação da produção no município	Geralmente Baixa. Sai Do Município Para Fábricas Da Aracruz Celulose	Alta Circula no município, gerando impostos e trabalho	Alta Circula no município, gerando impostos e trabalho
Transporte para o trabalho	Demorado Mesmo com ônibus pois as distâncias a percorrer são enormes	Rápido Geralmente a roça é próxima da casa	Rápido Geralmente a roça é próxima da casa

Fonte: De'Nadai; Overbeek; Soares, 2005, p. 43

4.5. As reservas florestais da empresa e seu papel de lastro territorial

A Aracruz Celulose afirma que para cada 2 hectares de eucalipto plantado existe 1 hectare de área protegida. Mesmo que este dado seja correto, a própria “área protegida” configura-se como uma extensão da empresa.

Uma das questões polêmicas que envolve a idéia de criação de “reservas naturais” é a tendência que esta forma tem de restringir o acesso ou expulsar pessoas da terra. Com a profusão do discurso ambiental incorporado pelas empresas, esta proteção tem sido transferida, cada vez mais, para a iniciativa privada. Isto significa que *as reservas são um lastro territorial* da empresa é uma forma de controle social e geopolítico do território.

Os debates, tão correntes, sobre sustentabilidade, manejo, reservas, têm, muitas vezes, mascarado as ações das empresas que devem ser questionadas, neste aspecto, sob a ótica da *Justiça Ambiental* (Henri Acselrad (org.), 2004).

As empresas organizam o território para seu usufruto e tendem a excluir cada vez mais a população ou a condicioná-la. Isto determina, com diferentes graus de intensidade, a organização da produção, do comércio, do trabalho, isto é, a ordem local fica submetidos a uma ordem global. Na verdade, o discurso e ações organizacionais e produtivas das empresas são, para o lugar, fator de desorganização. Nas palavras de Milton Santos (2000): *A presença de empresas globais no território é fator de desorganização*. Uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos como nos mostra Porto-Gonçalves (2006).

4.6. “Responsabilidade social” e colonização dos saberes. Marketing, publicidade e estratégias de expansão territorial com uma concepção de formação para o campo.

Conforme Baudrillard, a publicidade é discurso sobre os objetos. E, com base neste entendimento em nosso mestrado Antongiovanni (1999) discutimos que a publicidade é lubrificante do mercado e portanto um elemento da fluidez territorial considerada em sentido amplo.

Um dos discursos amplamente divulgado pelas empresas produtoras de celulose é o fato desta (a celulose) ser “100% de eucalipto plantado” o que diminuiria a pressão sobre as florestas nativas e garantiria uma produção “sustentável”. Mas esta questão sequer é discutida em termos sociais, isto é, o que é mais interessante e importante para sociedade local? Qual é de fato a demanda por celulose? Certamente a demanda é algo do mundo empresarial (mesmo que todos utilizem papéis higiênicos e papéis para escrever) que se baseia num infindável número de documentos e na cultura do descartável (associada ao discurso da higiene).

No *slogan* publicitário da empresa que diz: *Aracruz Celulose: cultivando juntos as riquezas da nossa terra*, parecem estar contidas todas estas mensagens: a empresa é parte de sua vida quer você queira ou não; e fazer juntos ainda mais cultivar riquezas, como se todos usufruíssem da produção de riqueza e como se riqueza fosse a mesma coisa para todos.

Há portanto uma pretensa eliminação do conflito colocado no plano universal e uma certa onipresença que pode ser reafirmada pelo seguinte *slogan*: *Você pode nem perceber mas a Aracruz faz parte do seu dia-a-dia*, usada para mostrar o seu alcance territorial.

A profundidade da intervenção da Aracruz Celulose no território capixaba expressa também no *slogan* publicitário carregado de ironia: “*Nosso futuro tem raízes*”, ou ainda o *slogan* *Aracruz Celulose: cultivando juntos as riquezas da nossa terra* (este acompanha as propagandas dos programas de “responsabilidade social da empresa”). O próprio nome Aracruz Celulose (antes Aracruz Florestal) já traz uma certa ironia.

Um dos projetos de “*formação*” no qual a empresa investe é o “*Formar*”, que como poderemos observar nas tabelas abaixo, garantem a presença da empresa em muitos municípios e comunidades do Estado do ES.

“O projeto Formar é uma das iniciativas da Aracruz Celulose que visam melhorar a vida das comunidades onde atua, levando educação, cultura e contribuindo na construção de um futuro melhor para todos.”
(Aracruz Celulose)

O discurso da empresa é o de “levar cultura e educação” para as comunidades enquadrando todos sujeitos no seu próprio projeto de desenvolvimento territorial.

Em 1972 foi criada a “**Fundação Aracruz Celulose**” e através dela que a empresa estende seus territórios em muitas áreas sociais, destacando-se a de *formação*.

O Estado, por sua vez, transfere, cada vez mais, suas responsabilidades para as empresas. O discurso da empresa reflete esta situação: “*Muitas dessas ações beneficiam os estudantes moradores de bairros periféricos, cuja imagem ainda é marcada pela violência e marginalidade.*” (Relatório de Responsabilidade Social da Aracruz Celulose, 2004). Mas o processo de periferização é fruto, em grande parte, da própria instalação de agroindústrias que provocou o deslocamento de dezenas de famílias para a cidade.

O Nathan é a prova viva de que o eucalipto também pode ser utilizado para construir um futuro melhor.

ARACRUZ
Nossos filhos são o futuro.
www.aracruz.com.br

Aracruz Celulose.
Cultivando juntos as riquezas da nossa terra.

NESTE ANO O PROJETO FORMAR CAPACITOU CERCA DE 700 PROFESSORES

Por todos os dias, o Nathan vai à escola assistir à aula da professora Rita. Ela faz parte dos 700 professores capacitados pelo Projeto Formar. Criado em 1997, o programa já beneficiou cerca de 137 mil crianças, como o Nathan. O Formar é uma das iniciativas da Aracruz Celulose que visam melhorar a vida das comunidades onde atua, levando educação, cultura e contribuindo na construção de um futuro melhor para todos.

Parabenizando a associação, fotos: Interdisciplinar de Educação

Figura 15 -publicidade da Aracruz Celulose do “projeto formar”.

Na tabela abaixo mostramos alguns dos “projetos de responsabilidade social” da empresa Aracruz Celulose e podemos notar que são voltados para um processo de formação, capacitação, educação.

Abrangência territorial de alguns projetos de “responsabilidade social” da Empresa “Aracruz Celulose” em 2004

<i>Projeto</i>	<i>Abrangência territorial do projeto</i>
<i>Construção de estaleiro para pescadores</i>	<i>Barra do Riacho (onde fica o Portocel)</i>
<i>Pimenta Malagueta</i>	<i>Comunidade de Coxi em Conceição da Barra</i>
<i>Projeto Formar Formação de professores alfabetizadores</i>	<i>Parceria com 11 Municípios: Aracruz, Colatina, Conceição Da Barra, Fundão, Ibraçu, Jaguaré, João Neiva, Linhares, Pedro Canário, São Mateus e Sooretama</i>
<i>Projeto Araçá ONG que oferece cursos para menores “em situação de risco social”</i>	<i>São Mateus</i>
<i>Mosteiro Zen Morro da Vargem Neste “ Pólo de Educação Ambiental”, o trabalho tem apoio da Aracruz Celulose. O mosteiro tem uma área de 150 mil hectares.</i>	<i>O mosteiro localiza-se em Ibraçu, mas o pólo abrange os municípios de Aracruz, Fundão e João Neiva, além de visitantes de outros municípios de outros estados.</i>
<i>Universidade para Todos Pré-vestibular para população de baixa renda</i>	<i>Vitória (atende todo o estado)</i>
<i>Arcel Aprendiz e Portocel Aprendiz Profissionalizante para adolescentes de baixa renda</i>	<i>Aracruz (atende todo o estado)</i>
<i>Acordo com os índios (intitulado Termo de Ajustamento de Conduta, de 1988) Este acordo está em suspensão por conta do processo de autodemarcação iniciado pelos indígenas em maio de 2005. Mas citamos uma parceria que foi feita com o Senai e que patrocinou cursos aos índios de mecânica de automóveis, cabeleireiro e manicure</i>	<i>Aldeias De Caieiras Velha, Irajá, Pau Brasil, Três Palmeiras, Boa Esperança e Piraqueaçu, todas localizadas no município de Aracruz. Obs.: outra parte do acordo suspenso: Bolsas de estudos em faculdades (a Aracruz quitou débito da FUNAI em faculdade de Aracruz) Um indígena que se destacou hoje trabalha no Portocel como apoio técnico-operacional (ele fez curso de Comércio Exterior)</i>
<i>Projetos ambientais: Projeto Cereias – Centro de Estudos e Reintrodução de animais selvagens Projeto Microbacia – avaliar o impacto do cultivo do eucalipto no solo, na água, na fauna e na flora</i>	<i>Barra do Riacho – Aracruz Aracruz</i>
<i>Programa crer com as mãos Ações complementares à escola</i>	<i>Morro de São Benedito em Vitória, para onde muitos quilombolas foram quando expulsos de suas terras em busca de emprego na cidade.</i>

Fonte: organização própria a partir de informações sobre os projetos no “Relatório de Responsabilidade Social da Aracruz Celulose”, 2004. (Acrescentamos comentários).

**“Projetos Comunitários apoiados pela Aracruz em 1998”
investimento total US\$ 4,9 milhões em 1998**

Projeto	Entidade Gestora	Objetivo	Resultados
Colégio Pitágoras	Sistema Pitágoras de Ensino	Apoio à educação de filhos de funcionários e terceiros da Empresa que residem no município de Aracruz	Subsídios entre 45% a 75% do valor integral da mensalidade escolar
Índios	Associação Indígena Tupiniquim e Guarani (Caieiras Velhas, Pau Brasil), Associação Indígena Tupiniquim de Comboios	Apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social, conforme Termo de Acordo firmado com as comunidades	Desenvolvimento de projetos agrícolas e sociais
Formar	Aracruz RIED – Rede Interdisciplinar de Educação	Capacitar professores da 4ª série do 1º. grau das escolas públicas dos municípios de Aracruz, Ibirapu, João Neiva, São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário (ES)	607 professores certificados em 1998 (atinge 28.000 crianças)
Extensão Florestal	SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura – ES	Promover o reflorestamento de pequenas e médias propriedades do ES visando suprir necessidades de madeira e promover o enriquecimento de áreas naturais	465.000 mudas de eucalipto e 198.000 mudas de árvores nativas foram doadas em 1998 (120 proprietários rurais)
Parceiro 2000	Aracruz Sindicato dos Trabalhadores	Melhorar as condições de saúde e educação de funcionários, dependentes e pessoas de baixa renda das comunidades localizadas em áreas de influência da Empresa	900 pessoas participaram de cursos na área de informática e 50 cursos de alfabetização. Duas clínicas odontológicas totalmente equipadas atenderam pessoas carentes das comunidades de Posto da Mata (BA) e Aracruz (ES)
Arcel – Educar	Aracruz FUBRAE (Fundação Brasileira de Educação)	Ensino básico para funcionários (eliminar o analfabetismo) e aumento de escolaridade.	122 funcionários participaram do programa em 1998
Cetas – Centro de Triagem de Animais Silvestres	IBAMA Instituto Piraqueçu	Atendimento de animais apreendidos pelo IBAMA e reintrodução na natureza.	Recepção e atendimento a 2.638 animais, dos quais 2.440 foram reintroduzidos na natureza em 1998. Os animais restantes foram doados a zoológicos, institutos de pesquisa, parques e outras áreas protegidas
Cidadão Saúde	Aracruz	Campanhas educativas conscientização sobre uso de drogas e de doenças sexualmente transmissíveis	Posto da Mata (BA) 23.000 pessoas
Barra do Riacho	Grupo de Desenvolvimento de Barra do Riacho	Ações socioeducacionais para desenvolvimento sustentável da comunidade	Construção de 4 salas de aula na Escola de 1º grau Caboclo Bernardo, beneficiando 400 alunos

<i>Programa de microcrédito</i>	<i>CEAPE/ES – Centro De Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Espírito Santo</i>	<i>Promover o desenvolvimento econômico de pequenas unidades informais e micro empresas através de acesso a linhas de crédito e capacitação gerencial</i>	<i>1.609 pequenos empreendimentos financiados no montante de R\$ 1.662.265,00 (1998)</i>
<i>Crer com as Mãos</i>	<i>SECRI – Serviço de Engajamento Cristão</i>	<i>Assistir e promover menores e adultos empobrecidos da comunidade de São Benedito e seu entorno, em Vitória, através do desenvolvimento de atividades psico-pedagógicas e profissionalizantes</i>	<i>210 crianças e adolescentes foram assistidos em 1998. Redução do índice de repetência escolar de 40% em 1995 para 7% em 1998. Cursos de alfabetização e iniciação profissional para 65 adultos da comunidade</i>
<i>Tamar</i>	<i>Fundação Pro-Tamar</i>	<i>Proteger 5 espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção</i>	<i>59.118 filhotes de tartaruga foram liberados nas praias do ES</i>
<i>Universidade para Todos</i>	<i>Univ. Federal do ES Fund. Ceciliano Abel de Almeida</i>	<i>Curso pré-vestibular gratuito e de qualidade para alunos provenientes da rede pública de ensino</i>	<i>350 pessoas participaram do curso em 1998</i>
<i>Araçá</i>	<i>Centro Cultural Araçá de Atendimento à Criança e ao Adolescente</i>	<i>Atender crianças e adolescentes carentes da cidade de São Mateus, garantindo-lhes assistência nas áreas educacional e laborial</i>	<i>195 menores atendidos em 1998. Redução do índice de repetência escolar de 30% em 1996 para 5% em 1998. Estágio Remunerado para 20 menores nas áreas de mecânica e escritório</i>
<i>Pólo de Educação Ambiental do Mosteiro Zen do Morro da Vargem</i>	<i>Comunidade Budista Soto Zenchu</i>	<i>Desenvolver ações de educação ambiental junto à rede escolar, setor rural, comunidades e lideranças</i>	<i>341 lideranças participaram de treinamentos em educação ambiental promovidos no Pólo. 17.500 pessoas visitaram o Mosteiro em 1998</i>
<i>Fornecedor qualificado</i>	<i>FINDES</i>	<i>Desenvolver e qualificar empresas fornecedoras de bens e serviços, conforme padrões definidos no Sistema de Garantia de Qualidade em Fornecimento</i>	<i>24 empresas participaram do programa em 1998 e 22 foram certificadas</i>
<i>Doações diversas</i>	<i>Diversas</i>	<i>Dar apoio financeiro a iniciativas nas áreas de educação, saúde, lazer e meio ambiente</i>	<i>Doação de 345 mil m³ de resíduos florestais para diversos fins evitando o desmatamento de 2.100 ha</i>

Fonte: Relatório da Aracruz Celulose, 1998.

A construção do discurso da *"sustentabilidade empresarial"* e sua instrumentalização está inserida em um conjunto de medidas que são parte da estratégia de sobrevivência das próprias empresas, em especial das agroindústrias, já que para a manutenção da *"sustentabilidade econômica"* das atividades, o ambiente deve preservar certas características naturais, tal como por exemplo, os níveis de chuva. Assim, precisam ser criadas normatizações que determinem as *medidas da sustentabilidade* a partir do processo produtivo e não a partir da sociedade que é a questão que se coloca para a noção de *"Licenciamento Ambiental"*. Desta forma o *"Desenvolvimento Sustentável"* acaba por pressupor a subalternização de saberes com base em outras matrizes de racionalidade e que pautam sua relação com a natureza numa escala do cotidiano.

Capítulo 5

Pensando o Território como Abrigo

Consideramos pertinente, neste momento, relatar um pouco da trajetória desta pesquisa e que deu origem ao tema deste capítulo e à problemática geral da pesquisa.

A vontade inicial neste projeto foi de entender o funcionamento da “corporação” mostrada no seu processo de territorialização com o auxílio dos conceitos de *tecnoesfera* e *psicoesfera /horizontalidade e verticalidade*. Mas faltavam-me, e já era uma indagação inicialmente, elementos para estabelecer um estudo a partir do território buscando mostrar dinâmicas não apenas anteriores, mas sim no sentido daquele que conhece o território e que não seja confundido com um conceito inferiorizador, fazendo analogias de que o mais próximo da natureza seria, portanto, “*menos racional*” tal como discute Quijano (2004) ao colocar o articulação do conceito de raça e do controle do trabalho como os grandes elementos da consolidação da colonialidade do poder.

Elementos para discutir o *espaço banal* e para pensarmos sobre aquelas dinâmicas que não conseguimos captar senão vivenciando algumas situações tanto a partir do “*trabalho de campo*” no seu sentido clássico das visitas para observarmos determinadas questões, quanto a partir de vivências mais prolongadas fruto de uma participação no processo de discussão do “*desenvolvimento territorial*” por fazer parte do ofício de geógrafa e por querer compreender numa escala pautada no humano, isto é, a possibilidade de conhecer os “*sujeitos sociais*” que muitas vezes promovidos a sujeitos no plano teórico no plano empírico, no plano empírico ficam escondidos atrás de estatísticas pré-analisadas pois já vêm formatados de acordo com o padrão de organização do território e dos conceitos que regem este ou aquele dado. É preciso aproximar a escala de observação da escala do observador.

Assim, os elementos levantados neste capítulo para discutirmos “*território como abrigo*”, bem como no capítulo anterior, são fruto de um conjunto de viagens para o norte do ES que se organizaram em trabalhos de

campo e outros para participar de debates e reuniões acompanhando a problemática colocada do ponto de vista do “*deserto verde*” e posteriormente na participação do *território de desenvolvimento rural sustentável norte do ES*.

Esta participação e pesquisa possibilitaram o entendimento da construção das “*r-existências*” pautado em alguns elementos que são sintetizados na organização do “*território norte do ES*” a partir dos temas da *educação do campo* e da *agroecologia*.

Estes que hoje colocam-se como “*contrapontos ao agronegócio*”, vinham construindo-se neste território muito antes da instalação da empresa e inclusive muito antes do conceito de “*agronegócio*” tornar-se uma meta nas políticas públicas para o norte do ES. Estas territorialidades definem o território e (re)definem o território e a escala de observação, isto é, do observador. Um processo de desubalternização do saber que ocorre no processo da pesquisa e redefine as noções de conhecimento e de tecnologia e evidencia a subordinação de saberes que não funcionais ao sistema hegemônico.

Partindo de Milton Santos na discussão de *tecnoesferas e psicoesferas*, que tendem a ser comandadas mais por interesses de ordem global que de ordem local, e chegando nas relações de contigüidade territorial, de vizinhança, da co-presença evidencia-se a produção da escassez para uns e abundância para outros. E uma “*geografia dos proveitos e dos rejeitos*” (Porto-Gonçalves, 2006) se evidencia tal é o caso dos usos da água, dos usos da terra.

O Espaço Banal é perpassado por tudo isto. É no Espaço Banal que as articulações se dão. E nele, neste espaço de todos, que o tempo se adapta ao mesmo tempo adaptando-o, assim como o meio em que se projeta a flecha se altera, e ao previsível, outros elementos se apresentam – as diversas temporalidades que são representadas pela noção de “*rugosidades*” (Santos, 1996). Graças a estes testemunhos do passado (sejam objetos ou normas) os territórios reformulam os vetores da globalização que chegam a um determinado lugar. As *rugosidades* representam bem, da ótica do discurso científico hegemônico, o “*velho*” que deveria dar lugar ao “*novo*”, para dar curso ao desenvolvimento.

Os quinhentos anos de implantação da moderno-colonialidade, são também da negação do outro. Estes, que sob o olhar do padrão de poder hegemônico são invisibilizados, tecem suas conexões territoriais com a idéia de um “país de baixo” que gesta outras matrizes de racionalidades, caracterizadas, neste caso, pelo encontro de saberes... “*subjacentes aos territórios existem processos/sujeitos instituintes – a geografia é assim um verbo o ato de grafar a terra*” (Porto-Gonçalves, 2003).

No norte do Espírito Santo, há uma intensa participação das populações do campo na (re)construção das identidades do campo que se encontram na busca de projetos semelhantes que supõem um uso da terra com uma base familiar e uma produção agrícola que vá direto ao consumidor sem a necessidade de dependência de vários insumos agrícolas.

Devido aos grandes impactos trazidos pelo processo de produção da celulose o nexos das lutas, passa, num primeiro momento, contra o “deserto verde” que vai muito além de uma simples luta contra esta ou aquela monocultura, mas sim de uma luta contra o des-envolvimento, que procura tirar o envolvimento, para envolver numa lógica de dominação da natureza. *Desenvolver é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza* (Porto-Gonçalves, 2006, p.62)

*“A configuração de qualquer identidade político-cultural é parte constitutiva dos grupos/segmentos sociais que se põem em movimento. O historiador marxista inglês E. Thompson já nos alertara que a classe social ‘é uma relação e não uma coisa’ (Thompson, 1987:11) e, assim, abria espaço para questionar o sentido extremamente arraigado de, na expressão **luta de classes**, enfatizar-se o lado classes em detrimento do lado luta.*

(...)

*As classes sociais se constituem, assim, **nas e pelas** lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que conformam os lugares que não só ocupam, mas constituem.*

(...)

*A expressão **movimento social** ganha, assim, para a nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo por meio do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa dada*

circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) de que já dispõem, tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação das qualidades que, acreditam, justificarem sua existência.

(...) Assim, o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial, não sendo destituído de sentido o fato daqueles que estão em posição hegemônica numa determinada ordem, estigmatizar como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem. Aqui, sem dúvida, geografia e sociologia se tornam imbricadas.” (Porto-Gonçalves, 2006, p.367)

O Norte do ES passa por vários processos instituintes de novas territorialidades. Podemos dizer que o que identifica é também afirmação de diferenças: os quilombolas, indígenas, agricultores descendentes de europeus, a miscigenação, representada pelo caboclo..... Não se trata, portanto, de um luta contra a monocultura do eucalipto. Esta certamente desencadeou e continua desencadeando inúmeras reações. A luta se amplia quando o que se está é enfrentando a subalternização dos saberes.

As relações que se dão nas horizontalidades na co-presença é que garantem as diversidades e a força dos lugares. Para Milton Santos a proximidade que interessa ao geógrafo “*não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações*”. (Santos, 1996, p. 256)

*“Pensamos que a **simultaneidade das diversas temporalidades** sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o **domínio propriamente dito da Geografia**. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.” (Santos, 2006, p. 126).*

Outras matrizes de racionalidade que não foram contempladas na 'história oficial' contempladas pelo desenvolvimento e pelo progresso como "*problemas a serem superados*" pois representariam o atraso, estão vivas no território e estas territorialidades vão se contrapor ao padrão de poder que aí está.

Wagner (2004) ressalta ainda que estes movimentos sociais no campo caracterizam-se pelo uso comum da terra. E ao romperem com a invisibilidade social instala-se um questionamento das formas de apropriação dos recursos.

"A estas formas associativas, expressas pelos "novos movimentos sociais" (Hobsbawm,1995:406), que agrupam e estabelecem uma solidariedade ativa entre os sujeitos, delineando uma "política de identidades" e consolidando uma modalidade de existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento Nacional dos Pescadores, Movimento dos Fundos de Pasto...), correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social. Em outras palavras pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos, e tal construção implica também numa relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais." (Wagner, 2004, p.1)

Esta relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais, no norte do Espírito Santo traz para a construção de conceitos o debate da "*agroecologia*" que se expressa nas práticas cotidianas e sua construção se dá através de um dos grandes nexos das territorialidades do campo no norte do ES: a educação do campo.

A *agroecologia* e a *educação do campo* territorializam-se no norte do ES em períodos diferentes e encontram-se no período atual numa complementaridade de elementos.

As práticas agroecológicas são reincorporadas numa de redescoberta de que há vários métodos científicos já que várias técnicas da *agroecologia* têm sua origem justamente nos conhecimentos tradicionalmente aprendidos no dia a dia

e cujas tecnologias procuram estar em consonância com processos da natureza. A opção pela agroecologia é então uma forma de desubalternizar este saber.

Para pensar uma educação que seja do campo no sentido de ser feita a partir do campo e não para o campo a então denominada *Educação do Campo* constrói-se a partir das populações campo que incorporam a vontade de permanecer na terra e com seu conhecimento reconhecido.

Estas populações do campo no norte do ES envolvem uma diversidade importante constituída de indígenas, negros, brancos europeus, das miscigenações, dos caboclos, que resistiram como agricultores e que lutam para permanecer na terra.

Nos anos 1990, com o avanço do meio técnico-científico-informacional que vinha para atender ao padrão de organização territorial da empresa suas intervenções no território acabam por expor as disparidades dos usos do que deve protegidos como um bem da humanidade tal como a água e a fertilidade dos solos.

Neste contexto de conflitos por diferentes usos do território que é constituído o “*território norte do ES*” parte política pública de “*Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*”, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que objetiva permitir que ao menos parte das decisões acerca de verbas deste ministério destinadas ao agricultores seja tomada pelos próprios agricultores.

O processo de instituição do território norte nos mostra a diversidade de movimentos sociais do campo que estão articuladas na *Rede Alerta contra o Deserto Verde* e nas outras redes que se articulam posteriormente tal como a *Via Campesina*, a *Articulação Capixaba de Agroecologia - ACA*.

Estiveram presentes no primeiro encontro ampliado do processo que o instituiu e discutiu as prioridades para este “*território*”, mais de 100 pessoas na sua maioria representantes do MST, MPA, Quilombolas, RACEFFAES (educação do campo), a FETAES, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, mas também prefeituras e órgãos do governo federal e do estadual tal como o Incaper, além de Associações e ONGs.

O “Território” Norte do Espírito Santo, constituído em 2005, reúne 17 municípios que localizam-se no extremo norte do Espírito Santo e são os seguintes: Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Nova Venécia, Boa Esperança.

Além deste território há dois outros territórios que abrangem o Norte do ES e incluem alguns municípios ao sul do Rio Doce. O Território Pólo Colatina (constituído em 2003) com 12 municípios: Mantenópolis, Alto Rio Novo, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu, Laranja da Terra, Itarana, Itaguaçu, São Roque do Canaã; Território Linhares (constituído em 2006), com 7 municípios: Sooretama, Rio Bananal, Linhares, João Neiva, Ibiracu, Fundão, Aracruz.

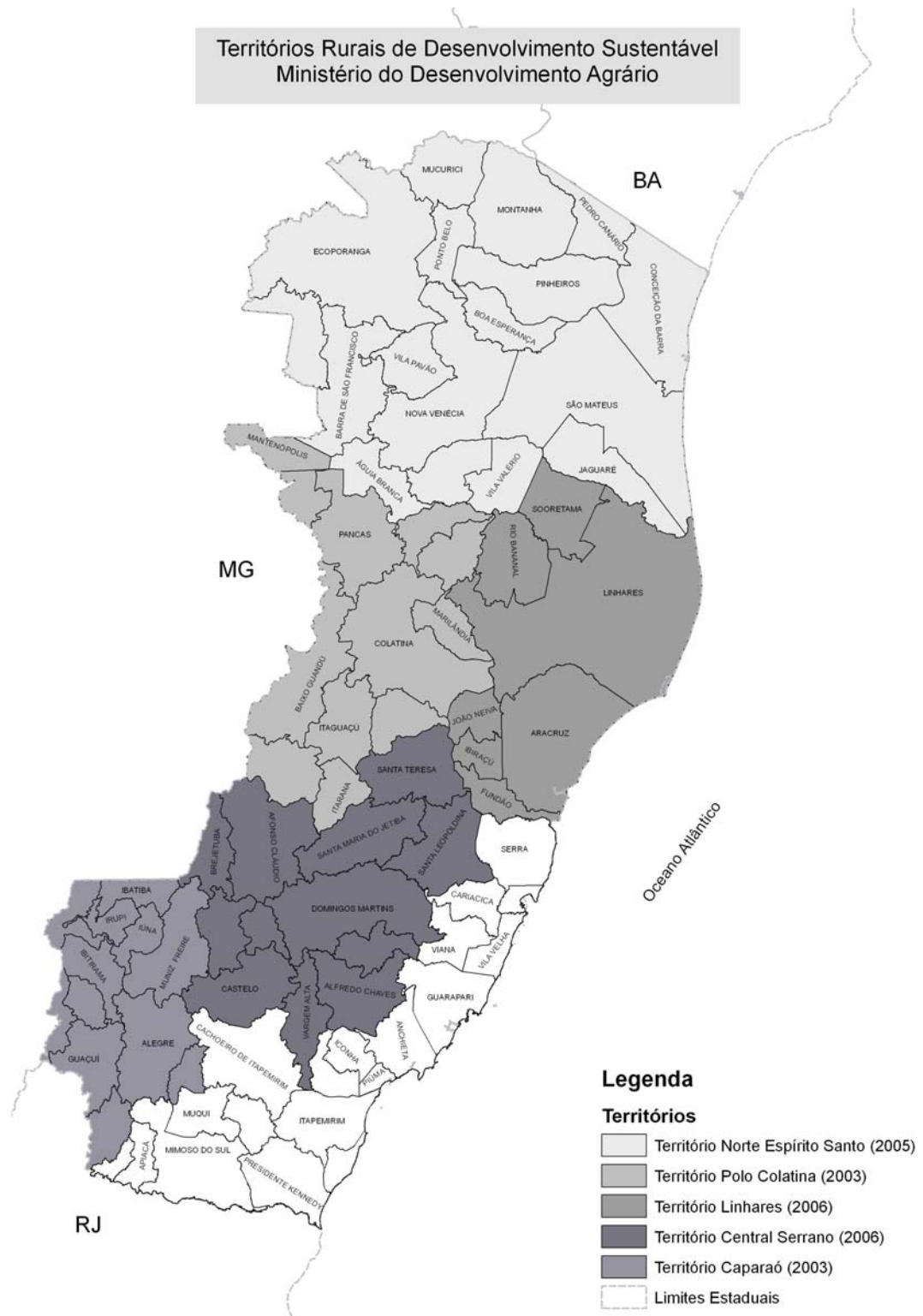


Figura 16 – “Territórios de Desenvolvimento Rural Sustentável” no ES até 2006.

O “Território Norte do ES” não foi indicado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, tal como ocorreu com os dois anteriores. Para sua organização houve um processo inicial no qual foram realizadas reuniões e debates envolvendo o INCRA-ES, Sociedade Civil e Movimentos Sociais e o CEDRS durante o ano de 2004. Estes debates culminam numa reunião de mobilização realizada em 11 de dezembro de 2004 em Nova Venécia. Contou com 47 representantes das seguintes entidades:

SDT/MDA – consultora	01	CPT	01
STR	08	PREFEITO VILA PAVÃO	01
APTA	02	INCRA - ES	01
MPA	02	AGRICULTOR DE MONTANHA	01
FETAES	01	ASSENTAMENTO 13 DE MAIO	01
MST	16	SMAMA VILA PAVÃO	01
FASE	02	CCAF VILA PAVÃO	01
INCAPER	01	APRUCOP SÃO MATEUS	01
EFA’S do NORTE	01	AFAPAR NOVA VENÉCIA	01
ARCO	02	ACASP – São Mateus	01

Como contextualização e justificativa para a criação do Território Norte do ES, Marcos Vilas Boas, do Incra-ES, faz estudo intitulado “Áreas Reformadas no Espírito Santo: uma proposta em discussão” que serve de base para os debates caracterizando-o como uma área de grande concentração fundiária, grandes conflitos de terra e o processo de reforma agrária expressos pelo número de acampamentos e assentamentos.

A Primeira Oficina para composição do Território Norte, que ocorreu nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2005, em Nova Venécia, contou novamente com grande participação das representações de populações do campo do norte do Espírito Santo. Um dos principais resultados desta oficina é acerca da composição do Território Norte do ES. Esta composição se dá pela criação da Comissão de Implantação das Ações Territoriais - CIAT - com 15 membros e com 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público. Esta foi uma conquista importante na afirmação de movimentos sociais do campo do norte do Espírito Santo.

Na primeira reunião da CIAT, realizada em março de 2005, ficaram definidos os convidados para participar do Fórum que compõem o espaço mais amplo de debates do Território Norte com a seguinte representatividade:

<i>Participantes</i>	<i>Número</i>	<i>Participantes</i>	<i>Número</i>
RACEFFAES	07	INCAPER	02
CPT	03	Prefeituras	17
MST	15	SEAG (GEAO, GEAF, IDAF	03
MPA	15	MDA/GFA	03
FETAES	17	Banco do Nordeste	01
Quilombolas	03	Caixa Econômica	01
Pescadores	05	IBAMA	01
ASA	01	MMA/agenda 21	01
ARCO	03	CONSAD	01
APTA	01	SEBRAE	01
FASE	01	DLS/PRORENDA	01
FIJEP	01	IEMA	01
AGB	01	Corredores Ecológicos	01
CÁRITAS	01	Banco do Brasil	01

Na segunda oficina, com a participação das entidades acima, realizada em maio de 2005, são definidos os temas dos eixos prioritários para o Território Norte do ES, que devem orientar as ações deste colegiado: 1- Educação do Campo; 2- Questão fundiária; 3- Agroecologia.

O processo de constituição do Território Norte Capixaba reflete, em grande medida, o grau de organização dos movimentos sociais das populações do campo do Espírito Santo e que têm sua base mais ampla nos municípios do norte. Assim, este processo se dá, sobretudo, a partir da vontade destas entidades da sociedade civil de se fortalecerem diante do processo decisório acerca de políticas públicas voltadas às populações rurais.

Concordamos com Jorge Montenegro acerca dos equívocos da política pública e sobretudo do questionamento feito à noção de consenso como a base do desenvolvimento territorial.

“En las escalas nacional, regional y local ese mismo desarrollo territorial rural puede abrir ciertas brechas para el avance de las reivindicaciones de los movimientos sociales a través de una participación efectiva y crítica, o por la retirada del Estado de ciertos ámbitos que pueden ser ocupados por los movimientos. Sin embargo, lo que resulta evidente es que el consenso propuesto como punto de partida para un nuevo modelo de desarrollo e incluso societario, anula los conflictos

fundamentales de nuestra sociedad, y, por tanto, cercena las posibilidades de lucha y resistencia que los movimientos sociales proponem. Los limites del consenso comienzan por ahi." (Montenegro Gómez, 2006, p.16)

Do ponto de vista teórico podemos contestar a denominação de "território" que na definição adotada pela política pública é a da velha noção de região. Outra questão conceitual é esta que mencionamos, junto com Montenegro, o de que "*consensos seriam acordados entre todos os atores sociais*", torna-se praticamente impossível se entendemos o contexto de lutas em que estão inseridas as populações do campo do norte do Espírito Santo.

Além disso discutir outro desenvolvimento com base em conceitos que se está questionando tal como o de "*desenvolvimento sustentável*" que por não romper com as próprias causas do seu "*não desenvolvimento*" encontra dificuldades em pensar um desenvolvimento que seja próprio.

Mas, o "território" por ter sido formado pela articulação destes movimentos que já vêm construindo projetos insurgentes, fez emergir, com mais clareza, os eixos com os quais se está enfrentando o avanço da moderno-colonialidade sob o signo do agronegócio. Mais clareza não para os movimentos sociais envolvidos mas para outros protagonistas envolvidos no processo que se vêm diante do reconhecimento destas questões como fundamentais para os camponeses.

Relembramos que estes 17 municípios do norte do Espírito Santo são originados dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra e que guardam fortes relações ainda hoje. Lembramos que os rios São Mateus e o Braço norte e Braço sul e o rio Itaúnas adentram o território e que permitiram processos de territorialização. Apresentamos abaixo uma tabela com os atuais municípios e as datas de sua criação e de onde se desmembram. Os municípios de São Gabriel da Palha derivam do município de Colatina mas neste processo instituinte se colocam junto com a problemática deste norte que é também conhecido como extremo norte marcado pela presença do corte leste oeste do rio São Mateus, separando este extremo norte de Linhares e de Colatina.

“Território Norte” do ES
Municípios, município de origem e ano de instalação

Municípios	Ano de instalação
São Mateus	1764
<i>Barra De São Francisco</i>	1943
Ecoporanga	1955
Mantenópolis	1953
Água Doce do Norte	1989
Água Branca	1989
<i>Nova Venécia</i>	1953
Boa Esperança	1963
Vila Pavão	1993
<i>Jaguaré</i>	1981
Conceição da Barra	1833
<i>Mucurici</i>	1953
Ponto Belo	1997
<i>Montanha</i>	1963
<i>Pinheiros</i>	1963
<i>Pedro Canário</i>	1981
São Gabriel da Palha <i>que desmembra de Colatina</i>	1963
<i>Vila Valério</i>	1997

O “território norte capixaba” vai constituir lugar de reafirmação da importância da educação do campo no norte do Espírito Santo e da sua importância como nexos das populações do campo, que pode assegurar, em parte, a permanência no campo significar enfrentamento ao avanço do agronegócio. Com a perspectiva da agroecologia a educação do campo fica mais fortalecida já que seu princípio norteador é garantir “autonomia alimentar” que avança também em relação à “segurança alimentar”.

Sem reforma agrária, entretanto, estes projetos encontram dificuldades para se operacionalizar pois sem acesso à terra não é possível a realização de projetos de permanência na terra. Esta não foi colocada como a prioridade número 1 do “território” pois ela envolve esferas das quais sobre as quais o “território” não teria alcance, mas educação do campo e agroecologia podem ser operacionalizadas com dezenas de ações distribuídas pelas comunidades.

No “Território Norte”, este espaço institucional de tensões de territorialidades, a elaboração dos projetos estão direcionados para estas questões afirmando que suas necessidades passam por outros padrões que não se encaixam na expansão da moderno-colonialidade no norte do Espírito Santo.

No ano de 2005 o “Território Rural Norte Capixaba” elaborou projetos que envolvem construção ou melhoria de infra estrutura no seguintes eixos:

- promover condições de melhoria na infra-estrutura e equipamentos das Escolas Famílias e Comunitárias;
- Apoio ao cooperativismo de crédito solidário da agricultura familiar
- Apoio às agroindústrias familiares;
- Infra-estrutura para viabilizar a formação política e técnica de agricultores familiares
- Aquisição de um veículo para coordenar a execução do acompanhamento técnico, social e ambiental em assentamentos da reforma agrária;
- Cursos de capacitação e seminários para o fortalecimento da Educação do Campo;
- Capacitação para apoiar agroindústrias familiares;
- Curso para apoio ao cooperativismo de crédito solidário da agricultura familiar;

Com todos os limites que se apresenta esta institucionalidade que é o “Território Norte”, através destes projetos há uma reafirmação das proposições do campesinato que o compõe, mesmo que a denominação esteja sob o nome de “agricultura familiar”. No ano de 2006 estas proposições aparecem com mais intensidade. E desta vez se fez a opção por fazer uma proposição de projetos que não restringiria ao orçamento do “Território Norte”, pré-estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de R\$1.200.000,00, para todo o Estado. Naquele momento, caberiam R\$400.000,00 para cada um dos três território instituídos (Colatina e Caparaó).

Os projetos propostos pelo “Território Norte” somaram então R\$ 1.542.972,00²⁶, para apoio à infra-estrutura e realização de curso e encontros, distribuídos pelos seguintes eixos:

- formação política e técnica de agricultores familiares;
- agroindústrias familiares,
- educação do campo;
- comercialização de produtos agroecológicos.

Como pudemos perceber analisando o debate do “*território norte do ES*”, três questões aparecem como as prioridades para o “*projeto de desenvolvimento*”: educação do campo – questão fundiária – agroecologia.

E também como é possível perceber estes temas emergem a partir de representantes de movimentos sociais do campo que já têm uma construção teórica e prática em relação a estes temas que se fortalecem ao mesmo tempo em que enfrentam os impactos do agronegócio. Esta construção é anterior à esta hegemonização do norte do ES pelo projeto do agronegócio representada mapa “*potencialidades econômicas do ES*”.

Estes sujeitos sociais que participam do “*território norte do ES*” são os sujeitos que vêm construindo a educação do campo no norte do ES e que recentemente trazem a agroecologia como método da educação do campo.

No início da década de 1980 ocorrem as primeiras ações relativas ao atual processo de reforma agrária no estado do Espírito Santo. Os trabalhadores rurais se organizam articulados com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

O primeiro assentamento foi criado em 1984, no município de Jaguaré no norte do estado. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) forma-se em 1985.

²⁶ Observamos que, principalmente por problemas burocráticos a maioria destes projetos ainda não foi implementada o que demonstra um dos limites desta política do governo federal. Primeiro porque o orçamento é vertical, isto é, os valores decididos pelo Ministério antes da elaboração de projetos. E segundo, porque a administração das verbas é feita pelo sistema financeiro (neste caso pela Caixa Econômica Federal), regida pela rigidez burocrática, havendo a necessidade de mediação por parte de ONGS, Fundações ou prefeituras para se ter acesso à verba.

Atualmente, existe no Espírito Santo um total de 80 assentamentos rurais, 22 criados pela Secretaria de Estado da Agricultura e 58 criados pelo INCRA, com 4.001 famílias assentadas. Do total de 80 assentamentos criados no estado, 57 estão no norte, 07 na região centro-serrana e 16 na região sul.

Assentamentos no Estado do Espírito Santo - 2005

Macro região / Ano de criação	1980-1990	1990-1999	2000-2006	Total
Norte	22	19	16	57
Centro-serrana	01	05	01	07
Sul	-	08	08	16
Total	23	32	25	80

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SR:20)

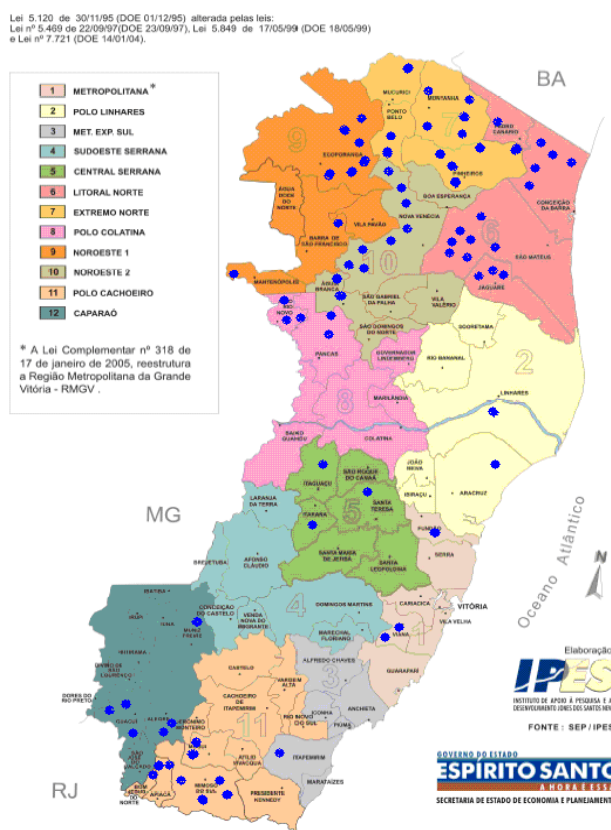


Figura 18: Territorialização dos Projetos de Assentamentos Rurais no Espírito Santo

O processo de territorialização concentrado no norte do ES reflete os fatos de ser uma área de conflitos por terra e que se configurou com área de concentração de terras mas é também uma área de permanência de uma expressiva população rural.

A concentração fundiária no norte do ES é defrontada pela permanência de um expressivo número de pequenas propriedades.

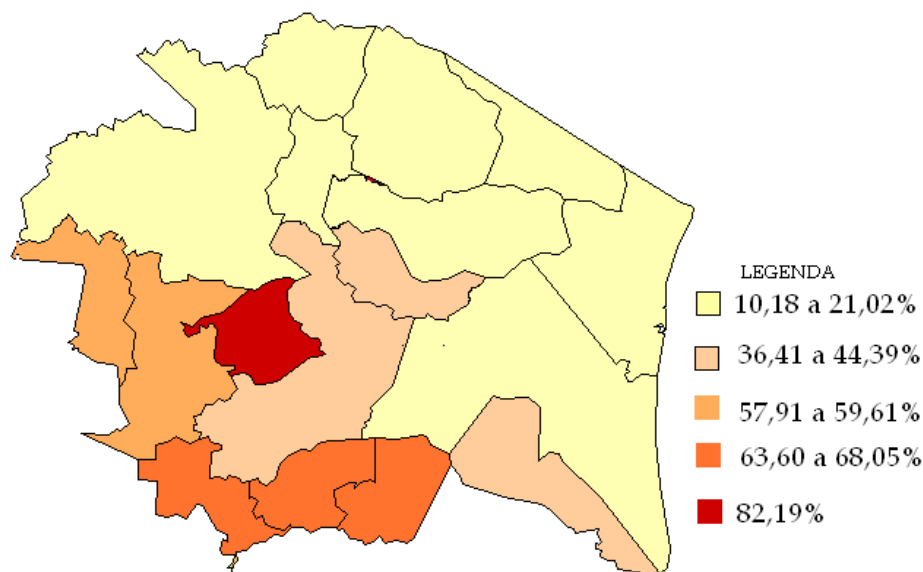


Figura 19 - Municípios do “território rural norte do ES”
Área ocupada por estabelecimentos rurais com menos de 100ha (%)

Quadro – “Território Rural Norte do Espírito Santo” - População censitária total e população e rural – 1940 a 2000

Ano/ T.Norte ES	1940			1950			1960			1970		
	Pop. total	Pop. rural	% Rural	Pop. Total	Pop. rural	% Rural	Pop. total	Pop. Rural	% rural	Pop. Total	Pop. Rural	% rural
T. Norte	29.577	24.950	84,4	328.305	242.100	73,7	50.136	44.556	88,9	118.350	102.895	86,9
ES	750.107	593.099	-	1.599.333	877.417	-	861.562	666.627	--	1.169.553	799.478	--
Territ./ Estado	3,94%	4,21%	-	21,3%	28,6	-	5,8%	6,68%	--	10,1%	12,9%	--

(...continuação quadro)

1980			1991			2000		
Pop. total	Pop. Rural	% Rural	Pop. Total	Pop. Rural	% rural	Pop. Total	Pop. Rural	% rural
372.222	197.270	60,1	358.372	154.917	43,2	398.913	141.496	35,5
2.023.340	729.962	--	2.600.618	676.030	--	3.097.232	634.183	--
16,9%	28,4	--	14,3%	24,1	--	13,3	23,1	--

Fonte: organização própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

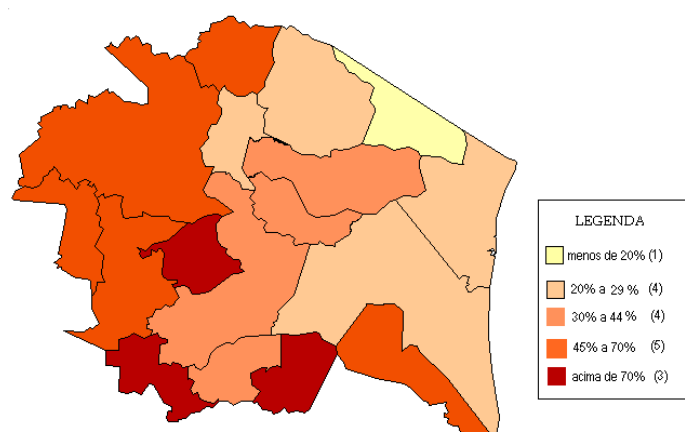


Figura 20 – Municípios do “Território Rural Norte do ES”

População rural em 2.000 – em porcentagem

Fonte: organização própria a partir do Censo Demográfico, IBGE, 2000.

A dinâmica populacional apresenta-se grafada no território (para Porto-Gonçalves (2003) “*a geografia é o ato de grafar a terra*”), esboçado-se uma distinção entre áreas de maior expansão do agronegócio áreas nas quais a agricultura familiar é mais visível.

Quando comparamos com os dados da estrutura fundiária esta distinção se reforça. A distribuição da área ocupada pelos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares (em porcentagem) é um dos parâmetros possíveis de serem utilizados demarcando a “*pequena propriedade*”.

Nos municípios onde as monoculturas da cana-de-açúcar, eucalipto e pasto são mais intensas, a porcentagem de estabelecimentos com menos de 100 hectares representa somente de 10 a 20% das áreas de 08 municípios: São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pedro Canário, Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Ecoporanga.

O norte do ES constitui-se por *fronts* nos quais estão em disputa o poder hegemônico (por sua manutenção e/ou expansão) e outros projetos construídos com base nos princípios da *educação do campo e da agroecologia*.

A Educação do campo, e não no campo, é o desafio de um encontro de saberes que envolve a diversidade étnica e cultural das populações do campo no norte do Espírito Santo. Conforme Fernandes:

“Educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, ou melhor ainda: desde a sua realidade.” (Fernandes, 2002, p. 97)

A diversidade de protagonistas pode ser observada na relação dos participantes dos eventos realizados sobre o tema da educação do campo no estado do Espírito Santo. O Seminário Estadual da Educação do Campo, que aconteceu nos dias 14,15 e 16 de julho de 2004 no município da Serra, reuniu 230 pessoas de 47, dos 78 municípios capixabas. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado da Educação e Esportes (SEDU), em parceria com o Ministério da Educação e o Projeto Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) e em articulação com entidades envolvidas com a agricultura familiar no estado. No quadro a seguir estão relacionadas as entidades envolvidas na organização do evento.

Sociedade Civil	Poder Público	Escolas e Universidades
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Secretaria de Estado da Educação e Esportes (SEDU)	Escola Agrotécnica de Colatina
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG)	Centro Universitário São Camilo de Cachoeiro do Itapemirim
Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância (RACEFFAES)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)	
Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Espírito Santo (FETAES)	Projeto Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)	
Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES)		

A “*Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo*”, de 1998 organizada por movimentos sociais do campo é um marco no debate nacional sobre a questão. Outro marco institucional são as “*Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo*” (2001).

No Espírito Santo as primeiras iniciativas neste sentido são anteriores ao debate nacional. Em 1968, é criado o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES – o que dá origem às Escolas Famílias Agrícolas no Espírito Santo – ES. A história das escolas família agrícola tem origem na “*Maison familiales*” da França e faz parte de um conjunto de ações que se organizam em alguns países da África e na Argentina.

A concepção de educação que norteia as EFAs é a “*pedagogia da alternância*”. Este conjunto de ações pedagógicas que busca valorizar o conhecimento já acumulado, o saber que está contido nas relações cotidianas e, às vezes, tão corriqueiras que não nos apercebemos de que há uma ciência naquele fazer e que há várias formas de organizar e registrar este conhecimento subalternizado pois muitas vezes não é letrado e nem está pautado numa lógica científicista mercadológica. Assim há a valorização da experiência do estudante e da família quanto às suas práticas e também a participação das famílias ao adotar o modelo de “*gestão comunitária*” da escola.

Dada diversidade dos tipos e escolas desta modalidade hoje são chamadas de CEFFA – Centro Familiar de Formação em Alternância. Esta denominação é mais recente e é para servir para todo mundo. Por um lado temos alguns tipos de EFA’s.

No Norte do Estado existem as

- Municipais - Fundamental 03 e Médio/Profissional 01
- Rede Privada de Caráter Público - Fundamental 05 e Médio/Profissional 02 e Fundamental e Médio/Profissional 02

Com a *pedagogia da alternância* a escola desenvolve as atividades a partir do mundo do trabalho. As atividades buscam promover a reflexão e não a instrução, que se baseia no mundo dos livros. Tem por base também a vida em grupo e a auto organização dos estudantes. A pedagogia da alternância baseia-

se na reflexão marxista da educação e da escola – a escola do mundo do trabalho, entendendo o trabalho como um meio de libertação (sendo que o trabalho pode ser também alienação). *A escola é, desta forma, um espaço de reflexão, e este é um dos princípios da pedagogia dos CEFFAS.*

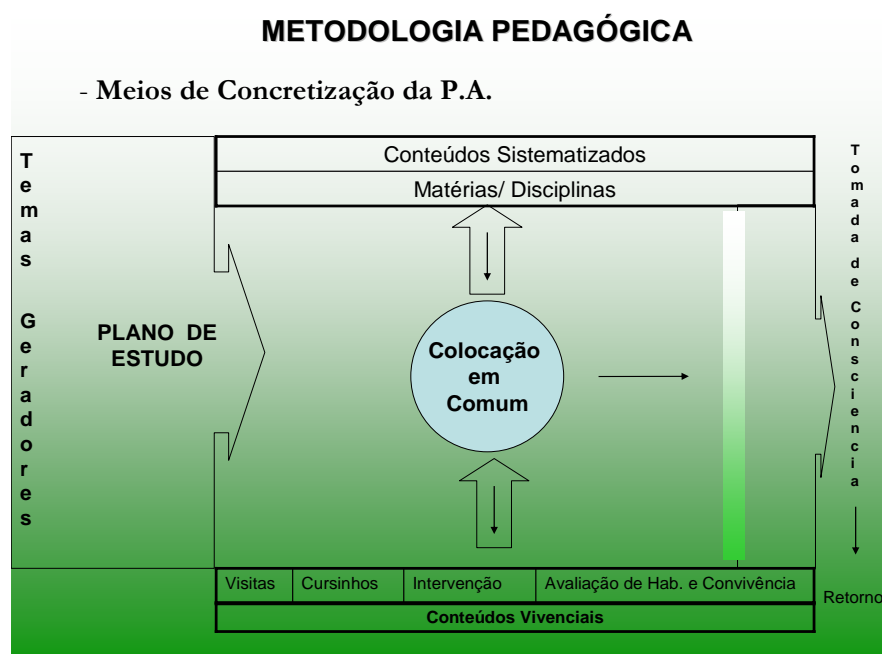


figura 21 – esquematização dos elementos da metodologia pedagógica das EFAs.

Fonte: Seminário de Educação do Campo, Ceforma, São Mateus outubro de 2006.

A importância da *colocação em comum* representada na figura acima apresenta um dos princípios da pedagogia da alternância, pois tem por base o trabalho comunitário e associativo desde a participação e organização da escola ao trabalho na roça, que envolve a comunidade na reflexão de suas questões.

Esta concepção entende que o campo precisa ter uma escola “*própria e apropriada*”.

E é na própria gestão da experiência que gera-se o princípio pedagógico, que é a alternância. É o *princípio da gerência*. A estrutura da gerência interna inclui a associação, a assembléia, o conselho e a diretoria, a quem cabe o papel político e o administrativo.

Os princípios pedagógicos e metodológicos são iguais para todas as escolas o que muda é a gestão e a manutenção. Para que o sistema pedagógico funcione há o *princípio metodológico* norteado *plano de estudo*. É uma pesquisa que os estudantes elaboram a partir do *tema gerador* e vão para a comunidade antes da reflexão teórica. Assim observam e entrevistam, vão do fato concreto à

generalização, com o método científico *ver julgar e agir*. Do *plano de estudo* são extraídos os pontos problemas para serem trabalhados separadamente.

Os *conteúdos vivenciais* são colocados também nas disciplinas. Até a elaboração do plano de estudo trabalha-se com a realidade e depois vão para as disciplinas. Há alguns instrumentos para continuar a ligação com a realidade com as vivências através de intervenções – relatos de pessoas mais experientes numa determinada questão. Realidade – reflexão – realidade. Além da sistematização dos conteúdos vivenciais e disciplinares é a vida de grupo através da auto organização dos alunos.



Figura 21 – Estrutura institucional geral

Fonte: Seminário de Educação do Campo, novembro de 2006, Raceffaes.

Existe também uma *Estrutura Institucional Geral*, com Associação Internacional, Nacional e Regional. A manutenção geral é pelo Poder Público Municipal. A Associação das Famílias participam com alimentação, campanhas e projetos.

Nas EFA's da *rede privada de caráter público* – comunitário, a manutenção de Monitores (professores) vem de convênio entre MEPES/ Estado (60%). Mas atividades de apoio e outros funcionários é pelo Poder Público Municipal (20%) e a alimentação – Família (20%). Nas de Caráter público comunitário os professores são pagos pelo MEPES e pelo estado.

As Escolas Comunitárias Rurais têm o mesmo caráter das EFAs, modificando alguns nomes como por exemplo *plano de estudo* nas EFAs e nas comunitárias são *fichas de pesquisa*.



Seminário Educação do Campo - norte do ES, CEFORMA, novembro de 2006

Foto: Lídia Antongiovanni, 2006.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST desenvolve o debate sobre educação do campo em vários níveis.

Nas escolas de assentamento a questão do funcionamento e da manutenção são essenciais. A participação, que é fundamental, se dá através dos conselhos formados por educadores, educandos, pais, comunidade e cujos membros são eleitos e seu funcionamento é livre. Por ele passa a administração dos recursos e seu planejamento.

Da esfera federal há uma verba de custeio e manutenção da ordem de alguns centavos por estudante. Da esfera estadual também são de custeio e manutenção. Um dos questionamentos é a falta de autonomia quando a recurso

já que os usos já vêm pré-determinados. Não há estadia nas escolas. As crianças chegam as 7h e saem as 17h.

A contratação de educadores fica a cargo da secretaria estadual de educação em regime temporário. Os requisitos para a contratação destes educadores são de que tenham o título ou estejam cursando *pedagogia da terra* e ter atuação no MST.

A *pedagogia da terra* é um curso de graduação que o MST concebe e em conjunto com o Departamento de Pedagogia da UFES, são ministradas turmas regulares inseridas na universidade. Neste sentido para uma *educação do campo* fica claro que não há espaços garantidos nas instituições já estabelecidas pautada num conhecimento moderno-colonial eurocentrado e cujas bases do conhecimento estão voltadas para a perspectiva do urbano e do processo de urbanização. Assim é preciso um processo reivindicatório para que se criem “políticas especiais” para atender casos tratados como “especiais”. Isto é uma forma de negação da autonomia da capacidade de decisão sobre os próprios rumos.

O MST orienta suas ações educacionais na *pedagogia da alternância* e organizam-se para que seja uma *educação pública e de qualidade* e para que se garanta autonomia operacional e filosófica das escolas no processo de municipalização. É comum vermos as prefeituras municipais disponibilizarem ônibus para que as crianças do campo sejam levadas para as escolas da cidade, num ato de desvalorização do saber do campo.

Uma frente de trabalho em que o MST avança é na *educação de jovens e adultos* a partir das necessidades nos assentamentos, mas sistematizadas e não com ações isoladas. As verbas para o “EJA” vêm de várias fontes: Pronera, o governo do estado, de diversos programas e pelos municípios.

No processo de formação fica claro que o princípio da formação é também um ato político daí a utilização do conceito de *formação político pedagógica* e neste caso é feita pelo próprio MST com apoio da UFES e da SEDU.

Foi criado em 1995 com 30 turmas e 500 alunos. A partir de 2000 passa a ser via PRONERA, com parceria com a FETAES em alguns momentos. De 2000

em diante foram 20 turmas no estado pelo PRONERA, que termina em agosto 2007, com alfabetização e supletivo.



Figura 21 – momento de avaliação do PRONERA

Possuem diversas dificuldades de manutenção dos cursos, mas pela concepção de EJA, através dos ensinamentos de Paulo Freire:

“Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado - é a ‘pedagogia do oprimido’.”

Ernani Maria Fiori,
no prefácio à Pedagogia do Oprimido, 1967.

O EJA faz parte das ações para tornar os assentamentos e acampamentos em *territórios livres do analfabetismo*.



Figura 22 – momento de avaliação

De todos os programas o mais intenso foi o Pronera, pois possui certa garantia de seu funcionamento, e o que se quer é apoio de outras entidades e garantia do governo. Pelos princípios metodológicos formação no Pronera é coletiva, havendo muita escuta de todos os envolvidos.

No CEFORMA funcionam as turmas de Magistério. Organizaram duas turmas de pedagogia funcionando uma no CEUNES e outra no CEFORMA, onde possuem também curso de Ensino médio, tendo como entidade promotora o CIDAP/MST com o financiamento do PRONERA/INCRA.

Possuem como objetivos:

“a educação técnica e científica para movimentos sociais, possuem o compromisso político e ideológico do trabalhador, procuram mudar o meio para mudar o sujeito” (encontro de Educação do Campo no norte do ES, novembro de 2006)

Atualmente existem 43 escolas de assentamentos, sendo que 33 estão localizadas em assentamentos situados em municípios do *“Território Norte do ES”*.

Escolas em assentamentos do MST, no Norte do ES, por regionais - 2003

Regional	Escolas	assentamentos
Valdício Barbosa dos Santos Municípios: Pedro Canário, Conceição da Barra, e Pinheiros	São 09 escolas com 44 turmas divididas em educação infantil, 1ª a 8ª séries e EJA num total de 733 educandos.	07 assentamentos, 388 famílias, 4.363,1 ha; 5 Incra, 2 Seag.
Saturnino Ribeiro dos Santos Municípios: Mucurici, Pinheiros, Montanha, Ponto Belo	08 escolas, com 28 turmas, 28 educadores, 357 educandos, em educação infantil, 1ª a 8ª séries e EJA.	11 assentamentos; 579 famílias; 4.907,74ha, Incra.
Quilombo dos Palmares Municípios: São Mateus, Jaguaré.	08 escolas, 28 turmas, 24 educadores, 459 educandos, em educação infantil, 1ª a 8ª séries e EJA.	11 acampamentos; 398 famílias, 4.696,5 ha; Incra.
Francisco Domingos Ramos Municípios: Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Ecoporanga, Águia Branca, Pancas, Mantenópolis	08 escolas, 10 turmas, 10 educadores, 193 educandos, em educação infantil, 1ª a 4ª e EJA	14 assentamentos; 459 famílias; 4.781,53 ha, Incra.

Fonte: SOUZA, Ademilson et al, 2005, pp. 158-161.

O Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA também trabalha *educação de jovens e adultos* desenvolve projeto com recurso do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. O educador e a educadora devem ter condições de valorizar o saber os educandos. A maioria dos educandos é de Vila Valério, São Mateus e Pinheiros. Foram cadastradas 60 turmas e hoje possuem 40 turmas contando em torno de 760 educandos no estado.

Com o recurso é possível o pagamento de 120 reais fixo por mês, mais 7 reais por educando. Há o problema da continuidade. Neste ano não vão ser cadastradas turmas e estão construindo um outro projeto para apresentar para o MEC. O MPA também busca a formação na modalidade graduação e com grandes perspectivas, estão organizando seminários envolvendo todos estudantes modalidade ensino superior, estão participando da elaboração de projeto para o curso de geografia, participam do Coletivo nacional de educação, do setor estadual de educação, tudo com o objetivo de educar para transformar com poder popular.



Figura 22 - “MPA 10 anos de luta e afirmação Camponesa”
Coletivo Nacional de Educação/Setor Estadual de Educação
Seminário de educação do campo, ceforma, outubro de 2006

A educação do campo constitui-se num dos eixos articuladores das ações dos diferentes movimentos sociais existentes no norte do estado. Em torno deste tema é possível identificar a existência de ações envolvendo tanto a participação de organização dos movimentos sociais quanto de órgãos dos governos municipais, estadual e federal.

O desafio fundamental que se coloca para as ações da *educação do campo*, é o de criar as condições para que as escolas do meio rural possam funcionar em consonância com as especificidades dos grupos sociais envolvidos, considerando a diversidade étnica e cultural que compõe as áreas rurais do norte do estado do Espírito Santo.

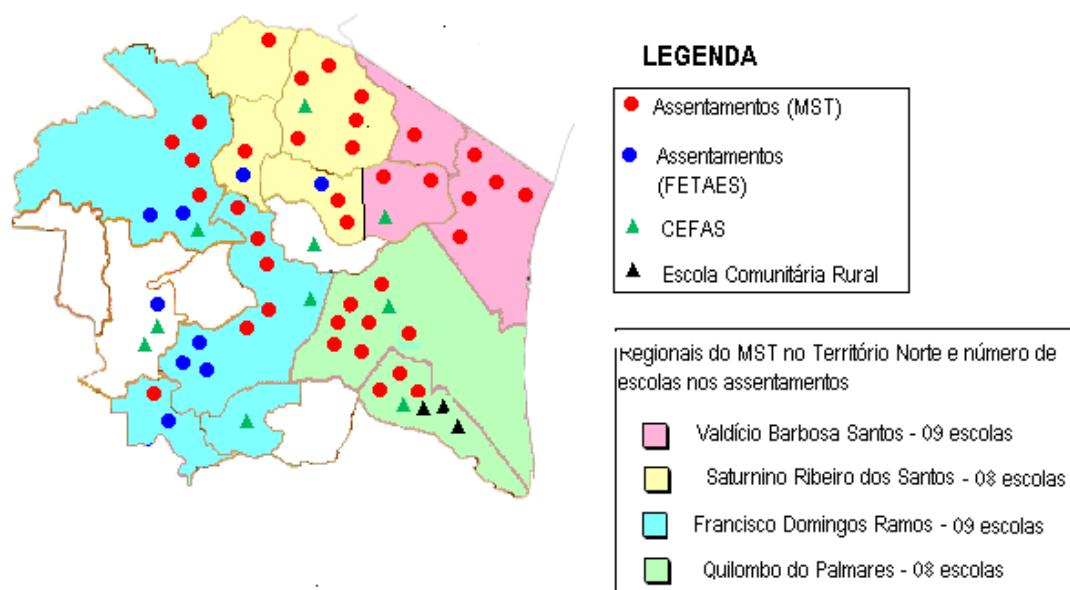


Figura 23 – territorialização dos assentamentos, CEFAS, ECORs e Regionais do MST
 Fonte: elaboração própria a partir dos dados de cada instituição

As escolas de assentamento e as escolas famílias constituem-se nos principais espaços onde são difundidos os princípios da educação do campo, traduzindo na territorialidade das redes de escolas as dimensões materiais e simbólicas da educação do campo.

Atualmente, a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES é a organização que articula os protagonistas em torno do projeto da educação do campo no norte do estado. A organização foi criada no intuito de integrar as ações das escolas que compartilham a prática educacional da *“pedagogia da alternância”*: escolas famílias agrícolas, escolas de assentamentos e escolas comunitárias rurais. E as entidades que participam da RACEFFAES são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Secretaria Municipal de Educação de Jaguaré.



Figura 24 - Localização das Escolas de Assentamento nos municípios do “território norte do ES”
Fonte: organização de João Saldanha a partir dos dados do INCRA

Relação dos municípios com Escolas de Assentamento no norte do estado do ES:

Municípios
Água Branca
Barra de São Francisco
Conceição da Barra
Ecoporanga
Jaguaré
Mantenedópolis
Mucurici
Nova Venécia
Pancas
Pedro Canário
Pinheiros
Ponto Belo
São Gabriel da Palha
São Mateus

O governo federal tem participado de ações ligadas à educação do campo a partir de projetos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP) e a UFES, implantou o Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Entre 1998 e 2005 foram realizados cursos de educação de jovens e adultos (alfabetização e escolarização), pedagogia (2 turmas) e técnico agrícola (1 turma). E a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) aplica parte dos recursos do “território norte do ES” na área da educação do campo subsidiando, equipamentos, cursos de formação e encontros para debates sobre o tema.

O projeto da educação do campo articula-se com a abordagem agroecológica, ou ainda a agroecologia pode ser uma metodologia para a educação do campo.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem um importante papel na difusão de concepções de agricultura orientadas para a produção de alimentos com qualidade e o fortalecimento da agricultura familiar.

Na relação da agroecologia com a educação do campo temos como exemplo o “plano de estudo coletivo” realizado nas EFAs para o ano de 2007, abordando o tema “Sementes: patrimônio da natureza e dos camponeses.

Há outros projetos que adotam a perspectiva da educação do campo, tal como a Escola de Formação da Comissão Quilombola de São Mateus e Conceição da Barra, em convênio com a FASE e MPA, que desenvolvem cursos de formação e interação com outros camponeses e alunos das Escolas Famílias Agrícolas.

O “Encontro de Saberes” fez parte de um projeto de ensino diferenciado debatido e promovido pelas entidades envolvidas com a educação do campo, articulado pela Via Campesina. O *I Fórum Encontro de Saberes* é o embrião de um projeto de uma alternativa ao “ensino superior”, que considere a diversidade étnico cultural das comunidades do norte do Espírito Santo com currículos pensados a partir dos lugares e não cursos sobre os lugares.

*Participantes do I Fórum Encontro de Saberes
Jacaraípe - 7, 8 e 9 de maio de 2004*

	ENTIDADE	Nº
1-	MST	03
2-	Escola Família Agrícola - EFAs	03
3-	Escolas Comunitárias Rurais	02
4-	Centros Integrados de Educação Rural	02
5-	MPA	02
6-	Projeto Araçá	01
7-	Projeto Arte com Vida - Pacovi	01
8-	Centro de Educação e Comunicação Popular do ES - CECOPS	01
9-	Pessoas que desenvolvem experiências nas Escolas Oficiais	02
10-	Pastoral da Juventude	01
11-	Comunidades Indígenas	02
12-	Comunidades Quilombolas	02
13-	Comunidades de Pescadores	01
14-	Comunidades de Pomeranos	01
15-	Articulação do Semi-árido - ASA	01
16-	CPT	02
17-	UFES	03
18-	FASE-ES	01
19-	CIMI-ES	01
20-	AGB-ES	01
21-	Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH	01
22-	Artistas	02
23-	Convidados	04
24-	APTA	01
	Membros da comissão organizadora	10
TOTAL		51

Além da educação regular há outras inúmeras atividades promovidas pelo MPA, pelo MST, e que têm no CEFORMA uma referência em educação do campo. Cursos de formação, cursos técnicos.

A formação da ACA - Articulação Capixaba de Agroecologia, composta pelas entidades - FASE-ES, CPT, APTA, AGB-ES, Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do ES-RACEFFAES, e movimentos sociais - MPA, MST, Comissão Quilombola Sapê do Norte, Comissão Caciques Tupiniquim e Guarani-ES - em 2005 fortalece o debate em torno da agroecologia.

O Encontro Estadual de Agroecologia, ocorreu em São Mateus, nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2006. No “Manifesto Agroecológico Camponês Capixaba” são expressos os princípios que mostram que a agroecologia e o modo de vida camponês, que pressupõe reconquista de territórios indígenas e quilombolas e reforma agrária, são uma alternativa de desenvolvimento territorial com base em princípios da pedagogia da alternância

A questão da comercialização é um dos eixos de discussão da agroecologia e que remete a uma articulação no território e os espaços de comercialização que são espaços de resgate cultural e troca de saberes. A troca de conhecimento e a autonomia dos modos de produzir leva a necessidade de outras práticas organizativas. Assim, nesta escala a feira – *feiras livres* – ganham uma dimensão social da saúde já que oferecem produtos mais frescos e em geral mais baratos comercializados diretamente pelo produtor.

Segundo o manifesto a construção do conhecimento agroecológico, como prática diária, deve ser espelhada na agricultura camponesa e há a necessidade de contraposição ao agronegócio em expansão no Espírito Santo, representado pelas monoculturas do eucalipto, da cana-de-açúcar, da fruticultura além da exploração de rochas. (Ver anexo “Manifesto Agroecológico Camponês Capixaba)



Figura 26 - Encontro Estadual de Agroecologia, São Mateus, maio de 2006.
Foto: Lídia Antongiovanni

Ao analisarmos o conjunto de sujeitos sociais que estão envolvidos na educação do campo podemos perceber que há diversidade de sujeitos envolvendo comunidades que se identificam camponesas e que vivem um modo de vida camponês ou querem ter o direito de ser camponês. Há uma retomada deste conceito e da prática e uma reafirmação de que há um modo de vida rural que quer estabelecer seus circuitos de trocas e de relacionamento de formas que não se ajustam ao padrão de poder hegemônico. Este entendimento se contrapõe aos projetos de desenvolvimento hegemônicos já que expõe que outros saberes que embora subalternizados, estão agindo e atuando na construção de alternativas.



Figura 27 -Assentamento Vale da Vitória – Estrada Nova Venécia São Mateus, km 41 -
Lote com experiência em agroecológica
Visita de intercâmbio de comunidade agroecológica de Iconha em São Mateus como
parte das atividades da Assembléia da APTA
Foto: Lídia Antongiovanni



Figura 28 -Assentamento Vale da Vitória – Estrada Nova Venécia São Mateus, km 41
Lote com experiência agroecológica
Foto: Lídia Antongiovanni

A Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA, organizada desde 1990 busca trabalhar em parceria com os agricultores e incorporou no seu funcionamento um sistema de gestão participativa dos agricultores, composto por conselhos e por associados.

**Território como abrigo e Território como recurso:
Considerações sobre padrões de organização dos territórios e uma
possível categorização para pensarmos
o “direito ao território” “próprio e apropriado”
Algumas conclusões**

As disputas que vemos emergir em torno de diferentes modos de usos dos territórios, conseqüentes de diferentes “*projetos de desenvolvimento*”, gera tensões territoriais. Para compreendermos as diferenças e os conceitos nos quais estão fundados estes *projetos* nossa análise está pautada em dois pilares da estruturação do *sistema-mundo moderno-colonial* (Quijano & Wallerstein, 1992) a *subalternização de saberes* e a *tecnociência (ciência instrumentalizada pelo capital)* e que consideramos explicitar os conflitos em torno dos próprios usos do território.

O debate sobre a subalternização de saberes, que coloca outras cosmovisões num plano a ser superado num “*evolucionismo modernizador*” contido nesta prática de tratar a diversidade a partir de um padrão moderno-colonial de poder. Mas o “*européu*”, conforme Quijano (2005), só existe porque criou-se a “*américa*” num processo de *id-entificação* e criando uma teoria racial de subalternização, “*cientificizando*” a necessidade da colonização.

Os processos se territorializam em *formas-conteúdo* que, no período da globalização neoliberal, são concebidas pelos parâmetros da *tecnociência* – a ciência instrumental ao capital. Assim os territórios são instrumentalizados para a viabilização do projeto de desenvolvimento o que significa *cientificar* (ou *tecnocientificar*) a relação do ser humano com o seu meio afastando-o da autonomia quanto aos processos produtivos e também quanto aos da transmissão e organização do conhecimento. Quanto aos processos produtivos vivemos hoje as conseqüências da “*revolução industrial*” e da “*revolução verde*” que guardadas as escalas – *espaço e tempo* – restringem a autonomia da populações tanto no campo como na cidade

A perspectiva que se coloca a partir desta noção da “*subalternização dos saberes*” nos permite compreender que mesmo imersos num contexto de

produção do “*pensamento único*” que promove a negação de outras formas de organizar e transmitir conhecimento, permite-nos perceber uma miríade de outros processos sociais, tratados por estudiosos latino americanos sobre a necessidade da construção do saber científico a “*partir de um lugar social*”.

A continuarmos a pensar o Brasil a partir da Europa, como temos feito pois nossa matriz de conhecimento está pautada em parâmetros produzidos pela “*Europa*”, teremos dificuldades de compreender suas dinâmicas próprias e facilidade em enquadrar o país e sua diversidade em padrões de comparação mundiais a partir dos quais se exerce o controle sobre a produção e o consumo expressa nos índices, as taxas, os câmbios, entre outros.

Este debate emerge em grande medida para procurar explicar os crescentes conflitos no mundo do pós-guerra principalmente a partir dos efeitos do planejamento do desenvolvimento, nas décadas de 1960 e 1970, com outros brutais processos (des)reterritorializações.

Com o discurso da “*tecnociência*” são traçados os parâmetros do uso e organização dos territórios. Um padrão que busca expandir-se cada vez mais - tanto no nível do discurso - *psicoesfera* - quanto no nível da materialidade - *tecnoesfera*.

As populações do campo do norte do Espírito Santo constroem hoje movimentos em direção à reapropriação de terras. Processo pautado no conhecimento do território já grafado por estes sujeitos que vivem processos de desterritorialização e de reterritorialização e têm na memória o conhecimento da história territorial de sua família, de seus antepassados.

Trabalhamos os conceitos de escala e período buscando trazer à tona saberes subalternizados e pensá-los na sua complexidade já que não se trata de cortes temporais e espaciais apenas com fim de análise, mas de método de pesquisa que necessita partir do princípio de que os referenciais espaço-temporais e, portanto, conceito e prática de “*território*”, são relativos também ao lugar em que vivemos.

No norte do ES muitas dinâmicas foram e têm sido subalternizadas pois como pudemos discutir em parte neste trabalho, há uma conjunto de sujeitos

sociais cujas ações mobilizam centenas de pessoas e que são, muitas vezes, vistos como atos de violência e com a utilização dos termos “*invasão*” para defender o “*direito à propriedade privada*”.

Nas relações pautadas em “*território como abrigo*” há também um querer o seu território mas um “*território próprio e apropriado*”. Aí não se trata da simples propriedade da terra. Há que ser próprio também no sentido de adequado e apropriado no sentido de poder exercer no seu território os usos e as intervenções pertinentes ao seu modo de vida. É desta forma que estamos entendendo *viver com a natureza*. Um tipo de relação com a natureza que embora também seja *recurso*, preserva elementos relativos à cultura, às relações sociais pautadas na *co-presença*.

Procuramos contribuir na construção do pensamento geográfico e para releituras sobre métodos, conceitos e metodologias com os quais trabalhamos. Assim, há neste trabalho uma vontade de trabalhar algumas proposições de Milton Santos tal como “*a força do fraco é seu tempo lento*”, o conceito de “*rugosidade*”, o entendimento da “*corporeidade como co-presença*” e o entendimento da *técnica* como elemento para compreender a relação da sociedade com o meio. Isto para pensarmos as outras possibilidades colocadas no livro “*por uma outra globalização*” (2001).

Ao trazermos, juntamente com as questões acima mencionado, o debate da “*colonização e subalternização de saberes*” e a produção de outros saberes, “*dos saberes produzidos nas margens*”, buscamos respostas no campo conceitual metodológico que nos permitam enfrentar a subalternização dos saberes e produzir/trocar saberes a partir de (não apenas sobre os lugares) . Desta forma considera-se que o saber é também situado, territorial, “*geografado*”. Para tanto buscamos entender o período atual de globalização neoliberal a partir da abordagem do “*sistema-mundo moderno-colonial*” e não apenas moderno ou colonial pois um não se constitui sem o outro.

Podemos entender a colonização dos saberes, juntamente com Arturo Escobar (1996), entre outros, que há uma “*invenção do terceiro mundo*” que

articula os conceitos de pobreza, atraso, subdesenvolvimento, a partir das necessidades de expansão dos países “desenvolvidos” de expandir seus capitais. Este debate, presente também na geografia, tal como em Milton Santos (1979), ao fazer uma crítica ao planejamento dirigido pelo estado, colocando-o como instrumento do desenvolvimento, planejando a pobreza, criando o atraso e a fome. E, por outro lado, a Economia, a Sociologia e também a Geografia, entre outras disciplinas, lançam teses e debates sobre a *necessidade de superar o subdesenvolvimento*.

Um elemento novo neste período, da globalização neoliberal, ou do período técnico-científico-informacional, a partir dos anos de 1960, é que uma parte considerável das ciências passa a receber cada vez maiores investimentos por parte não apenas do Estado mas também das empresas. O atrelamento mais estreito a este capital conduz a distorções do papel social da técnica e da tecnologia. A tecnificação do território tem significado mais subordinação que desenvolvimento. A “*escassez*” de água e de terra como uma questão mundial e que afeta diretamente os países do *terceiro mundo*, torna-se uma evidência deste processo. Podemos ainda perceber a afirmação da instrumentalização da ciência pelo capital nos discursos de “*responsabilidade social e ambiental*” das empresas tal como o do “*Projeto Micro Bacia da Aracruz Celulose*”.

O norte do Espírito Santo é freqüentemente representado na literatura sobre a história do Espírito Santo como “*lugar isolado*”, “*sem dinâmica econômica*”, “*periferia deprimida*”, “*área perigosa devido à presença de índios botocudos*”, “*zona perigosa*” relacionada à zona de litígio e de contestado ao noroeste do Estado, “*região inóspita*” relativa às características naturais das regiões com densas florestas tropicais, “*vazio demográfico*”. Mas tais conceitos revistos com outros parâmetros trazidos pela noção de colonização de saberes, nos traz o entendimento de que esta é uma análise sobre os territórios calcada em interesses cujas escalas de análise acabam por esconder as dinâmicas territoriais. Ao fazermos uma releitura a partir do território não se trata apenas de uma inversão de posições; trata-se sim de mostrar elementos que não aparecem nas versões oficiais dos parâmetros utilizados para análise.

Retomamos aqui o mapa que representa de forma esquemática dinâmicas territoriais do norte do Espírito Santo que vão compor as atuais padrões de conflitividade a partir do qual podemos pensar na grande movimentação de pessoas e mercadorias neste norte tido como “*isolado*” e “*sem economia regional*” e que de fato está num dinâmico processo de desreterritorialização. É sobre estas territorialidades, que se constroem e reconstroem durante séculos, que os projetos de desenvolvimento se instalam provocando o acirramento deste processo.

Estas dinâmicas territoriais e as diferentes territorialidades são entremeadas e às vezes sobrepostas por um outro padrão de poder que resultou naquele “*mapa das potencialidades econômicas*”, cujo projeto de desenvolvimento baseia-se em *monoculturas* para a *cadeia do agronegócio* com o uso de técnicas de enquadramento neste processo produtivo, tais como o “*fomento florestal*”.

Poderíamos elencar vários outros fluxos/movimentos, permanências/retiradas, (há uma boa quantidade de pesquisas ainda a serem realizadas). Mas esta aproximação que aqui fazemos quer mostrar, com o auxílio das noções de *escala* e de *periodização*, esta dinâmica intensa de ocupações e retiradas de fugas e de ataques, lutas, disputas por território, mortes, assassinatos, economia de exportação, navegação rios adentro, expedições, colonizadoras, aldeamentos indígenas, entre outros, significando movimentos e disputas por territórios e que gera uma economia diversificada, muitas vezes produzida *nas margens* (Mignolo, 2003).

Nos anos 1950/1960, no Brasil, o planejamento estatal mais o empresarial passam a repartir o território nacional entre os setores da indústria e da agroindústria promovendo o desenvolvimento com base na colonialidade do poder agora com a participação mais intensa das elites agrárias e industriais brasileiras (mesmo que com base no endividamento externo). Há um entrelaçamento do estado e as elites empresariais regionais e locais sobre o destino de cada área que por vezes antecipa a criação de leis tal como o caso dos

“*distritos florestais*” que quando da sua criação o norte do ES já estava havia sido destinado este uso do território. Este projeto de desenvolvimento foi amplamente impulsionado desde a década de 1960 até os dias atuais com vários desdobramentos até chegar ao atual desenho que impõe, para o norte do ES, o modelo monocultor extrativista exportador.

Podemos verificar a permanência de elementos colonizadores no norte do ES ao analisarmos o mapa das “potencialidades econômicas do ES” amplamente divulgado e articulado com as políticas públicas de promoção do desenvolvimento numa simplificação do sentido de território e dos sujeitos instituintes que o compõem – compondo as suas territorialidades.

Buscamos, assim, mostrar outros sujeitos instituintes procurando perceber projetos que surgem não apenas como resistência mas sim com base em outros fundamentos que vão pautar o ordenamento territorial e ambiental que emerge do próprio território tais como a Educação do Campo e Agroecologia.

Num território marcadamente rural e em conflito por terras, os projetos econômicos do estado e das empresas, referendados no plano estratégico “*Espírito Santo 2025*”²⁷, estão pautados: na expansão do eucalipto principalmente sob a forma de fomento florestal; na expansão da cana-de-açúcar para produção de agrocombustível; na extração de granito (o CEFET de Nova Venécia oferece um curso técnico em “*rochas ornamentais*”); “*pastos degradados*” dão lugar à plantações de cana; na associação do eucalipto com café; além dos *pólos de fruticultura*. Uma economia voltada para a exportação e de pequena utilização de mão de obra permanente.

Os questionamentos aos conceitos do desenvolvimento e alguns dos contrapontos permanecem e necessitamos de uma constante revisão dos conceitos e do parâmetros para podermos qualificar nossas pesquisas para além dos parâmetros do desenvolvimento.

As técnicas são concebidas a partir das intencionalidades e, portanto, são também produto e instrumento da política. isto nos leva a pensar se tais

²⁷ O “*plano estratégico*” ES 2025, foi elaborado, a pedido do governo do Estado, pela ONG empresarial “*Espírito Santo em Ação*” e traça metas de desenvolvimento para o Espírito Santo até 2025.

técnicas ou algumas delas poderiam ser utilizadas para outros fins ou se estas já constituídas na matriz de racionalidade do “território como recurso” não podem permitir romper com o poder dominante, isto é, não se trataria apenas de um outro uso ou uma outra fonte de poder mas sim de outras matrizes de racionalidade na produção das tecnologias.

A idéia motivadora que parte da dualidade entre *Território como Abrigo e Território como Recurso* é uma dualidade produzida numa sociedade cuja matriz de racionalidade hegemônica pretende separar Ser Humano e Natureza. Em *Território como Abrigo* o eixo norteador das ações está pautado no viver com a natureza e resulta em territorialidades que buscam se construir nos princípios da “autonomia dos povos” e do “respeito à diversidade”. Em *Território como Recurso* o eixo está pautado no viver da natureza, numa busca por colocar a natureza a serviço da humanidade e produz-se um território que se constrói a partir das intencionalidades de “redução de custos” ou aparente redução de custos e aumento do “monitoramento” e do “controle à distância”, por uma “classificação hierárquica” e “auto-referenciada”, uma “ordem mais vertical que horizontal”.

Com este estudo esperamos contribuir na construção de métodos de pesquisa que possam romper com as heranças de nossas ciências colonizadoras e colonizadas, problematizando a partir dos e com os sujeitos no território.

Referências:

- Abe, André Tomoyuki. *Grande Vitória, E.S.: Crescimento e Metropolização*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- Acselrad, Henri et al (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Acselrad, Henri. "O Zoneamento Ecológico-Econômico na Amazônia e o panoptismo imperfeito". *Cadernos do IPPUR Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade*, Ano XV, nº 2, Ago-Dez 2001/ Ano XVI, nº 1, Jan-Jul pp. 53-75.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de (s/d). *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. (mimeo). (40p.) Uma primeira versão deste artigo, mais reduzida e com o mesmo título, foi publicada pela *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol.6 N.01. ANPUR, maio de 2004 pp. 9-32.
- Almada, Vilma Paraíso Ferreira de. *A escravidão na História Econômico-social do Espírito Santo 1850-1888*. Niterói, ICFH - UFF, Niterói, Tese de Mestrado, 1981.
- Almeida, Ceciliano Abel. *O desbravamento das selvas do Rio Doce: memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1959.
- Antongiovanni, Lídia Lúcia. *A publicidade como um vetor do meio técnico-científico-informacional*. Mestrado, Geografia, USP, 1999.
- Aracruz Celulose. Sítio da Aracruz Celulose- www.aracruzcelulose.com.br
- Aracruz Celulose. Relatórios 1998, 2001, 2004.
- Aracruz Celulose. Folhetos, informativos e publicidade.
- Araújo Filho, José Ribeiro. *O Porto de Vitória*. IGEOG, Série Teses e Monografias, n.09, São Paulo, USP, Instituto de Geografia, 1974.
- Aurich, Regina Lúcia et al. *Jaguaré: das origens à contemporaneidade. Resgate do cotidiano de um povo*. Nova Venécia, Gráfica e Papelaria Cricaré Ltda, 1996.
- Becker, Bertha. *O Norte do Espírito Santo Região Periférica em Transformação*. Tese de concurso para Livre-Docência, Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1969.
- Bittencourt, Gabriel Augusto de Mello. *Café e modernização (o Espírito Santo no século XIX)*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra, 1987.
- Borgo, Ivan et al. *Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento*. Vitória, EDUFES, 1996.
- Campos Junior, Carlos Teixeira de. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.
- Campos Junior, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- Castoriadis, Cornelius. *As encruzilhadas do Labirinto / I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1978].
- Castro, Iná Elias de. Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. *Território*, nº 2, vol. I, Jan/Jun. pp.33-42, 1997.

- Ciccarone, Celeste & Scarim, Paulo. "A Aracruz Celulose e a questão indígena". *Revista Tempo e Presença*. Koinonia, Rio de Janeiro, Ano 25 julho/agosto de 2003, p. 31-36)
- CPI - Relatório da CPI da Aracruz Celulose, 2001.
- Dadalto, Barbosa, & SARTORI. *Aptidão Florestal das Terras do Estado do Espírito Santo*, Fórum sócio-econômico do Espírito Santo, Grupo de Trabalho da Indústria Florestal, Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, 1992.
- Dalcomuni, Sônia Maria. *A implantação da Aracruz Celulose no ES: principais interesses em jogo*. Itaguaí, RJ, Mestrado, 1990
- De'Nadai, Alacir; Overbeek, Winifridus; Soares, Luiz Alberto. "Promessas de emprego e destruição de trabalho. O caso da Aracruz Celulose no Brasil." *Coleção WRM sobre plantações*, n.02, maio de 2005.
- Dean, Warren. *A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- DESC. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Rede Deserto Verde. A monocultura do eucalipto, Aracruz Celulose e Estado do Espírito Santo/Brasil. I Relatório de agosto de 2002 e II Relatório de Dezembro de 2004. Vitória: mimeo, 2003 e 2004
- Ellul, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- Escobar, Arturo. *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1996.
- Fanzeres, Anna. *Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados*. Relatório de Consultoria ao Programa Nacional de Florestas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, Março de 2005.
- Fase-ES. *Aonde as árvores são um deserto. Histórias da Terra*. FASE-ES com colaboração da Carbon Trad Watch, Novembro de 2003.
- Fase-ES. *O Caso da Aracruz Celulose no Brasil: ECAs exportando insustentabilidade*, FASE-ES, 2.003. Publicação da Fase.
- Fase-ES. *FOMento Zero. Por que dizer não ao plantio de eucalipto?* Realização Rede Deserto Verde. Publicação FASE-ES, 2003.
- Ferreira, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Mestrado, Geografia, USP, 2002.
- Freitas, Valdívio José. *Educação e Reforma Agrária: o papel do setor de educação do MST nas escolas de acampamentos e assentamentos no estado do Espírito Santo*. Monografia, UnB - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Iterra - turma "Milton Santos", curso de Pós Graduação com Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento. Brasília, 2005.
- A Gazeta (jornal ES) Estaleiro da esperança: morador de Barra do Riacho sonha em mudar de vida, 12/06/2005.
- A Gazeta (jornal ES). Caderno Especial ES *Terra de Valor*, 24 de agosto de 2004.

- A Gazeta (jornal ES). Caderno Especial *Potencialidades do Espírito Santo*. Novembro de 2005: dias 10, 17 e 24; Dezembro de 2005: dias 1, 8, 15, 22 e 29.
- Goldenstein, Lea. Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio. Uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização de madeira por indústrias de celulose. Tese de Livre Docência, Depto de Geografia, USP, 1975.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. *Território*, nº 2, vol. I, Jan/Jun. pp. 43-62, 1997.
- Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- Incra - ES, dados sobre o número de assentamentos, 2005.
- Kolling, Edgar Jorge; Cerioli; Paulo Ricardo; Cardart, Roseli Salette (orgs.), *Educação do Campo: Identidade de Políticas Públicas*. Coleção Por uma educação do campo, no. 4, 2002.
- Lacoste, Yves. *A Geografia, isso serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Ed. Papirus, SP, 1988.
- Leff, Enrique. La Ecología Política en América Latina. Un Campo en Construcción (*borrador para discusión*) CLACSO Grupo de Trabajo de Ecología Política Panamá, 17-19 de marzo, 2003.
- Mattelart, Armand. *Comunicação-mundo. História das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Meireles, Daniela & Calazans, Marcelo. *H2O para Celulose X Água para todas as línguas. O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A - ES*, FASE-ES, 2006.
- Mignolo, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- Ministério Do Desenvolvimento Agrário - MDA. Relatórios das oficinas do "Território Norte", 2004, 2005, 2006.
- Montenegro Gómez, Jorge R. *Desenvolvimento em (des)construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. 438 h. Tesis (Doctorado en Geografía) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- Moraes, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória. Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.
- Moraes, Cícero. *Como nasceram as cidades no Espírito Santo*. 1954.
- Motta, Nara Cuman. *As conseqüências da implantação do Projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da "Região de Linhares"*. Rio Claro, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1982.
- Neves, Luiz Guilherme Santos; Pacheco, Renato José Costa. *Ecoporanga da concepção à vida adulta. Resgate da memória de um povo*. Vitória, Brasília Editora, 1992.

- Oliveira, Euflasina W. de. *Mucurici e Montanha: a ocupação de parte dos "Terrenos Desconhecidos"*. Montanha, Ed. do autor, 1999.
- Oliveira, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2ª ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. (1ª ed. 1951)
- Pereira, Guilherme Henrique. *Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo*. Vitória, EDUFES, 1998.
- Petrone, Pasquale. *Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962.
- Porto-Gonçalves. *Geografando. Nos Varadouros do Mundo*. Rio de Janeiro, 2003.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *A reinvenção dos territórios – a experiência da América Latina e do Caribe*. Grupo Hegemonia e Emancipações – Clacso (mimeo), 2005.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- Relatórios do "Território Norte" 2004, 2005 e 2006.
- Ribeiro, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- Saletto, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória, EDUFES, 1996.
- Santos, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- Santos, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- Santos, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- Santos, Milton. "O Retorno do Território". In: SANTOS, et all (orgs.) *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994, (pp 15-20).
- Santos, Milton - *Técnica Espaço Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- Santos, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- Santos, Milton (et all). *O papel ativo da geografia. Um manifesto*. Publicação por ocasião do Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.
- Santos, Milton. *Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Santos, Milton e Silveira, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Santos, Milton. *Testamento Intelectual*. São Paulo, Edusp, 2004.
- Secretaria Estadual de Agricultura do ES. *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura – PEDEAG*, 2004.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria e propriedade intelectual*. Fórum Social Mundial 2001, Biblioteca das Alternativas. Capítulo introdutório do livro: *Biopiracy: the plunder of nature na knowledge*, Boston (MA): South End Press, 1997. Texto publicado no Brasil no *Jornal Em Tempo*.

- SILVA, Marta Zorzal. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. Vitória, FCAA/SPDC, 1995.
- SOUZA, Ademilson et al. *20 anos do MST no Espírito Santo*, 2005., pp. 158-161.
- TORRES FILHO, Arthur E. Magarinos. *O Espírito Santo e seu Desenvolvimento Econômico*. Tip. Lit. Pimenta de Mello, 1913.
- VILAÇA, Adilson. *De Veneza a Filadélfia. Homens condenados ao desterro na sofrida marcha da civilização rumo ao norte do Estado*. In: **Revista Século Diário. O Espírito Santo em Revista**. Vitória, ES, ano III, n. 29, julho de 2002, (p.6-20).

Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Espírito Santo (IBGE)

Mesorregião Noroeste 01	
MR 01	Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis
MR 02	Boa Esperança, Vila Pavão, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Águia Branca
MR 3	Alto Rio Novo, Pancas, São Domingos do Norte, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu
Mesorregião Litoral Norte-02	
MR - 04	Mucurici, Montanha, Pinheiros
MR - 05	Pedro Canário, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré
MR - 06	Linhares, Rio Bananal, Aracruz, João Neiva, Ibirapu, Fundão
Mesoregião Central - 03	
MR 07	Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins e Marechal Floriano
MR 08	Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina
MR 09	Serra, Cariacica, Vitória, Viana, Vila Velha
MR 010	Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha, Rio Novo do Sul, Anchieta, Piúma
Mesorregião Sul - 04	
MR 011	Ibatiba, Irupi, Iúna, Muniz Freire, Ibitirama, Divino de São Lourenço, Ibitirama, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Alegre
MR 012	Castelo, Vargem Alta, Jerônimo Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Muqui, Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado.
MR 013	Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)